



Turismo: reflexões e desafios

Queila Pahim da Silva
organizadora



2021

Queila Pahim da Silva
Organizadora

**TURISMO:
REFLEXÕES E DESAFIOS**



Pantanal Editora

2021

Copyright® Pantanal Editora
Copyright do Texto® 2020 Os Autores
Copyright da Edição® 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora

Edição de Arte: A editora. Imagens de capa e contra-capa: Canva.com

Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandris Argentele-Martínez – Tec-NM (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI

- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Esp. Camila Alves Pereira
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T938	Turismo: reflexões e desafios [recurso eletrônico] / Organizadora Queila Pahim da Silva. – Nova Xavantina, MT: Pantanal Editora, 2021. 160p.
	Formato: PDF
	Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
	Modo de acesso: World Wide Web
	ISBN 978-65-88319-41-3
	DOI https://doi.org/10.46420/9786588319413
	1. Turismo – Pesquisa – Brasil. 2. Lazer. I. Silva, Queila Pahim da. II. Título.
	CDD 338.4791
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos e-books e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es) e não representam necessariamente a opinião da Pantanal Editora. Os e-books e/ou capítulos foram previamente submetidos à avaliação pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação. O download e o compartilhamento das obras são permitidos desde que sejam citadas devidamente, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais, exceto se houver autorização por escrito dos autores de cada capítulo ou e-book com a anuência dos editores da Pantanal Editora.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
 Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

O turismo é uma atividade econômica, social, cultural, ambiental e política que se consolidou como fenômeno social em todo o mundo e que acarreta profundas transformações no cotidiano das pessoas e do meio ambiente. Deste modo, é imprescindível conhecer e refletir sobre seus inúmeros desafios e potencialidades.

No intuito de apresentar pesquisas na área, esta obra reúne trabalhos acadêmicos de autores de várias partes do Brasil e de Portugal, que trazem seu olhar sobre questões inerentes à atividade turística num contexto anterior e corrente da pandemia do novo coronavírus, abordando temas como cultura, religiosidade, preservação de patrimônio natural e imaterial, governança, destinos inteligentes, política pública do mapa da turismo brasileiro, acessibilidade e gestão de eventos culturais em uma organização pública.

No primeiro capítulo expõe-se a festa de São Benedito e São Sebastião, na vila de Itaúnas, no Estado do Espírito Santo, como forma de valorizar as manifestações culturais e religiosas dessa localidade, que tem neste evento um potencial turístico a ser apreciado e incentivado.

O segundo capítulo apresenta o caso da Ilha do Porto Santo, uma micro ilha pertencente ao Arquipélago da Madeira, situado na costa portuguesa, que possui no turismo, sua única fonte de renda. Os autores trazem uma reflexão sobre os conceitos de *smart tourism* e *smart islands*, como alternativa para a diversificação da economia e preservação ambiental da localidade.

No terceiro capítulo, mostra-se o chafariz da Praça Dom Joaquim na cidade de Conceição do Mato Dentro, município de Minas Gerais (Brasil), avaliando as representações que estiveram imbricadas na construção deste monumento, inaugurado em 1825. É objetivo do trabalho analisar as diferentes representações e alegorias que envolveram a execução e a configuração desta obra a fim de promover uma ação educativa com novas abordagens para a sua avaliação e análise.

O quarto capítulo descreve uma proposta conceitual para o desenvolvimento e a inclusão de sindicatos na governança em destinos turísticos inteligentes e demonstra a relação direta entre as tecnologias, a inovação e a sustentabilidade para que uma cidade possa se tornar um destino turístico inteligente.

O quinto capítulo tem como tema o mapa do turismo brasileiro, dando ênfase aos elementos necessários para um município fazer parte desta política pública. Como objetivo central, o estudo buscou analisar como o município de Filadélfia, Tocantins, vem respondendo ou correspondendo às necessidades das políticas públicas de turismo no tocante ao processo de categorização dos municípios para compor o mapa do turismo brasileiro.

O sexto capítulo é uma reflexão de diversos trabalhos relacionados com a temática da acessibilidade, caracterizando-se como um estudo preliminar no contexto do turismo acessível em Brasília.

Apresenta um ranking feito pelos autores, dos espaços de lazer para a prática de turismo acessível em Brasília, avaliando alguns de seus principais atrativos turísticos.

No sétimo capítulo, é analisada as relações existentes entre práticas turísticas e sustentabilidade na Orla Pôr do Sol e Crôa do Goré (Aracaju/SE) através dos modelos de análise da sustentabilidade Pressão-Estado-Resposta e Barômetro de Sustentabilidade do Turismo. Os resultados apontam um retrato positivo da sustentabilidade na área de estudo.

Já o oitavo capítulo suscita questionamentos na relação turismo, espaço urbano e lazer, especialmente no que se refere às relações estabelecidas entre os moradores e os espaços de convivência e cidadania, apresentando o caso das diferentes formas de uso e apropriação das áreas públicas de lazer no município de São Bernardo, Maranhão.

E por fim, o nono capítulo discorre sobre a gestão de eventos culturais em uma organização pública da região sudeste brasileira e a relação desse tipo de evento para o fomento do turismo nas localidades que os sediam.

Espera-se que os trabalhos aqui apresentados fomentem reflexões sobre os desafios que o turismo enfrenta, a fim de auxiliar em novas pesquisas e na sensibilização sobre a urgente necessidade de mudança de atitude dos gestores, comunidade local e visitantes em relação à correta preservação, gestão e utilização das localidades turísticas.

Boa leitura!


SUMÁRIO

Apresentação	4
Sumário	6
Capítulo I	7
Cultura, religiosidade, tradição e turismo no norte capixaba: a festa de São Benedito e São Sebastião na vila de Itaúnas, ES	7
Capítulo II	23
Turismo e mono indústria, a emergência da mudança - O caso da Ilha do Porto Santo - Contributo para a Recuperação da Economia das Ilhas	23
Capítulo III	37
Turismo e Patrimônio Material: o caso do Chafariz com representação de indígenas em Conceição do Mato Dentro – Minas Gerais (Brasil)	37
Capítulo IV	53
Governança em destinos turísticos inteligentes: Uma proposta conceitual incluindo os sindicatos	53
Capítulo V	76
Estudo sobre a acessibilidade em atrativos turísticos de Brasília (DF)	76
Capítulo VI	89
Mapa dos municípios turísticos brasileiros: um estudo sobre a cidade de Filadélfia/TO	89
Capítulo VII	109
Práticas Turísticas e Sustentabilidade na Orla Pôr do Sol e Crôa do Goré (Aracaju/SE)	109
Capítulo VIII	129
Áreas urbanas e vivências comunitárias: um estudo de caso do município de São Bernardo, Maranhão	129
Capítulo IX	145
Eventos culturais em um órgão público: uma abordagem interdisciplinar entre Comunicação e Turismo	145
Índice Remissivo	158


Cultura, religiosidade, tradição e turismo no norte capixaba: a festa de São Benedito e São Sebastião na vila de Itaúnas, ES

Recebido em: 15/09/2020

Aceito em: 21/09/2020

 10.46420/9786588319413cap1

Patrícia Côrtes Costa¹ 

Raquel Lage Tuma^{2*} 



Fonte: Costa (2017).

INTRODUÇÃO

Itaúnas é um distrito do município de Conceição da Barra, no extremo norte do Estado do Espírito Santo, que dista aproximadamente 300 km da capital, Vitória. Criado pelo decreto provincial nº 4 de 04/07/1861 a “Vila de Itaúnas”, como é nacionalmente conhecida, possui em torno de 1.000 habitantes, em sua maioria nativos descendentes de caiçaras³ e quilombolas⁴, acrescidos por pessoas que foram fazer turismo, decidiram ficar e viver desta atividade.

¹ Bacharel em Turismo (FACTUR-ES), Bacharel em Direito (UVV - Universidade de Vila Velha), Especialista em Ecoturismo e Educação Ambiental (UFLA); Mestre em Turismo: Planejamento e Gestão Ambiental e Cultural (Unibero-SP).

² Bacharel em Turismo (UCDB-MS); Especialista em Gestão de Turismo, Hotelaria e Eventos (Uniderp-MS); Mestre em Turismo: Planejamento e Gestão Ambiental e Cultural (Unibero-SP); Doutora em Geografia (UFG-GO), com Doutorado Sanduíche na Universidade de Paris IV Sorbonne (Paris, França).

*Autora correspondente: tuma.raquel@gmail.com

³ Caiçara: Pessoa que vive no litoral e interage com o mar, por exemplo, vivendo da pesca.

⁴ Quilombola: Habitante ou remanescente de quilombo, que por sua vez era a comunidade autônoma de resistência organizada pelos escravos africanos fugidos das fazendas dos colonizadores portugueses.

O local possui como maior atrativo turístico suas dunas, formadas ao longo dos anos com o carreamento das areias pelos fortes ventos da região e, que aos poucos, soterraram a antiga vila. Uma nova vila formou-se nas proximidades, do outro lado do rio, nas décadas de 1960 e 1970, e a religiosidade existente ficou ainda mais forte.

Além dos atrativos naturais, a vila possui uma cultura arraigada e baseada nos costumes religiosos passados de geração a geração. Como em todo o Brasil, a mistura de credos e referências culturais tornou suas manifestações religiosas culturalmente ricas e peculiares. Nesta região, em especial, ritos africanos misturam-se a louvores católicos e delineiam singulares celebrações.

Portanto, neste artigo tem-se o objetivo de apresentar a Festa de São Benedito e São Sebastião realizada no mês de janeiro em Itaúnas, de forma a valorizar as manifestações culturais e religiosas de uma localidade, que tem neste evento um potencial turístico a ser apreciado e incentivado.

REFLEXÕES SOBRE CULTURA, TURISMO E PATRIMÔNIO IMATERIAL

Pode-se dizer que a cultura de um povo representa todo o modo de vida, costumes, tradições, ritos religiosos e suas manifestações artísticas. Ela se impõe às pessoas e as condiciona, moldando indivíduos, grupos e valores.

A cultura é vista como um reflexo, uma mediação e uma condição social. Não tem poder explicativo, ao contrário, necessita ser explicada. A cultura, por outro lado ainda, se é considerada como sendo um conjunto de saberes, técnicas, crenças e valores, este conjunto, entretanto, é entendido como sendo parte do cotidiano e cunhado no seio das relações sociais de uma sociedade de classes (Corrêa et al., 2010).

Diante de cada meio social o qual o homem está inserido, ele se faz a partir das culturas que fizeram parte daquela socialização. Esse conjunto de ações e práticas, algumas vezes pode ter a corroboração do contexto religioso. que unido dos aspectos psicológicos conduzem a conduta do indivíduo. O fazer cultura

[...] denota um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (Geertz, 1989).

A cultura também se torna um fator de diferenciação da situação social, econômica, política, da identidade e do status que é reconhecido a cada um, onde cada pessoa recebe uma herança cultural e a interioriza diferentemente, não necessariamente usando para a mesma finalidade, mas com interpretações variadas. Por isso, em uma sociedade, nem todos compartilham da mesma herança, podendo, assim, um traço ser aceito por muitos e outros não o reconhecerem, como acontecem com as religiões.

Os indivíduos seguem uma determinada religião por distintos motivos, como: pela sua herança cultural familiar, pelos valores apresentados pela instituição, pelas experiências vividas e diversas outras causas que podem levar a essa escolha. Para muitas de pessoas, a religião é o fio condutor de suas vidas,

sendo extremamente relevante obedecer “a risca” suas normas para que possa ser “aceita” nesta instituição. Para outras, a religião é importante, entretanto, ela é uma das bases de sustentação da sua vida, o que muitas vezes faz não seguir todos os preceitos dessa religião.

[...] povo católico tradicional da cidade, que através de suas irmandades, vivencia e reafirma o sentido religioso tradicional familiar. Esse sentido passa pelas relações privadas, de vizinhança, de continuidade atávica com a religiosidade de seus pais, sempre atualizadas pelos rituais e obrigações em torno das imagens dos santos padroeiros em seus adros, capelas e igrejas [...] (Camurça et al., 2003).

Essa continuidade com a religiosidade é passada de geração em geração. A Festa de São Benedito e São Sebastião traz aos seus adeptos uma representação simbólica daquilo que creem, dentro de um louvor festivo de miscigenação cultural, cumprindo com suas obrigações religiosas; e aos turistas, que assistem e/ou participam, uma experiência cultural.

Em 1989, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) estabeleceu a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, a qual fornece elementos para a identificação, a preservação, a continuidade e a disseminação deste patrimônio e, desde então, estimula a sua aplicação ao redor do mundo (UNESCO, 2015). Este documento reforça a necessidade dos Estados-membros a incrementar pesquisas adequadas em nível internacional, nacional e regional, definindo a cultura tradicional e popular como:

[...] o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem à expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (Iphan, 2015).

Algumas festas populares têm se transformado em espetáculos que acontecem por intervenção das igrejas, dos poderes públicos, dos empresários locais e/ou dos devotos, em detrimento a diversos motivos, por exemplo, para a produção de um produto comercial e, conseqüentemente, também turístico.

a relação entre a cultura e a atividade turística não pode ocorrer sem a necessária compreensão das formas de caracterização e estruturação pertinentes ao segmento. O desenvolvimento desse tipo de turismo deve ocorrer pela valorização e promoção das culturas locais e regionais, preservação do patrimônio histórico e cultural e geração de oportunidades de negócios no setor, respeitados os valores, símbolos e significados dos bens materiais e imateriais da cultura para as comunidades (BRASIL, 2010).

O turismo é uma das maneiras de se preservar estes eventos tais como são, a fim de que o visitante possa participar de um acontecimento que tenha uma produção mais íntegra do que realmente representa esta manifestação cultural. Ele deve deixar que a essência destes eventos populares fique independente de sua atividade. Nos diversos segmentos existentes no mercado de viagens, a atividade que possui essa característica é o turismo cultural que “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando

e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.” (BRASIL, 2006). Este tipo é um segmento que, embora ainda as pessoas ainda prefiram pelos destinos de sol e praia, a cultura também tem se despontado.

Em pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo, intitulada Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil – 2007, apresenta-se as principais motivações de viagem dos turistas brasileiros, onde o turismo cultural obtém 12,7% dos entrevistados, 5,1% a religião e 3,1% indicam os eventos culturais, esportivos e sociais (BRASIL, 2010). As manifestações culturais, mais especificamente, as festas podem adentrar em qualquer um dos três dados, que poderiam variar de acordo com a compreensão do entrevistado. Contudo, a fim de expor uma informação mais precisa quanto a este tipo de fenômeno, apresentam-se os dados de outro estudo denominado Hábitos de Consumo de Turismo Brasileiro – 2009, efetivado pelo mesmo órgão de turismo, que quando se questiona sobre o motivo principal da viagem, as festas populares aparecem responsáveis por 6,3% dos entrevistados; e ao detalhar indagando sobre os principais aspectos positivos da viagem realizada, estas festas estão empatadas com a gastronomia com 5,8% (BRASIL, 2010).

Tais dados são relevantes para que possam incentivar e auxiliar os administradores públicos a inventariar seus potenciais - nesta pesquisa se dá ênfase aos patrimônios imateriais - e a formular e adotar planos e políticas públicas específicas ao que a localidade pode oferecer às novas tendências do mercado turístico. Ainda, podem auxiliar aos empresários na formatação de seus produtos e juntamente com o poder público elaborar roteiros culturais criativos para alcançar esta nova demanda. Vale ressaltar que o turismo não é a salvação para a permanência de todos os patrimônios imateriais, ainda se depende de inúmeros fatores, principalmente políticos e econômicos.

A Carta de Mar del Plata sobre o Patrimônio Intangível, de junho de 1997, compartilha da preocupação da Unesco em salvaguardar o patrimônio imaterial e recomenda o fomento à articulação entre as políticas de preservação patrimonial e o turismo, para permitir o incremento social produtivo (Iphan, 2015).

Em 04 de agosto de 2000, por meio do Decreto nº 3.551, é instituído no Brasil o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, devendo ser inspecionado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (BRASIL, 2000). O Iphan vê este registro como forma do reconhecimento e da busca da valorização desses bens. A cultura popular brasileira ganha respaldo com esta legislação para a permanência e preservação de seus bens imateriais. O patrimônio imaterial é um bem intangível, que pode ter diferentes formas de manifestações, como a gastronomia, as danças e as festas. As festas devem ser registradas no Livro de Registros das Celebrações, no qual: “[...] serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social”. (Brasil, 2000, Decreto, Art. 1º, Inciso II).

A Unesco publicou em Paris, 17 de outubro de 2003, a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial e define como patrimônio cultural imaterial:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana. Para efeitos da presente Convenção, só será tomado em consideração o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos existentes, bem como com a exigência do respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e de um desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 2006, art. 2º).

Somente em 12 de abril de 2006, ou seja, mais de dois anos da Convenção para a Salvaguarda de Paris, o Brasil promulga esta Convenção para que seja executada e cumprida na íntegra o que nela contém, por meio do Decreto nº 5.753. Atualmente existem alguns elementos brasileiros inscritos na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da Unesco, como: a Roda de Capoeira (2014), o Círio de Nazaré: procissão da imagem de Nossa Senhora de Nazaré na cidade de Belém – Pará (2013); o Frevo: arte do espetáculo do carnaval de Recife (2012); e o Samba de Roda do Recôncavo Baiano (2008) (Unesco, 2015).

MÉTODO E METODOLOGIA

O método utilizado foi a fenomenologia, uma vez que ela permite uma investigação direta, assim como a descrição dos fenômenos experienciados. Além disso, admite uma explicação causal, de modo livre de preconceitos.

Os aspectos metodológicos desta pesquisa tiveram aporte em Dencker (1998), caracterizando-se como sendo exploratória, que conforme a autora é “indicada para as fases de revisão de literatura, formulação de problemas, levantamento de hipóteses, identificação e operacionalização das variáveis” (Dencker, 1998), a qual tem como forma de apresentação a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso.

Foi utilizada a pesquisa bibliográfica com o intuito de realizar um levantamento conceitual e definição de marcos históricos, partindo de materiais elaborados, como livros e artigos científicos. Segundo Dencker (1998) “A pesquisa bibliográfica permite um grau de amplitude maior, economia de tempo e possibilita o levantamento de dados históricos”. A pesquisa de gabinete de material específico da Festa foi realizada na biblioteca do Parque Estadual de Itaúnas.

O estudo de caso foi outra técnica para pesquisa por ser um estudo profundo e exaustivo de determinadas situações. Pretendeu-se atingir “o conhecimento em profundidade dos processos e relações sociais” (Dencker, 1998), observando a ocorrência dos rituais e suas influências na sociedade e, ainda, envolvendo exame de registros e entrevistas.

Também se caracterizou por ser uma pesquisa descritiva, a qual empregou técnicas padronizadas de coleta de dados e teve como objetivo descrever as características de determinada população e fenômeno (Dencker, 1998). Ainda, foi explicativa, usando o método observacional (Dencker, 1998), que identificou os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

Foi realizada a observação *in loco*, no ano de 2017, que ocorreram de maneira sistemática, quando antes de sair para fazer a pesquisa de campo, faz-se um planejamento prévio e, durante, utiliza-se de anotações e registros fotográficos.

A FESTA DE SÃO BENEDITO E SÃO SEBASTIÃO

O historiador Guilherme Santos Neves, em seu artigo “Folclore capixaba” (publicado no Jornal A Gazeta, em 23 de maio de 1968) ressalta as diversas influências culturais provenientes principalmente dos negros e dos nordestinos na construção cultural capixaba: “Há, porém, dois aspectos populares que (parece) – sem correspondentes hoje em outras regiões do Brasil – representam o folclore do Espírito Santo: As Festas de Mastro e as Bandas de Congos.”. Neves coloca que existem ou já existiram eventos com mastros de santos em vários Estados, principalmente eventos juninos, mas as Festas de Mastro capixabas são peculiares.

As referidas festas capixabas dedicadas a um ou mais santos se iniciam com a cortada, seguindo-se a puxada e, finalmente a fincada do mastro, dentro do ritual que as distingue na maioria das vezes contando com um barco, mas sempre tendo o mastro e a bandeira do santo, acompanhados do “vibrante aparato poético-musical” das Bandas de Congos. Estas etapas - cortada, puxada e fincada - não ocorrem no mesmo dia, sendo parte festiva, porém preparatória, para a festa maior em louvor aos santos padroeiros.

Por quase todos os recantos do Espírito Santo, principalmente nas áreas que compreendem os municípios de Vitória, Cariacica, Serra, Aracruz, Fundão, Timbuí, Acióli, Ibirapu, Alfredo Chaves, Guarapari, Colatina, São Mateus, Conceição da Barra... — se realizam as duas fases em que se divide a Festa: a cortada e a puxada do mastro.

Um mês, mais ou menos, antes da festa do Santo (São Pedro, São Sebastião, São Benedito...) procede-se à cortada do mastro. Um tronco, previamente escolhido, é abatido, esgalhado e depois arrastado por juntas de bois, enfeitados, canga e chifres, com guirlandas de flores e folhagens. À festa comparece o festeiro, os integrantes da Banda de Congos, devotos do santo e povo. Conduzindo festivamente, ao som das toadas da Banda, à casa do festeiro, aí permanecerá o tempo necessário ao seu preparo — lixamento e pintura —, até o dia da puxada. Há mastros trabalhados com arte, roliços ou facetados, pintados de uma ou de várias cores e desenhos; outros, porém, são toscos e ásperos, quase da grossura natural, menos na ponta ou “grimpa”, onde será colocada a bandeira — pintura do Santo em tela ou pano, encaixada na armação ou “guarda” de madeira. Quer o mastro quer a bandeira se renovam anualmente, competindo aos festeiros, eleitos ou espontaneamente apresentados, o encargo de prepará-los, como à barca, para a Festa, fato que constitui, geralmente, honraria das mais disputadas (Neves, 1968).

A puxada do mastro se realiza, nas vésperas ou no dia do Santo padroeiro da localidade. Enquanto em várias localidades capixabas o mastro é posto sobre o barco ou navio para começar a puxada, na Vila

de Itaúnas ele é levado nos ombros pelos pescadores e devotos. A festa consiste em uma curta procissão, pois o mastro é sempre preparado em uma área aberta às margens do Rio Itaúnas e levado até a frente da igreja em percurso de aproximadamente um quilômetro. É uma procissão simples, sem santo nem andor, a não ser a bandeira com a imagem do santo, quase sempre conduzida por devotas, na frente do cortejo que é acompanhado por instrumentistas ou de bandas de congo ou de um Ticumbi local. Ao chegar à frente da igreja, ao som de cânticos é feito o ritual da fincada do mastro, com foguetório e salves.

Não apenas as Festas de Mastro, mas várias são as manifestações culturais que enriquecem os festejos em louvor aos santos padroeiros da comunidade itaunense, São Benedito e São Sebastião. Baile de Congos ou Ticumbi, Reis de Boi e Jongo, são exemplos de festejos praticados nos dias dedicados aos santos.

O baile de congos, mais conhecido na região como Ticumbi, é também chamado de brincadeira de rei, ou uma celebração festiva que, segundo a memória local, acontece há mais de 200 anos na região norte do Espírito Santo em homenagem a São Benedito. Seus integrantes o definem como uma tradição cultural proveniente da África que foi recriada pelos africanos e seus descendentes nas senzalas das fazendas escravocratas, nos quilombos e nas comunidades negras urbanas.

O termo tradição é utilizado frequentemente para retratar fenômenos que acontecem por um período. Diversos são os autores que discutem essa relação de tempo e de práticas acerca deste tema. Hobsbawm (2002), na obra “A invenção das tradições”, traz uma discussão acerca do tema e aponta que as tradições podem ser tanto aquelas que surgiram recentemente ou em um tempo indeterminado, que não se sabe ao certo quando apareceram, quanto às que foram inventadas. O autor entende por “tradição inventada”

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas: tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. [...] Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. (Hobsbawm, 2002).

Hobsbawm (2002) ainda aponta que ela advém na tentativa de deixar os acontecimentos imutáveis e invariáveis de encontro com as inovações e mudanças do mundo moderno, no aspecto da vida social. Entretanto, Hatzfeld (1993) observa que pode haver uma fragilidade na tradição e aponta duas formas distintas de interpretação

A tradição não pode deixar de mudar. Por isso podemos interpretar o mesmo fenômeno de duas maneiras diferentes. Ou a tradição é frágil, o que constitui um perigo para o grupo social interessado: é necessário reforçá-la, e para isso (...) acaba-se, entre outras medidas, por confiar a homens especiais o cuidado de a vigiar e proteger. Ou, outra interpretação: a tradição muda e, seja qual for essa mudança, é a certeza de que as sociedades humanas não ficarão fechadas em tradições imóveis, como os animais o estão em regras instintivas, inalteráveis. Nada prova que a mudança seja sempre positiva. Nada garante que ela se oriente no sentido do progresso. Mas fica aberta a

possibilidade de adaptação a condições diferentes. Quer isto dizer que quando se verificam mudanças noutros setores da vida social, quando se trata de mudanças técnicas, políticas, demográficas ou de qualquer outra natureza, não é impossível que o discurso tradicional as acompanhe. Nesse caso, a mudança pode considerar-se uma possibilidade eventual. (Hatzfeld, 1993).

Algumas questões, como exemplo, as festas populares, são tidas como tradições e, com o passar de geração em geração, é improvável que não haja nenhum tipo de mudança. Em Itaúnas ocorrem pelo menos quatro dias de festa: em dois dias acontecem os ensaios dos Ticumbis locais e nos dias seguintes a estes ensaios sucedem as apresentações dos Ticumbis, juntamente com outras apresentações: Alardo, Reis de Boi, Reis de Boi Mirim e Jongo locais.

[...] toda festa, mesmo quando puramente laica em suas origens, tem certas características de cerimônia religiosa, pois, em todos os casos ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência, às vezes mesmo de delírio, que não é desprovido de parentesco com o estado religioso (Durkheim, 2000).

A vila também recebe outros grupos da região (Santana e sede de Conceição da Barra), e convidados de outros municípios do Espírito Santo, enriquecendo culturalmente ainda mais os festejos. Os ensaios começam cedo, por volta das oito horas da noite, em um sítio ou fazenda da zona rural, e continuam até a manhã do dia seguinte, quando o grupo segue alguns quilômetros de barco pelo rio Itaúnas até a ponte na entrada da vila, onde é recebido pela imagem do santo padroeiro ao qual o ensaio e a apresentação são dedicados.



Figura 1. Chegada do barco com os brincantes (A) e sequente procissão do Ticumbi até a igreja passando pela ponte, cheia de turistas (B). Fonte: Costa (2017).

O cortejo segue ao som dos cânticos até a igreja, onde o Ticumbi se apresenta. A chegada do barco (Figura 1A), enfeitado de flores e fitas, por si só é um evento aguardado pelos turistas. Uma salva de fogos de artifício anuncia sua chegada e, ao ouvir os fogos, os turistas correm para a ponte para ver o cortejo chegar (Figura 1B).



Figura 2. Apresentação do Ticumbi no interior da igreja. Fonte: Costa (2017).

As apresentações que seguem os ensaios não são feitas com as vestimentas dos bailes de congo, pois os “brincantes⁵” seguem direto de um evento ao outro, do ensaio, varando a noite, à descida do rio do barco, chegada na vila e procissão a pé até a apresentação na igreja (Figura 2). Mas não é a única exibição de cada Ticumbi: em outro momento da festa, normalmente após a missa em honra a um dos santos (São Benedito em um dia, São Sebastião no outro dia) em frente à igreja ocorre cada Ticumbi, ou seja, se desenrolam os duelos entre o Reis de Bamba e de Congo. A elas se seguem as manifestações dos jongos, Reis de Boi e do Alardo, ocupando o dia e as noites de Itaúnas.

Na tarde, no segundo dia das festividades, é feita a cerimônia da fincada do mastro: cânticos são entoados na procissão onde vários homens carregam o mastro de São Benedito até fincá-lo (colocá-lo de pé) em frente à igreja (Figura 3).

⁵ Brincantes: pessoas que fazem parte da brincadeira, desenvolvendo um ou mais papéis na atividade ou encenação.



Figura 3. Procissão segue levando o mastro (A) e fncada do Mastro de São Benedito (B). Fonte: Costa (2017).

Para melhor entendimento da Festa, segue uma breve explanação sobre as brincadeiras.

TICUMBI / BAILE DE CONGOS

O Ticumbi é uma das manifestações culturais mais marcantes do norte do Estado do Espírito Santo.

O Baile dos congos para São Benedito, mais conhecido como Ticumbi, é uma referência cultural ou celebração festiva afro-brasileira específica do Espírito Santo, embora mantenha relações e algumas semelhanças com outros bens culturais afro-brasileiros, como congos, congadas, cacumbis e cucumbis. Trata-se de uma dança que acontece, segundo a memória e a genealogia de seus integrantes, há mais de 200 anos na região norte do Espírito Santo. O baile é definido pelos dançantes como uma tradição cultural proveniente da África e que os africanos e seus descendentes teriam recriado nas senzalas, quilombos e, posteriormente, nas comunidades negras da vila de Itaúnas e da cidade de Conceição da Barra (Oliveira, 2016).

Apesar das possuir semelhanças, o Ticumbi realmente difere de cacumbis, congadas e congos de outros estados, pois não possui elementos característicos destes, como rainha, príncipe, quimboto.

Ele é composto por dezoito personagens, dois reis, dois secretários, doze congos tocadores de pandeiros, um violeiro e um porta-bandeira. Todos se vestem de branco e portam capacetes enfeitados com fitas e flores coloridas na cabeça. O mestre é um dos integrantes do baile - que pode ser um dos congos ou o violeiro - responsável pela gestão da festa, que vai da criação dos versos, composição das canções e da realização dos ensaios aos dias propriamente da festa. Seu papel é reafirmar sempre a devoção e o compromisso religioso dos congos com São Benedito (Oliveira, 2009).

As “embaixadas” são diálogos desafiadores criados pelos participantes embaixadores dos reis do Congo; o resto fica por conta do mestre. Compõem-se de versos criativos, que mudam sempre a cada ano, onde se destacam os duelos verbais e as críticas sociais ao que acontece de ruim à comunidade local (Figura 4).



Figura 4. Apresentação do Ticumbi de São Benedito (A) e Santa Clara, com o Mestre Caboclinho na viola (B). Fonte: Costa (2017).

REIS DE BOI

O Reis de Boi é uma brincadeira com base na história bíblica dos reis magos, mas com origens na cultura africana. Os brincantes criam poemas e trovas em homenagem aos Reis Magos (ou Santos Reis), Baltazar, Belquior e Gaspar e se apresentam nas casas dos devotos “festeiros”, indicadas por estandartes. É a brincadeira folclórica mais popular da região norte capixaba.

Nesta brincadeira, os brincantes são músicos e dançarinos que usam roupas parecidas, (normalmente todos usam a parte de baixo da mesma cor, com camisas brancas), coroas de flores e fitas; parte deles se fantasia de animais (como no presépio, mas adaptando-se à fauna local). Os bichos representados expressam a realidade ambiental vivida dos quilombolas e demais membros da comunidade.

As festas encenam um mundo ecológico e encantado desaparecido em grande parte do Sapê do Norte, pois a devastação ambiental da Mata Atlântica pelas empresas da monocultura de eucaliptos e da cana-de-açúcar exterminaram os animais existentes na região. Entre os animais ali representados estão: serpentes, jacarés, tamanduá, caititu, lobo e loba, onça, porco espinho, cachorro do mato, cavalo marinho, dragões, mula-sem-cabeça, duas caras e lobismem. O reis é uma dramatização social, de tudo aquilo que os brincantes gostariam de denunciar do ano que passou e o que desejam anunciar para o novo ano (Oliveira, 2009).

Como no Ticumbi, há a figura do mestre, que versa e canta juntamente com o vaqueiro - figura do Reis de Boi que impõe desafios ao dono da casa (festeiro) onde é feita a brincadeira. O festeiro oferece aos participantes o espaço e alimentação, acolhendo os brincantes e também reverenciando os padroeiros (Figura 5).

(A) (B)



Figura 5. Grupo de Reis de Boi descansando após apresentação em casa de festeiro (A) e detalhe dos chapéus típicos do Reis de Boi (B). Fonte: Costa (2017).

ALARDO

O Alardo (do francês arabizado al-ard) de São Sebastião é um festejo que representa uma batalha entre dois grupos guerreiros, os mouros e os cristãos, que batalham pela posse da imagem do santo, com o objetivo de ofertar a ele uma festividade própria.

Cada lado possui uma cor - azul ou vermelha - em suas vestes e um símbolo em sua bandeira. Os símbolos são elementos essenciais para o processo de comunicação, os quais podem nos oferecer uma noção intuitiva do que representa aquele determinado signo. Na vestimenta é usado o vermelho para os mouros e o azul para os cristãos. Na bandeira tem a lua crescente na vermelha e a cruz na azul. Seus integrantes são divididos por patentes: capitão, embaixador, tenente, alferes da bandeira, caixeiro, tambor e soldados repartidos entre cortadores e atiradores.

O único instrumento existente é o tambor, presente em cada lado, que bate compassado marcando o ritmo dos acontecimentos. Não há cantoria, apenas o embate dividido em duas etapas. O primeiro ato ocorre no dia 19 de janeiro, quando os caixeiros, batendo o tambor (cada um de seu exército) vão buscar os integrantes de casa em casa, obedecendo a hierarquia das patentes. Cada grupo ao chegar ao campo, em frente à igreja, em fila e com postura militar, se dirige a seus postos: os mouros à frente de sua “fortaleza” e os cristãos em reverência (Figura 6). Após o embate em versos entre os embaixadores, inicia-se a luta. Ao final do primeiro dia, a imagem do santo é roubada da igreja pelos mouros e levada à sua fortaleza, onde permanece até o embate do segundo dia, quando os cristãos a recuperam e convertem os mouros à sua religião.

(A)



(B)



Figura 6. Apresentação do Alardo em frente à igreja de Itaúnas (Conceição da Barra, ES). Fonte: Costa (2017).

JONGO

Enquanto todas as brincadeiras acima citadas são praticadas por homens, o Jongo é a brincadeira destinada às mulheres. Os homens, no jongo, só podem participar tocando os instrumentos, que são o tambor e a casaca - espécie de reco-reco com cabeça, típica do estado do Espírito Santo.

No jongo as mulheres dançam em roda dupla e cantam um balé coreografado no ritmo do tambor, onde rodopiam suas saias rodadas feitas de chita e trocam de pares ininterruptamente (Figuras 7). O Jongo de Itaúnas é o grupo que encerra os festejos, após a missa de São Sebastião, no dia 20 de janeiro.

(A)



(B)



Figura 7. Jongo de Itaúnas (A) e Jongo de Santana (B). Fonte: Costa (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que o turista viaja para descobrir, viver e experimentar novidades, conhecer novos locais e culturas diferentes do que vivencia em seu cotidiano. A riqueza cultural existente nos costumes e tradições de pequenos núcleos - como a vila de Itaúnas - é imensa e, como no caso do Alardo, única, pois além de ser um costume da região norte do estado do Espírito Santo não se tem mais registro de sua prática ininterrupta em outras comunidades.

A Festa de São Benedito e São Sebastião - por ser realizada em janeiro, mês de férias escolares no Brasil - recebe turistas e veranistas, não tendo uma estimativa real de fluxo específico para o evento. Estimou-se como público, no ano de 2015, entre 400 a 600 pessoas assistindo e acompanhando diretamente as festividades, fora os nativos e brincantes. No ano de 2020, antes da pandemia chegar ao Brasil, o público continuava oscilando entre os mesmos números de 2015. É um público muito pequeno para o tamanho da riqueza cultural existente. Porém, quase não há divulgação do evento, a não ser para a comunidade local e religiosa, e para os envolvidos no setor cultural do Espírito Santo.

Ao mesmo tempo em que a tradição persiste, e a religiosidade é um fundamento da festa, a questão cultural sofre com interferências cada vez maiores: aculturações, modificações de caráter histórico e religioso promovidas de forma involuntária ou mesmo não espontânea, como também apropriações indevidas do uso de imagem para fins comerciais sem sequer o conhecimento dos envolvidos. Outro problema existente - derivado dos usos e costumes da atualidade - é a perda de interesse dos mais jovens, voltados à modismos “televisivos” e fora de sua realidade (americanização, funk, hip hop) além do aumento da população evangélica na localidade, o que vem gerando um decréscimo no número de brincantes.

É preciso ter o cuidado para que esta festa não se descaracterize e torne-se um produto puramente comercial, conforme a afirmação de Debord (1997): “O espetáculo que inverte o real é efetivamente um produto.” Uma forma de combater esta transformação é que fortaleça as raízes e tradições desta manifestação popular para que não seja jugulada aos interesses políticos e econômicos, mantendo a atuação popular na organização, deixando sua existência independente de quaisquer fatores externos.

O turismo pode e deve agir como ferramenta de valorização cultural, fazendo com que haja uma elevação da autoestima dos grupos envolvidos e uma consequente compensação econômica para a comunidade envolvida.

O processo para registro de patrimônio imaterial é uma alternativa para a permanência, a continuidade e a valorização da Festa de São Benedito e São Sebastião. Entretanto, sabe-se que existem dificuldades em relação à efetivação deste registro. Isto ocorre por diversos fatores, dentre eles: pela falta de informação específica, sobre as questões discursadas no que tange ao patrimônio imaterial e sua legislação, daqueles que organizam a festa e que buscam para que ela se perpetue; em virtude da quantidade

de manifestações culturais no Brasil, principalmente por ser um país de área extensa e ter diversidade migratória, conseqüentemente, dificultando a identificação destas festas; e por falta de interesse político dos gestores locais de dar início ao processo de registro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL (2000). Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em 24 out 2020.
- BRASIL (2006). Ministério do Turismo. Segmentação do turismo: marcos conceituais. Brasília: Ministério do Turismo.
- BRASIL (2010). Ministério do Turismo. Turismo cultural: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- Camurça MA, Giovannini Jr. O (2003). Religião, patrimônio histórico e turismo na semana santa em Tiradentes (MG). *Horizontes Antropológicos*, 9 (20): 225-247.
- Corrêa RL, Rosendahl Z (2010). Geografia cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: Corrêa RL, Rosendahl Z. (Org.). *Introdução à geografia cultura*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 9-18.
- Debord G (1997). *Sociedade do espetáculo*. Editora: Contraponto. Rio de Janeiro.
- Dencker AFM (1998). *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. Editora: Futura. São Paulo
- Durkheim É (2000). *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Trad. Paulo Neves. Editora: Paulus. São Paulo.
- Geertz C (1989). *A interpretação das culturas*. Editora: Livros Técnicos e Científicos. Rio de Janeiro.
- Hatzfeld H (1993). *As raízes da religião: tradição – ritual – valores*. (Trad. Armando Pereira da Silva). Editora: Instituto Piaget. Lisboa. 284p.
- Hobsbawm E (2002). Introdução: A Invenção das Tradições. In: Hobsbawm E, Ranger T (Orgs.). *A Invenção das tradições*. (Trad. de Celina Cardim Cavalcante). Rio de Janeiro: Paz e Terra: 9 -23.
- IPHAN (2015). Carta de Mar del Plata sobre Patrimônio Intangível. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=269>. Acesso em: 28/janeiro/2015.
- Neves GS (1968). Folclore Capixaba. In: *Jornal A Gazeta*, 23/05/1968.
- Oliveira OM (2009). *Culturas quilombolas do Sapê do Norte*. Vitória, ES.
- Oliveira (2016). *Ticumbi: o baile dos congos para São Benedito*. In: Maciel C. *Negros no Espírito Santo*. 2.ed. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.


UNESCO (2015). REPRESENTAÇÃO da Unesco no Brasil. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-heritage/>. Acesso em: 28/janeiro/2015.

UNESCO (2006). Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 24 out. 2020.

Turismo e mono indústria, a emergência da mudança - O caso da Ilha do Porto Santo - Contributo para a Recuperação da Economia das Ilhas

Recebido em: 28/09/2020

Aceito em: 06/10/2020

 10.46420/9786588319413cap2

Luiz Pinto Machado^{1*} 

António Almeida² 

INTRODUÇÃO

As ilhas oferecem sem dúvida alguns dos lugares mais belos e inóspitos do planeta. Destacam-se não só pelas paisagens magníficas, águas quentes e cristalinas que vão compondo areais dourados e cordões dunares onde a diversidade de habitats naturais marcam notáveis contornos do seu litoral, mas também pelas suas culturas mescladas de povos que ali foram aportando ao longo dos séculos. No caso das Ilhas Portuguesas, particularmente as que compõem o Arquipélago da Madeira, destacam-se a Ilha da Madeira com cerca de 750 km² e cerca de 30.000 camas Hoteleiras e a pequena ilha do Porto Santo com 42 km², que ainda assim, acomoda cerca de 5000 habitantes e 7000 camas de Hotel. Graças à localização geográfica privilegiada e ao relevo montanhoso, estas ilhas apresentam um clima surpreendentemente ameno com temperaturas médias de 25°C no verão e 17°C no inverno, propícias ao desenvolvimento de uma floresta luxuriante, reconhecida pela UNESCO como património mundial natural. A temperatura do mar, influenciada pelas correntes quentes do Golfo, é igualmente amena, registando temperaturas médias de 22°C no verão e 18°C no inverno.

A apenas uma hora e meia de voo da capital, Lisboa, ambas atraem milhares de turistas todos os anos, particularmente oriundos do continente Português, Reino Unido e Alemanha.

Os registos de fluxos turísticos revelam generosas movimentações na Ilha da Madeira a partir do séc. XIX, conferindo-lhe o direito de ser considerado um dos mais antigos destinos turísticos do mundo. Este paraíso atlântico pertencente à rede Natura 2000, com uma área significativa considerada pela UNESCO, tem conquistado vários “*World e European Travel Awards*” entre outros, como melhor destino do mundo (categoria Ilhas), melhor qualidade, melhores hotéis e serviços etc.

¹ Universidade da Madeira, Departamento de Economia e Gestão, Campus da Penteada 9020-115 Funchal Ilha da Madeira.

² Universidade da Madeira, Departamento de Economia e Gestão, Campus da Penteada 9020-115 Funchal Ilha da Madeira.

* Autor de correspondência E-mail:luizpintomachado@gmail.com

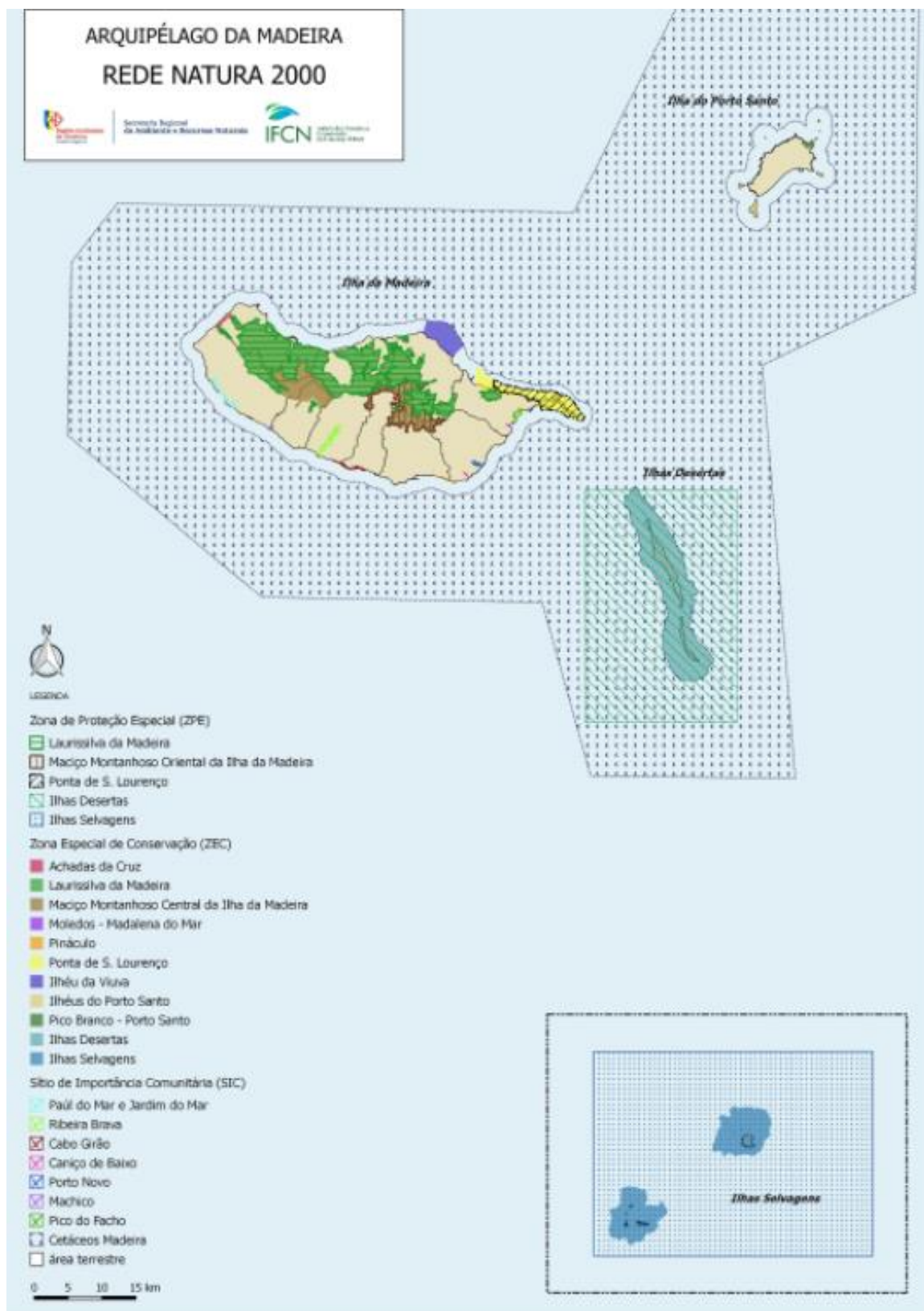


Imagem 1. Mapa do Arquipélago da Madeira – Rede Natura 2000. Fonte: Instituto das Florestas e Conservação da Natureza (IFCN)

O turismo tem sido tradicionalmente considerado o instrumento quase ideal para dinamizar a economia das ilhas (Machado; Almeida, 2012). No entanto, a tendência crescente de desastres naturais em pequenas ilhas é bem evidente, e o aquecimento global levará a um aumento dramático na vulnerabilidade das infra-estruturas costeiras e turísticas baixas (Okuyama, 2018).

As ilhas atlânticas, frágeis por natureza, foram atormentadas nas últimas décadas por acontecimentos relativamente frequentes, deixando rastros de destruição e uma imagem extremamente danosa do destino.

Quadro 1. Principais indicadores socioeconômicos da Ilha do Porto Santo. Fonte: Pordata.

	2010		2018	
	Porto Santo	Portugal	Porto Santo	Portugal
População residente	5,437	10,573,100	5,175	10,283,822
Superfície em km2	42.6	92,211.9	43.0	92,225.6
Densidade populacional	127.6	114.7	120.3	111.5
número médio de indivíduos por km2				
Jovens (%)	15.7	15.2	13.5	13.8
menos de 15 anos				
População em idade activa (%)	72.8	66.3	73.3	64.6
15 aos 64 anos				
Idosos (%)	11.5	18.5	13.3	21.7
65 e mais anos				
Índice de envelhecimento	73	122	98	157
idosos por cada 100 jovens				
População estrangeira (2)	423	443,055	299	477,472
População estrangeira em % da população residente (2)	7.8	4.2	5.8	4.6
Nascimentos (3)	69	101,381	29	87,020
Óbitos	39	105,954	48	113,051
Taxa de mortalidade infantil (‰)	0.0	2.5	0.0	3.3
óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade por cada 1000 nascimentos				
Diferença entre os nascimentos e os óbitos	30	- 4,573	- 19	- 26,031
saldo natural				
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, €	1,052	1,075	1,143	1,167

Pensões da Segurança Social e da CGA em % da população residente	29	39	36	40
com 15 e mais anos				
Desempregados inscritos nos centros de emprego em % da população residente	9	8	-	5
com 15 a 64 anos				
Crimes registados pelas polícias por mil habitantes	22.8	40.1	21.5	32.4
Consumo de energia eléctrica por habitante (kWh)	6,022.5	4,776.8	-	-
Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (kg)	110.4	76.2	371.2	103.5
Despesas do município em ambiente (%)	23	8	6	8
Alojamentos turísticos (6)	13	2,011	⊥ 72	⊥ 6,868

A Ilha da Madeira não foi exceção, depois da tempestade de 20 de fevereiro de 2010, ainda hoje com marcas visíveis, a ilha voltou a sofrer um incêndio de dimensões sem precedentes em agosto de 2016, aterrorizando a população e turistas que rapidamente ajudaram a divulgar a notícia pelo mundo. Os ventos fortes e as temperaturas altíssimas muito acima do normal empurraram as chamas para a cidade, povoada por prédios antigos e pedaços de terreno maltratados que funcionaram como um rastilho para tornar a cidade um inferno de chamas. A subavaliação inicial do risco e a clara falta de preparação para tais eventos ajudaram e o caos se instalou por vários dias. O impacto económico destes episódios, os prejuízos registados pelos empresários locais e a recuperação da imagem do destino é algo que pode levar anos para se recuperar. A juntar a estes factos, impõem-se os resultados do Covid 19, a pandemia que está a devastar a economia do mundo e que não poupa as Ilhas da Madeira e Porto Santo e que por esta razão não conseguem resistir à falta de turistas.

As pequenas ilhas possuem altos níveis de biodiversidade costeira e marinha (Figura 1). Neste sentido, qualquer atividade prejudicial acarreta perdas insustentáveis em termos de qualidade dos sistemas ecológicos, económicos e sociais.

Como consequência, a maior preocupação reside no facto de se verificar, em geral, uma grande concentração da atividade económica num só setor, no caso da Madeira e Porto Santo: o Turismo!

Existem por isso, algumas reservas quanto á sustentabilidade do turismo enquanto mono indústria em muitas ilhas.

Por várias décadas, as preocupações conservacionistas de curto prazo foram vistas como primordiais face às preocupações de longo prazo e nunca se vislumbrou um modelo de governação capaz

de aproveitar o tempo do progresso económico e dos generosos fundos comunitários para se investir num futuro menos dependente do turismo.

Nesta altura, apesar das condições serem menos favoráveis, estamos muito a tempo de encarar esta circunstância do impacto económico do Covid 19 e da abrupta quebra do turismo, como um sinal dos tempos para se promover a mudança. Antes que seja tarde, a retração desta mono indústria (ou o seu ajustamento) ainda pode funcionar como pressão positiva para trilhar um novos percursos no sentido da diversificação económica.

Esta situação alarmante, despoleta a preocupação de encontrar alternativas capazes de reduzir impactos desta natureza e equilibrar a Economia das Ilhas.

O presente trabalho apresenta uma visão daquilo em que se poderá tornar a economia da pequena Ilha do Porto Santo, começando por realizar um diagnóstico da situação presente, abordando as forças e fraquezas do território em estudo, considerando documentos estratégicos existentes, notícias e informações da mídia, bem como registo de opiniões de governantes, empresários e residentes locais. O texto inicia-se com uma Introdução, seguindo-se um enquadramento teórico e discussão, abordando o tema “turismo solitário”, discutindo-se de seguida os temas “Planear o Futuro e diversificar”, considerando ainda os conceitos “smart city” e “smart island” para finalmente apresentar a conclusão.

TURISMO “SOLITÁRIO”

O setor de viagens e turismo é um setor económico chave para as ilhas em termos de criação de rendimento e geração de empregos. Efetivamente, muitas ilhas são altamente dependentes de receitas obtidas diretamente do turismo, ou de atividades relacionadas com esta indústria. Isto reflete-se também numa longa cadeia de valor que depende deste setor. O turismo é o maior captador de moeda estrangeira para muitas ilhas, concentrando-se principalmente em sistemas bióticos frágeis como praias, recifes e outros recursos costeiros que são frequentemente super-explorados como produtos turísticos.

No que diz respeito à Madeira, as viagens e turismo representam diretamente 26% do PIB, 30 por cento do emprego e 70 por cento do total das exportações de serviços. O quadro 2 mostra a evolução do setor na pequena ilha do Porto Santo na última década.

Quadro 2. Taxa líquida de ocupação-cama e REVPAR nos estabelecimentos de alojamento turístico por município, segundo os anos. Fonte: Estatísticas de Turismo da RAM, DREM.

Taxa líquida de ocupação-cama nos estabelecimentos de alojamento turístico por município, segundo os anos													
Região Município	Anos												
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
R. A. Madeira	63.2	54.8	51.4	56.7	52.8	57.3	58.6	61.5	66.2	66.2	62.4	58.0	
Porto Santo	39.0	35.6	34.0	42.3	44.2	47.6	47.0	48.9	52.5	52.3	51.6	46.6	
RevPAR nos estabelecimentos de alojamento turístico por município, segundo os anos													
													Unidade: Euros
Região Município	Anos												
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
R.A.Madeira	36.76	30.62	26.98	30.27	30.49	33.63	35.23	39.28	45.09	48.13	47.47	44.29	
Porto Santo	28.80	26.48	23.87	26.71	29.35	29.35	29.99	35.73	39.66	40.21	40.80	38.62	

O crescimento verificado nos últimos anos, fruto do aparecimento de mais 3 hotéis do grupo Pestana (o maior grupo hoteleiro português que apesar de ser madeirense ainda não tinha investimentos na Ilha dourada) com um reforço de alguns estabelecimentos ao nível do alojamento local bem como uma maior aposta na captação de voos diretos de mercados externos, nomeadamente Dinamarca, Itália, Reino Unido e Alemanha, permitiu aumentar o número de turistas na ilha e consequentemente taxas de ocupação e Revpar (revenue per available room) situação que ajudou a mitigar o problema da sazonalidade na ilha que passou a ter turistas distribuídos ao longo do ano e não apenas no verão como acontecia tradicionalmente.

Apesar do crescimento da indústria turística ser um facto positivo na Ilha do Porto Santo e de se saber que tal como acontece em outras ilhas o turismo é vital para as suas economias, também se sabe que as suas finanças, quando dependentes apenas de uma só indústria (no caso o turismo), encolherão com os impactos estimados das mudanças climáticas e outras contingências internacionais.

Contudo, pouco se tem feito para contrariar esta realidade. A título de exemplo, segundo o United Nations Environment Programme (UNEP) 2005, as ilhas do caribe estão localizadas entre as regiões mais vulneráveis do mundo no que respeita à intensidade, frequência e impacto crescente dos desastres naturais e ambientais e, portanto, enfrentam níveis económicos e sociais desproporcionalmente elevados. No caso das ilhas do Caribe, a população depende mais da renda do turismo do que de qualquer outra parte do mundo. Já em Cuba, o custo da inação nas mudanças climáticas pode ser ainda mais desanimador e segundo alguns estudos, pode perder 13% do seu PIB até 2050 e 30% até 2100.

Enunciam-se abaixo os Setores produtivos fortemente dependentes de sua base limitada de recursos naturais (por exemplo, agricultura, silvicultura, pesca, turismo) (UNEP 2005, UNFCCC 2007b):

- Suscetibilidade aos caprichos do comércio internacional.

- Altos custos de transporte e comunicação.
- Grave vulnerabilidade a eventos climáticos extremos e outros desastres naturais.
- Recursos de terra escassos.
- Aumentar as pressões sobre os recursos e ambientes costeiros e marinhos.
- Pequenos mercados domésticos.
- Capacidade limitada de desenvolver economias de escala.
- Alto conteúdo de importação (especialmente de importações estratégicas como alimentos e combustíveis).
- Limitadas possibilidades de diversificação econômica.
- Até que ponto a política de concorrência doméstica pode ser aplicada.
- Dependência de uma faixa estreita de produtos de exportação.
- Incapacidade de influenciar os preços internacionais.
- Incertezas de abastecimento devido ao afastamento ou insularidade.
- Mudança nos padrões de chuva e ciclones, tufões e furacões.

À parte dos efeitos do Covid 19, num número crescente de casos, os riscos estão relacionados especialmente com desastres naturais e episódios de clima extremo, que são proporcionalmente mais difíceis de prevenir e conter do que atividades prejudiciais e poluentes causadas pelo homem. O crescente número e intensidade dos desastres naturais, destaca a importância de estudar o comportamento pós-desastre dos turistas, a fim de aprimorar e promover práticas de gestão de risco e sobretudo pensar em atividades alternativas que possam suportar as ilhas quando o Turismo entra em colapso.

PLANEJAR O FUTURO E DIVERSIFICAR

Em primeiro lugar quando se fala de Planeamento da economia das ilhas é elementar adotar o modelo de sustentabilidade assente nos 3 pilares tradicionais: Social, económico e ambiental aos quais se acrescenta um quarto, o tecnológico. Em segundo lugar aceitar que os recursos da ilha são escassos e alguns de consumo intensivo.

Reagir ao facto de as ilhas serem altamente vulneráveis a fenómenos ambientais e socio-económicos, isto é, às variações dos mercados internacionais (que se relacionam com importações de bens e turistas) e sobretudo às alterações climáticas, implica uma planificação que seja capaz de responder rapidamente a esses fenómenos por forma a minimizar impactos negativos. Com os seus ecossistemas frágeis, as ilhas são altamente vulneráveis a e fenómenos induzidos globalmente, como a previsível subida do nível do mar, a poluição, nomeadamente marítima, provocada por acidentes de navegação e más práticas dos agentes marítimos.

As ilhas também enfrentam um risco maior de marginalização da economia global do que muitos outros países em desenvolvimento, como resultado de seu isolamento, pequeno tamanho e distância dos grandes mercados. Ou seja, o conceito de vulnerabilidade não está apenas relacionado com a fragilidade ecológica, e propensão a desastres naturais, mas também a fenómenos de mercado.

Apesar da maioria das ilhas serem maioritariamente importadoras, algumas são exportadoras de commodities individuais e também dependem das receitas de exportação. No caso da Madeira destaca-se o centro Internacional de negócios, um “offshore” que há uma década contribuía com quase 30% do PIB regional, e que depois de perder centenas de empresas por pressão da União Europeia, está em fase de recuperação.

Neste campo, nos planos de recuperação que possam vir a ser executados, não é de desconsiderar a pequena Ilha do Porto Santo como extensão dessa importante fonte de negócios. Pela sua beleza, fácil acessibilidade (dado o aeroporto ser mais seguro e viável do que o da Madeira) considerando que não seria necessário disponibilizar um grande espaço físico para instalação de empresas, reconhece-se aqui uma forte e simples possibilidade de diversificação e de reforço dos fluxos financeiros da ilha.

No que respeita à produção, muitas Ilhas caracterizam-se pela concentração das suas exportações em torno de uma limitada gama de produtos escoados para poucos mercados. Essa dependência externa aumenta sua vulnerabilidade a choques e ameaças económicas externas, contribuindo para a instabilidade dos postos de trabalho e do poder de compra dos residentes. Além disso, as Ilhas Atlânticas, partilham em comum de altos custos unitários de produção de bens e serviços resultantes de altos custos de transporte, geralmente monopolizado, que em nada contribuem para a colocação desses produtos nos mercados de consumo a preços competitivos. Os custos de importação e exportação de bens aumentam ainda mais devido aos longos períodos necessários para armazenar as mercadorias, devido à clara escassez de transporte aéreo e marítimo de/para as ilhas.

A nível Internacional, a falta de concorrência no mercado no transporte para comunidades insulares, de passageiros e particularmente de mercadorias, provoca um estrangulamento ao comércio externo pois reduz a possibilidade de exportar produtos perecíveis, sobretudo dos setores da agricultura e pesca.

Por outro lado, da reduzida dimensão das ilhas, em relação ao volume de comércio, resulta que as economias de escala são geralmente difíceis de concretizar e por isso não representam um negócio atrativo para mais do que uma transportadora.

Verifica-se também tendência para uma concentração de negócios de grupos económicos em muitas das suas indústrias, quer na produção, quer na distribuição das importações.

Mas a maior preocupação reside no facto de se verificar, em geral, uma grande concentração da atividade económica num só setor, no caso da Madeira e Porto Santo o Turismo!

Existem por isso, algumas reservas quanto á sustentabilidade do turismo enquanto mono indústria em muitas ilhas. Por isso, face à elevada vulnerabilidade, é necessário planear o futuro das ilhas de forma a torná-las mais resilientes e mais eficientes.

Inovar é a palavra de ordem, é necessário reinventar a economia, mesmo sem trazer nada de novo! Inovar pode passar pelo “regresso” às origens. Se atividades do setor primário, como a pesca e a agricultura foram em tempos o grande motor económico da Ilha do Porto Santo, perdendo importância, ao longo dos anos em favor do turismo, talvez seja tempo de pensar que a recuperação dessas atividades, utilizando práticas tecnologicamente avançadas e projetadas no âmbito de um plano transversal a toda a economia, possa ser o primeiro passo para a diversificação. O Próprio turismo, beneficiaria desses recursos, já que poderia absorver grande parte da produção local, evitando o abastecimento externo, agravado pelo custo do transporte e armazenagem atrás enunciados. De igual forma a população teria acesso a produtos mais frescos, mais baratos e seguramente com mais qualidade, gerando-se um impacto económico bem mais interessante do que é conhecido no momento.

Muito se tem falado de Economia Azul, o Mar com toda a sua dimensão e com toda a riqueza que contém, deve considerar muitas atividades para além da pesca, que também precisa de ser reinventada. Da indústria de aproveitamento e produção de algas para a indústria da cosmética, da recolha e produção de produtos derivados do Sal marinho á piscicultura e transformação de peixe e marisco, da “docagem” reparação e construção de embarcações de recreio e yates de grande porte à exploração de minérios e produtos sub aquáticos, sem esquecer as areias que com as suas características terapêuticas únicas e pouco aproveitadas para uma indústria milionária, pode configurar uma alternativa ao turismo, baseada num recurso quase inesgotável, o oceano !

Ou seja, não se pretende reduzir ou acabar o turismo, mas tão só reduzir a sua importância relativa na economia da Ilha e a sua dependência, permitindo que sejam equacionadas e apoiadas outras atividades/Indústrias que possam manter a sustentabilidade da ilha e salvaguardar a qualidade de vida dos cidadãos e da própria economia face às vulnerabilidades atrás enunciadas.

SMART TOURISM – SMART ISLANDS

O turismo, enquanto indústria com uso intenso de serviços, andou por muitas décadas de mãos dadas com a tecnologia e abraçou o potencial inerente aos seus mais recentes desenvolvimentos (Buhalis; Law, 2008). O que mudou significativamente é que a tecnologia não só se tornou parte integrante do turismo, como revolucionou a forma como as viagens são planeadas (Buhalis, 2003), os negócios são conduzidos (Buhalis; Licata, 2002) e os serviços e experiências de turismo são criados e consumidos (Stamboulis; Skayannis, 2003). Isso abriu novas oportunidades, desafios e potencial no campo do Turismo (Gretzel et al., 2006).

O conceito de Smart City representa um ambiente onde a tecnologia está embutida na cidade. Essa tecnologia gera cinergias com os componentes sociais da cidade para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e, ao mesmo tempo, melhorar a eficiência dos serviços da cidade, como a otimização do uso de energia e melhor monitoramento do tráfego (Vicini et al., 2012) e trata principalmente dos aspetos económicos e sociais de uma cidade num ambiente urbano sustentável.

O “smart tourism” oferece uma série de oportunidades para adotar um modelo de desenvolvimento cada vez mais ecológico e sustentável, sem negligenciar os requisitos de crescimento devido à adoção de tecnologias, de economia de matéria-prima e interfaces destino-turismo mediadas por TIC, questão de extrema importância na natureza dos destinos dependentes de turismo. Embora o crescente papel desempenhado pelos turistas, vistos como conhecedores de tecnologia, tenha sido devidamente reconhecido na literatura, um elemento crucial do ecossistema do turismo tem sido bastante negligenciado: o operador de pequeno e médio porte, neste caso uma pequena ilha, como é o caso da Ilha do Porto Santo.

Por esse motivo, julgamos que qualquer tentativa de adoção de uma postura de turismo inteligente deve ser precedida de uma análise e diagnóstico cuidadosos, das estruturas organizacionais operadas pelos intervenientes locais e das atitudes face à adoção de novas ferramentas TIC nos seus modelos de negócio.

A cidade inteligente tornou-se terreno comum para o discurso urbano, cujo princípio foi recebido com entusiasmo nos “médias”, na esfera institucional e académica. Mas esta cidade ideal acarreta desafios consideráveis. Muitos desses obstáculos estão ligados às 6 dimensões ou pilares postulados pelo modelo: população, meio ambiente, mobilidade, economia, qualidade de vida e governança (Enerlis et al., 2012; Giffinger et al., 2007; Giffinger; Gudrun, 2010) Além disso, Smart City não pode ser definida sem um maior envolvimento dos cidadãos (smart people) (UDMS, 2017).

Mas como falamos de ilhas, mais adequado é o termo “Smart Island” que aparece no projeto “Smart Web services for Mediterranean Islands” (GISIG, 2014) com a seguinte definição: “é uma plataforma de integração desenvolvida que fornecerá aos utilizadores uma variedade de serviços da web padronizados numa interface 3D amigável como o Google Earth, desenvolvido especificamente para este propósito. Os serviços da web cobrirão vários aspetos da vida quotidiana, como Proteção Civil, Meio Ambiente, Simulação e Gestão de Incêndios Florestais, Turismo, Marketing, Estatística, Educação, Tours Virtuais, Previsão do Tempo em tempo Real, Transporte, etc.” A APP será disponibilizada para a comunidade de provedores de serviços, dando a capacidade de desenvolver serviços da web adicionais seguindo procedimentos padronizados, conforme descrito pela OGC”. O termo também foi usado no contexto do desenvolvimento de uma plataforma Smart-Islands para o apoio ao turismo (Di Staso et al., 2014). O projeto “Ilhas Inteligentes” é a continuação do parecer de iniciativa do Comité Económico e Social Europeu (CESE) sobre as Ilhas Inteligentes.

Embora o termo “smartification” se refira às mesmas técnicas, resultados, conceitos, software, dados etc. aplicados a cidades ou ilhas, a sua aplicação no processo de smartification pode ser bastante diferente quando aplicado em uma ilha. Ou seja, um conjunto de cidades / vilas intimamente relacionadas e de alguma forma isoladas do resto do mundo (conectadas apenas por rotas costeiras / marítimas e aéreas) e, talvez, rodeadas por um mar “azul” mais limpo, são de alguma forma “diferentes” de uma cidade (Pantazis et al., 2018). Este conceito está em linha com a “Iniciativa Ilhas Inteligentes”, um esforço ascendente das autoridades e comunidades insulares europeias que começou em 1993. Baseia-se em anos de colaboração entre as ilhas europeias e procura comunicar o potencial significativo das ilhas para funcionarem como laboratórios de inovação tecnológica, social, ambiental, económica e política.

A Iniciativa “Smart Islands” é inspirada nas Cidades e Comunidades Inteligentes - busca melhorar a vida nas ilhas por meio de soluções sustentáveis e integradas que aproveitam ao máximo as vantagens competitivas das ilhas.

Mais ainda, a Iniciativa Ilhas Inteligentes destaca o papel das ilhas na aceleração da transição da Europa para uma economia de baixo carbono, sustentável. De acordo com o site SmartIslandsinitiative.eu, o ISLENET foi a primeira rede de autoridades insulares a promover a energia sustentável e a gestão ambiental, fundada pelas Ilhas Ocidentais, Shetland, Orkney, Madeira, Açores e Ilhas Canárias.

O ISLENET opera sob a égide política da Comissão das Ilhas da Conferência das Regiões Marítimas Periféricas - CPMR. Após alguns eventos, em 2009, com o PROJETO ISLEPACT, a DG Energia lança um convite à apresentação de propostas convidando as parcerias insulares interessadas a apresentar propostas para o desenvolvimento de um “Pacto das Ilhas” vinculativo, em que as autoridades insulares comprometidas são convidadas a alcançar um mínimo de 20% de redução das emissões de CO₂ até 2020, através do desenvolvimento de Planos de Ação de Energia Sustentável (iSEAPs). O “Pacto das Ilhas”, iniciativa política das ilhas europeias, é oficialmente reconhecido pelo Parlamento Europeu como uma iniciativa da UE paralela ao Pacto de Autarcas.

Contando já com projetos consideráveis na área energética, a ilha do Porto Santo poderia facilmente adotar procedimentos na área da mobilidade (a pequena rede viária poderia ser reduzida apenas à utilização de veículos elétricos), lançar novos projetos de captação de água através do reforço e/ou novas instalações desalinizadoras e simultaneamente produtoras de energia, estes últimos, essenciais para o relançamento da atividade agrícola da ilha.

Considerando que a Ilha, deixaria de estar apenas dependente do turismo e da sazonalidade do negócio, tendo como âncoras outras atividades económicas, não só se reduziria a desertificação populacional da ilha como se poderiam atrair mais investidores que criando mais postos de trabalho, tornariam a ilha mais atrativa. Com isto a população cresce, origina e dinamiza focos de interesse, cultural e desportivo, promove-se a formação, enfim... reinventa-se a economia da pequena, mas singular ilha.

Seguindo os princípios enumerados, quem sabe, se a ilha do Porto Santo, pela sua posição geoestratégica, de reduzida dimensão, mas com amplos recursos naturais, pudesse ser uma espécie de projeto piloto de referência mundial!

CONCLUSÃO

Existem algumas reservas quanto á sustentabilidade do turismo enquanto mono indústria em muitas ilhas e particularmente na Ilha do Porto Santo. Por várias décadas, as preocupações conservacionistas de curto prazo foram vistas como primordiais face às preocupações de longo prazo e nunca se vislumbrou um modelo de governação capaz de aproveitar o tempo do progresso económico e dos generosos fundos comunitários para se investir num futuro menos dependente do turismo. Nesta altura, apesar das condições serem menos favoráveis, estamos muito a tempo de encarar esta circunstância do impacto económico do Covid 19 e da abrupta quebra do turismo, como um sinal dos tempos para se promover a mudança. Antes que seja tarde, a retração desta (ou o seu ajustamento) ainda pode funcionar como pressão positiva para trilhar novos percursos no sentido da diversificação económica.

Não se pretende reduzir ou acabar o turismo, mas tão só reduzir a sua importância relativa na economia da Ilha e a sua dependência, permitindo que sejam equacionadas e apoiadas outras atividades/Indústrias que possam manter a sustentabilidade da ilha e salvaguardar a qualidade de vida dos cidadãos e da própria economia face às vulnerabilidades atrás enunciadas.

Inovar é a palavra de ordem, é necessário reinventar a economia, mesmo sem trazer nada de novo! Inovar pode passar pelo “regresso” às origens. Se atividades do setor primário, como a pesca e a agricultura foram em tempos o grande motor económico da Ilha do Porto Santo, perdendo importância, ao longo dos anos em favor do turismo, talvez seja tempo de pensar que a recuperação dessas atividades, utilizando práticas tecnologicamente avançadas e projetadas no âmbito de um plano transversal a toda a economia possa ser o primeiro passo para a diversificação.

O Mar, e toda a riqueza que contém para além da pesca deve ser considerado. Da indústria de aproveitamento e produção de algas para a indústria da cosmética, da recolha e produção de produtos derivados do Sal marinho á piscicultura e transformação de peixe e marisco, da “docagem” reparação e construção de embarcações de recreio e yates de grande porte à exploração de minérios e produtos sub aquáticos, sem esquecer as areias que com as suas características terapêuticas únicas e pouco aproveitadas para uma indústria milionária, pode configurar uma alternativa ao turismo, baseada num recurso quase inesgotável, o oceano !

Atendendo ás características da ilha e dos negócios que integram o Centro internacional de Negócios da Zona Franca da Madeira deve ser considerada a inclusão da Ilha do Porto Santo como extensão.

Além disso, julgamos que a Ilha pode replicar a iniciativa “Smart Islands” inspirada nas Cidades e Comunidades Inteligentes que procura melhorar a vida nas ilhas por meio de soluções sustentáveis e integradas que aproveitam ao máximo as vantagens competitivas das ilhas. Garantidamente há muitas vantagens competitivas no Porto Santo algumas já identificadas, mas que sósão uteis se as soubermos aproveitar.

A Iniciativa “Smart Islands” destaca o papel das ilhas na aceleração da transição da Europa para uma economia de baixo carbono, sustentável.

Seguindo os princípios enumerados, quem sabe a ilha do Porto Santo, pela sua posição geoestratégica, de reduzida dimensão, mas com amplos recursos naturais, pudesse ser uma espécie de projeto piloto de uma “smart Island” referência mundial!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


- Buhalis D (2003). eTourism: Information technology for strategic tourism management. London: Pearson Education.
- Buhalis et al. (2002). The Future eTourism intermediaries *Tourism Management*, 23: 207-220.
- Buhalis D, Law R (2008). Progress in information technology and tourism management: 20 years on and 10 years after the internet: The state of eTourism research. *Tourism nagement*, 29(4): 609–623
- Di Staso et al. (2014). Smart-Islands: Enhancing User Experience for Mediterranean Islands for Tourism Support. DOI: 10.1007/978-3-319-07626-3_21.
- Enerlis et al. (2012): Libro Blanco de Smart Cities. Madrid: Imprintia European Commission (EC): Communication from the Commission on Smart Cities and Communities – European Innovation Partnership. Brussels, C(2012) 4701 Final (10-07-2012)
- Giffinger et al. (2007). Smart cities. Ranking of European medium-sized cities. Final Report edited by the Centre of Regional Science (SRF), Vienna University of Technology, Vienna.
- Giffinger R, Gudrun H (2010). Smart cities ranking: An effective instrument for the positioning of the cities? *ACE: Architecture, City and Environment*, 4(12): 7–26.
- GISIG (2014) Geographical Information systems international group. Project “Smart Web services for Mediterranean Islands” <http://www.gisig.eu/smart-islands-2/>
- Gretzel et al. (2000). Preparing for the New Economy: Advertising Strategies and Change in Destination Marketing Organizations. *Journal of Travel Research - J TRAVEL RES.* 39: 146-156. DOI: 10.1177/004728750003900204.
- Gretzel et al. (2006). Searching for the Future: Challenges Faced by Destination Marketing Organizations. *Journal of Travel Research - J Travel Res.* 45: 116-126. DOI: 10.1177/0047287506291598.

- Machado et al. (2012). “Natural Disasters in Touristic Destinations: The Case of Portuguese Islands
“Natural Disasters: Prevention, Risk Factors and Management. Biljana R et al. (eds.) Nova Science
Publishers, Inc. NY Chapter ID: _9303_ 2012
- Okuyama T (2018). Analysis of optimal timing of tourism demand recovery policies from natural disaster
using the contingent behavior method. *Tourism Management* 64: 37-54.
- Pantazis et al. (2018). Smart Sustainable Islands vs. Smart Sustainable Cities, *ISPRS Ann. Photogramm.
Remote Sens. Spatial Inf. Sci.*, IV-4/W3: 45-53
- Stamboulis Y, Skayannis P (2003). Innovation Strategies and Technology for Experience-Based Tourism.
Tourism Management. 24: 35-43. DOI: 10.1016/S0261-5177(02)00047-X.
- UDMS (2017). Urban Data Management Society, ISPRS and the University of Split, Second International
Conference on Smart Data and Smart Cities, Puebla/Mexico 4 a 7 Out 2017.
- Vicini et al. (2012). How to co-create internet of things-enabled services for smarter cities. SMART 2012,
The First International Conference on Smart Systems, 55-61.

Turismo e Patrimônio Material: o caso do Chafariz com representação de indígenas em Conceição do Mato Dentro – Minas Gerais (Brasil)

Recebido em: 18/11/2020

Aceito em: 01/12/2020

 10.46420/9786588319413cap3

Adriano Toledo Paiva^{1*} 

INTRODUÇÃO

Neste artigo analisaremos o chafariz da Praça Dom Joaquim na cidade de Conceição do Mato Dentro, município de Minas Gerais (Brasil), avaliando as representações que estiveram imbricadas na construção deste monumento. Esse bem material foi registrado no Livro de Belas Artes, sob a inscrição: 454, datado de 9 de março de 1960. Esse chafariz se destaca por ser uma obra em cantaria² com a representação de indígenas. As produções de obras com esse tema não foram correntes nas produções artísticas nas Minas Gerais setecentista, portanto, a fonte em pedra sabão revela um importante aspecto para a história e patrimônio local e do Brasil. Os moradores da região sempre evocam a presença do chafariz como uma homenagem aos povos indígenas da região. Contudo, o que significava representar o indígena em uma praça e no monumento comemorativo? Qual é o “lugar de memória” para os povos indígenas nessa praça?

Neste chafariz consta a inscrição do dia que foi inaugurado, próxima às figuras antropomórficas de onde jorram água: “22 de abril de 1825”, “quarto ano da Independência”. O projeto e a execução dessa escultura são de autoria do mestre José Caetano, mas não encontramos muitas referências sobre esse mestre da cantaria. No topo do chafariz verificamos a figura de um guerreiro indígena, ativo, portando capa, saiote emplumado, cabelos longos, atavios de argolas nas orelhas compostos de ferro e um grande penacho. O líder é sustentado por outras quatro figuras humanas, desnudas, e com deformações na boca, semelhantes a “carrancas” ou “gárgulas”, de onde verte água (Imagem I).

¹ Doutor em História pela UFMG. Pós-doutorando em História na UFMG, com bolsa do PNPd-CAPES.

* Autor(a) correspondente: adrianohis@yahoo.com.br, adrianotolpa@gmail.com



Imagem 1. Chafariz da Praça Dom Joaquim – Conceição do Mato Dentro (MG. – Brasil). Fonte: Fotografia de Adriano Toledo Paiva (04/12/2016).

Em coletânea de efemérides sobre essa região, Danilo Arnaldo Briskievicz avalia que em 24 de setembro de 1828, a Câmara do Serro Frio ordenou a construção do Chafariz da Cavalhada, que foi

arrematado também pelo mestre José Caetano no valor de 77\$860. Segundo as especificações da obra, a fonte deveria ser

uma coluna organizada de três peças vindas de pedestal; no meio quatro carrancas vomitando água por 4 canos e sobre tudo isto uma pirâmide tudo de pedra, tendo em baixo um tanque oitavado com quatro assentos para descanso dos recipientes chapeados com gatos de ferro ligados com chumbo forrado, o centro com pedras lavradas de modo a não minar a água (Briskiewicz, 2017).

Infelizmente, essa obra foi substituída e não existe no espaço urbano da atual cidade. E no Guia de bens tombados de Minas Gerais (Souza, 1985) avaliamos que não se conhece outro trabalho do Mestre José Caetano, autor do chafariz de tema muito original, mas os documentos paroquiais e camarários do Serro Frio ainda merecem uma melhor análise e estudos dos historiadores. Em dissertação de mestrado, Rafael de Brito Souza (2017) analisa dados sobre a falta de abastecimento de água no Serro Frio, sendo construído o chafariz da Matriz e do Largo da Cavalhada no Serro Frio (1828). O autor considera que este chafariz, também arrematado pelo mestre José Caetano, poderia ser semelhante ao projeto realizado em Conceição do Mato Dentro (1825) (Souza, 2017). A história sobre esse mestre de cantaria ainda merece ser estudada, provavelmente está relacionada às trajetórias de muitos outros artífices das pedras de Minas Gerais, sendo negros, pardos ou mestiços de origem escrava, alforriados ou nascidos livres (Silva, 2008).

O CHAFARIZ INDÍGENA NA PRAÇA DOM JOAQUIM

Em 1948, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, diretor geral do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, solicitou pesquisas e contatos com as autoridades da municipalidade sobre uma obra de arquitetura civil pertencente à cidade de Conceição de Mato Dentro, “o conjunto arquitetônico e urbanístico da Praça Dom Joaquim, antigo Largo do Pelourinho, com seu chafariz em pedra-sabão”. O tombamento foi sugerido em 20 de outubro de 1948 pelo então chefe da seção de arte o arquiteto Alcides Rocha Miranda. Depois de avaliados os casarios da praça, ficou comprovado que apenas o chafariz seria digno do tombamento. (IPHAN, Processo: 0379-T-48, D.P.H.A.N./D. E. T., 1948). Em 18 de setembro de 1959, Andrade solicitou ao chefe do terceiro distrito, Dr. Sylvio de Vasconcellos, o exame do assunto, fundamentando as propostas de inserção do Chafariz nos registros de patrimônio histórico e de arte. (Imagem I) Destacamos alguns trechos do relatório de Vasconcellos sobre o Chafariz:

com referência ao Ofício nº 1092 e a propósito dos tombamentos que se recomendam na cidade de Conceição do Mato Dentro, cumpre assim fundamentá-los:

...2 – fonte pública: trata-se de um conjunto escultórico composto de um tanque quadrangular com coluna central encimada por estátua figurando um silvícola. Na base do pedestal desta estátua ocorrem figuras bizarras, de cuja boca jorra água. A estatuária tem sabor pouco erudito, quase popular; se por um lado esta característica não valoriza a peça, por outro a torna interessante e singular, mormente pelo uso de elemento indígena. A obra está datada de 1825 e é lavrada em pedra-sabão. Por estas características talvez se recomende também a proteção do poder público. (28/09/1959) (IPHAN, Processo: 0379-T-48, D.P.H.A.N./ D. E. T., 1948).

A obra considerada por esse especialista como de “sabor pouco erudito”, “quase popular”, exótica, com silvícola e representação de outras “figuras bizarras” destoava de outros chafarizes das cidades coloniais, compostos com certo refinamento e geralmente dispostos em um paredão de pedras. A estrutura do chafariz é de fosso e vertendo água ao alto, não sendo apenas dissipada por uma canaletta conduzida do leito de um córrego ou minas de água. O prefeito Jorge de Vasconcelos Safe acusou o recebimento das notificações relativas ao tombamento do Chafariz, emitidas pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sendo feita a sua inscrição, “sobre o número 454, na folha 84 do livro do Tombo das Belas Artes, em 9 de março de 1960. Carlos Drummond de Andrade. Chefe da S.H. da D.E.T.” (IPHAN, Processo: 0379-T-48, D.P.H.A.N./D. E. T., 1948).

Quando visitamos a cidade de Conceição do Mato Dentro, no ano de 2016, em companhia do meu amigo o Prof. Dr. Alexandre Rodrigues de Souza, avaliamos que a obra estava bastante avariada, tendo o piso original do chafariz coberto por cimento, algumas das carrancas estavam quebradas e com inscrições em sua superfície feitas pela população. Segundo informações da Prefeitura Municipal, o Chafariz foi reinaugurado no mês de março de 2020, tendo seus processos de restauro iniciados no último quartel de 2018. A restauração devolveu as partes faltantes das carrancas, reintegrando a superfície das pichações e riscos da pedra sabão, seu piso original de quartzito e a reinstalação do abastecimento de água para a fonte.

Na documentação do IPHAN, a Praça Dom Joaquim é descrita como “antigo largo do pelourinho, com seu chafariz de pedra sabão”. Segundo publicações da Fundação Casa de Cultura de Conceição do Mato Dentro, o chafariz substituiu o pelourinho que ali existia desde 1719 (Rocha, 2015). O pelourinho é a representação do poder e da justiça do Rei na localidade, sendo utilizado para comunicados importantes, leitura de editais e para aplicação de punições aos transgressores da ordem. Neste caso, a substituição do monumento representa a necessidade de demarcar um novo período, o da construção do Império do Brasil e de uma nova nação. O monumento homenageia os quatro anos da independência (conforme inscrição na sua base), representando e disseminando uma nova memória para o povoado. Assim, o passado do domínio português ruía com a demolição da antiga picota e emergia a alegoria do governo de Dom Pedro I. Afinal, quais as representações e figuras acionadas para a configuração deste monumento? Por que foram empregados elementos e figuras indígenas para a execução da obra? Investigaremos esses aspectos nas próximas partes do nosso texto.

REPRESENTAÇÕES DO GUERREIRO INDÍGENA

A obra do mestre José Caetano celebra a independência do Brasil, conforme as inscrições no monumento, dispostas no coroamento das figuras antropomórficas que expõem água: “22 de abril de 1825”, “quarto ano da independência”. A obra substituiu o pelourinho que era símbolo do poder da Coroa

Portuguesa nas conquistas e sinal do estabelecimento e aplicação da sua justiça na localidade. Com a Proclamação da Independência e com a promulgação da Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I (25/03/1824), os principais homens da localidade elaboram um monumento de apoio ao novo governo e estatuto político do Brasil. Em meio aos muitos conflitos entre os brasileiros e lusitanos, entre pensamentos conservadores e liberais, a localidade manifestava seu apoio ao Imperador e à liberdade nacional. O monumento celebrava e representava a nação brasileira. A sua data de inauguração coincide com a celebração da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral nas terras de Santa Cruz. Deste modo, a intenção política de sua construção e inauguração representava o desejo de rompimento com a história colonial e do passado de dominação portuguesa.

No Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte – MG.) encontramos uma reprodução fotográfica de um quadro, intitulado “Índio Brasileiro entrega a Coroa Imperial a D. Pedro I” (Imagem 2). Constatamos que a obra, não identificada pelo arquivo, integra o acervo do Museu Casa Padre Toledo, na Cidade de Tiradentes (MG.). (APM. PE-031) A pintura representa o indígena entregando a coroa à D. Pedro I, representando um pacto de vassalagem entre os Brasileiros e seu governante ricamente fardado e com todas as insígnias e distintivos reais. O índio é pintado com adornos de penas e grande cocar, sendo associado à imagem do guerreiro, portando arco e flechas. O índio representa o povo brasileiro e o Imperador passava a ser seu protetor (APM. PE-031).



Imagem 2. “Índio Brasileiro Entrega a Coroa Imperial a D. Pedro I”. Fonte: APM. PE-031. (Reprodução fotográfica de quadro). Dimensão:13,8 x 18,9 cm.

Em um bordado comemorativo, disponível na loja Companhia Paulista de Leilões, avaliamos uma obra com a alegoria do juramento da Constituição de 1824. Dom Pedro I salva uma índia e sua filha (que representariam o Brasil) da ameaça do absolutismo, representado por Portugal. (Imagem 3) As mulheres indígenas estão cobertas com saiotas de penas, tendo penas de adereço na cabeça e uma capa. As nativas observam e acenam para a imagem de George Washington. O Imperador aparece com vestes militares, com as cores da família Bragança, mas não parece vincular-se à Monarquia Portuguesa, destituído de símbolos como coroa, medalha, cetro ou mantos.

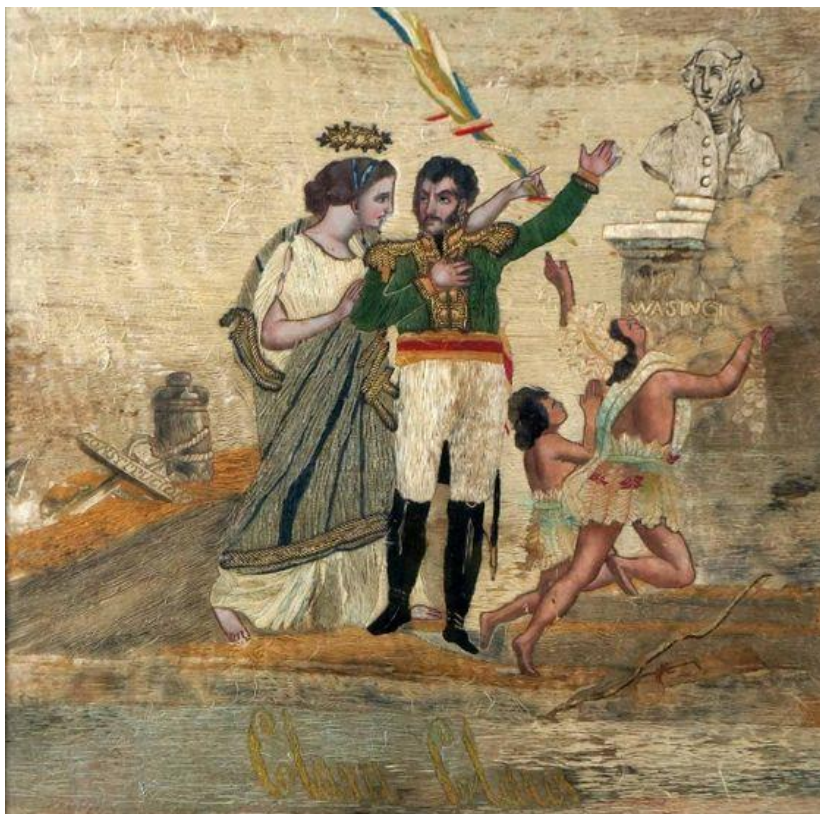


Imagem 3. “Alegoria do juramento da Constituição de 1824”. Pedro I salva a índia (que representa o Brasil) da ameaça do absolutismo. Alegoria à Independência do Brasil - Autor não identificado - Bordado, 40 x 40 cm. Fonte: Cia Paulista de Leilões: <http://www.ciapaulistadeleiloes.net.br:80/peca.asp?ID=396368&ctd=237&tot=261&tipo=> Acesso em: 25/08/2020.

O imperador não parece apenas salvar as indígenas das ligações com Portugal, uma âncora com a inscrição “Constituição” está atada a um pilar de um porto, na parte direita da imagem. A liberdade, representada por uma mulher, está laureada e com uma palma, representando a vitória, com as cores Imperiais da casa de Bragança. A figura feminina parece flertar com o Imperador, tocando-lhe pelo braço direito, e aponta para o busto de George Washington. Ao estabelecer essa ligação com o lado direito de D. Pedro, a mulher em vestes clássicas parece despertar-lhe a razão. A imagem nos demonstra um diálogo travado entre o Imperador e a Liberdade, que aponta com o dedo indicador à estátua em mármore e o monarca também a demonstra com a mão espalmada.

Uma litografia em preto e branco sobre papel, intitulada “D. Pedro I. e a Constituição - luta contra o despotismo”, de autoria de Gianni, pertencente ao Museu Histórico Nacional e reproduzida em inúmeros exemplares e publicações, também emprega a representação do Imperador a salvar uma índia (Imagem 4).



Imagem 4. “Alegoria ao juramento da Constituição, 1825”. Fonte: GIANNI. Alegoria ao juramento da Constituição, 1825. Litografia. CORREIA, Jonas. Símbolos do Brasil. In: História da Independência do Brasil. Volume VI. Rio de Janeiro/Guanabara: Rideel, 1972. Essa obra intitulada “D. Pedro I. e a Constituição - luta contra o despotismo - litografia de Gianne” encontra-se depositada no Museu Histórico Nacional.

Datada de 1824, essa imagem mostra o imperador amparando a índia desnuda, portando apenas saio de penas, flechas, arco e adornos de cabeça. A envolvente e lânguida jovem, com bela musculatura e altivez, coloca-se aos pés de um abismo e sendo capturada por um ser monstruoso e serpentes. O Imperador está trajado de vestes reais, faixas, insígnias das suas nobres casas, comendas militares e espada, pisando sobre a mão do portento. A imagem nos remete às representações imagéticas católicas da Virgem Maria, pisando em uma serpente com os pés, e de São Miguel, que também triunfa sobre uma figura demoníaca. O Imperador é registrado como viril, valente, forte, jovem e musculoso: representa um herói que salva a indígena. As representações de Pedro I vinculam-se especialmente com a construção da imagem do governante como “Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”, título que ganhou em

outubro após a independência. O pesquisador Paulo Rezzutti, ao analisar esta mesma gravura nas biografias de Dom Pedro I e de Domitila de Castro do Canto e Mello, associa a figura da índia segurada pelo imperador à sua preferida, a Marquesa de Santos (Rezzutti, 2013). Para o autor, os relatos da época sugerem que a Marquesa teria servido de modelo para a figura indígena (1825) (Rezzutti, 2015).

Ana Flora Guimarães Murano (2013), em sua dissertação de mestrado, analisa a produção de imagens oficiais criadas para Dom Pedro I nos eventos da Monarquia, investigando as intenções políticas que permearam a construção da imagem pública do soberano. A autora avalia que do mesmo modo que nas antigas possessões espanholas da América a representação de sua imagem transitou intensamente pela iconografia Napoleônica, tornando-se um monarca-soldado e libertador do Brasil. Nas produções iconográficas sobre o novo Imperador retomam-se o ideário do Antigo Regime, mas empregam construções que propagam a imagem real com um verniz liberal e totalmente aferrado aos interesses da nova pátria (Murano, 2013). Em instigante artigo, Yobenj Aucardo Chicangana-Bayona analisa a substituição da imagem do Rei Fernando VII pela de Bolívar como Pai da Pátria. Representada junto a um herói da libertação das Américas constava a “índia crioula de aljava, cocar e saia de penas”. A alegoria da América foi resignificada tanto na sua representação iconográfica quanto no seu conceito. (Chicangana-Bayona, 2011)

A imagem da mulher indígena representava as primeiras repúblicas americanas, evocava a Liberdade, assim como resgatava a população originária das Américas, representando a constituição do nacionalismo e a oposição aos ideais do Reino de Castela. Entre 1808 e 1810, a pesquisa de Chicangana-Bayona avalia que foram criadas gravuras anti-napoleônicas que reforçavam as alegorias da união da Espanha, mulher de roupagens clássicas romanas, e da Nova Espanha, como uma mulher adornada com penas (índia). Segundo o estudioso, desde os primeiros anos da república, em Cartagena, substituíram os símbolos imperiais espanhóis e adotaram a representação da índia liberada, como distintivo, emblema de liberdade e independência. (Chicangana-Bayona, 2011) Para o México, Maria del Carmen Vázquez Mantecón analisa as festas, celebrações e representações iconográficas de Agustín de Iturbide como o grande libertador, sendo também representado como Monarca, portanto, guardando similaridades com os retratos de Dom Pedro I (Mantecón, 2008). Chicangana-Bayona assinala que esta representação feminina em alguns casos possuía toga grega, barrete frígio e acessórios indígenas, ou ainda mesclava esses elementos. Assim, o investigador argumenta que a mulher representada possui fenótipo típico europeu; sendo “mais uma idealização de um passado indígena, e não se refere aos indígenas que habitavam naquele momento na Nova Granada”; eram “crioulos brancos travestidos com ornamentos de penas que celebravam a pátria” (Chicangana-Bayona, 2011).

Em sua dissertação, Murano analisa os leques de comemoração da independência e avalia a representação iconográfica central da figura do indígena de joelhos perante D. Pedro I, sendo que alguns

outros abanicos possuíam o indígena entregando uma Coroa ao Imperador. A autora não analisa detidamente as interpretações sobre a imagem do indígena associada a Dom Pedro, pois sua preocupação de pesquisa são as imagens oficiais, tal como a Coroação e a aclamação, elaboradas por Debret. A autora também faz menção a uma pintura anônima com temática do indígena, (Imagem 2, pertencente ao acervo do APM, que é um painel da Casa do Padre Toledo), que oferece a coroa a D. Pedro, que traja botas de cavaleiro (Murano, 2013). Nos catálogos de Miguel Salles Escritório de Artes, encontramos alguns leques comemorativos elaborados pelas celebrações da independência do Brasil. A coleção é designada por Família Imperial Brasileira, composta por alguns leques de varetas de madrepérola com embutidos de prata, dourados e com acabamentos em ouro, tendo em sua frente e ao verso pinturas com temática vegetalista e flores. Um dos abanadores, pintado à mão, possui na reserva central a figura de D. Pedro I, com condecorações, entre elas o tosão de ouro, busto ladeado por cetro e uma bandeira de três faixas com cores verde e amarela. Em outra obra, verificamos a inscrição “Viva D. Pedro I, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil”, emoldurado com uma fita azul com treze estrelas, sustentada por dois querubins, tendo o da direita a Coroa do Império do Brasil. Não encontramos representações de indígenas associadas ao Imperador como as apontados por Murano, pertencentes ao acervo dos Museus Mariano Procópio (Juiz de Fora – MG.) e Imperial (Petrópolis – RJ). Contudo, avaliamos no reverso dos abanicos representações muito interessantes, tais como: a pintura de uma solitária abelha sobre o fundo de ouro e em dois exemplares a imagem de uma ave salmonada, de asas abertas, sobre galhos, folhas e guirlanda de flores. O pássaro pintado remete a Arara ou papagaio, que foram comumente empregados como símbolos da terra brasileira. A utilização da ave típica da localidade também exortava as riquezas do Brasil sob a proteção do Imperador. A imagem do índio guerreiro e da mulher índia representavam a nação brasileira e o resgate de um período anterior à colonização portuguesa, portanto, Dom Pedro era o libertador e o protetor da nova pátria.

Não temos o objetivo de analisar a construção da figura real de Dom Pedro ou da Monarquia no período, mas retomaremos algumas destas produções iconográficas oficiais, para abordagem das alegorias dos povos indígenas, no intuito de compreender melhor os elementos construtivos do monumento de Conceição do Mato Dento. No “Cenário para o Bailado Histórico” (*Décoration du Ballet historique*) que decorou o Teatro Real São João (Rio de Janeiro), na cerimônia em homenagem à Aclamação do Rei D. João VI e ao casamento do Príncipe D. Pedro com a arquiduquesa da Áustria (1818), verificamos a presença de um indígena sustentando o Rei e fitando-o diretamente (Imagem 5).



Imagem 5. Decoração do Balé Histórico: Apresentada no Teatro da Corte, no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1818; por ocasião da aclamação do Rei D. João VI e do casamento do Príncipe Real D. Pedro, seu filho (Debret, 1989).

Na representação elaborada por Debret, Dom João VI coroadado, com manto púrpura e pele de arminho, em posição respeitável, com seu cetro empunhado e apoiado sobre o globo terrestre, é sustentado por três homens: um de armadura, outro trajando vestes orientais e um indígena. O índio sustenta a base do Rei com as duas mãos, olhando-o em posição de escorço, enquanto os dois homens sustentam a base do Rei com os ombros. A cena nos remete a uma submissão do índio ao Monarca, por ser representado de modo distinto dos outros pajens que o sustentam. Esse guerreiro parece rendido ao esplendor da realeza e devotando a sua total admiração, sustentando-o, pois está abaixado e segurando o monarca com os dois braços. O índio é representado como um guerreiro, porta adornos de pena na cabeça e em uma saia, pulseiras, arco e flechas nas suas costas. Não notamos a presença da representação de negros ou africanos na cena de aclamação do poderio do grande Rei. A imagem de D. João VI surge dos mares, ladeado pelo panteão de deuses da antiguidade clássica (influência greco-romana), por ninfas com braços, retratos reais e sendo saudado pelo próprio Netuno, que empunha seu tritão e maneja um símbolo heráldico lusitano (Brasiliana iconográfica: icon393054_172).

Em outra pintura de Jean-Baptiste Debret, denominada “Pano de boca executado para a representação extraordinária dada no Teatro da Corte por ocasião da coroação de Dom Pedro I,

Imperador do Brasil” (1822) é uma alegoria sobre o Império do Brasil e sua feição Constitucional (Imagem 6). O trono não é ocupado pela figura do Imperador, mas por uma mulher coroada, com cetro, escudo, brasão e empunhando espada. Essa jovem, com roupas clássicas e com as cores imperiais, segura na mão direita as tábuas da Constituição, sendo uma alusão das típicas representações da Lei na independência dos Estados Unidos. A alegoria alude que a monarquia não está focada no poder absoluto do soberano, mas nas Leis e no bem comum da pátria. Debret colocou sobre o trono uma cúpula, sustentada por colunas douradas em forma cariátides, encimada pelo Brasão Imperial assinalado com a letra “P”, algumas figuras celestes sustentam filactérios com as seguintes inscrições: “Império do Brasil” e “Independência do Brasil” (Brasiliana iconográfica: icon393054_182).



Imagem 6. Pano de boca executado para a representação extraordinária dada no teatro da corte por ocasião da coroação de Dom Pedro I, imperador do Brasil. (DEBRET, 1989).

Esta figura feminina é ladeada por família de negros, homens e mulheres mestiços e representações clássicas dos mamelucos de São Paulo (sertanejos e sertanistas) e muitos outros soldados. As crianças e as pessoas que ladeiam a representação central evocam o contexto das mestiçagens do Brasil. Nesta alegoria não observamos a centralidade da figura nativa. Os indígenas são representados ladeando o trono, ao lado direito da mulher observamos uma mãe e duas crianças; e debuxado com algum detalhamento (lado esquerdo), dois guerreiros com cocares, adornos corporais, saiotos de penas e lanças. Essas figuras não estão em primeiro plano e são utilizadas para complementar a cena. O pintor cria uma ilusão de perspectiva com a justaposição das espingardas de militares e com as armas nativas (bastões, flechas e setas). As sombras de cocares indígenas e das lanças criam uma sensação de aglomeração atrás da imagem retratada,

podendo nos sugerir os sequazes e protetores da figura central, a Monarquia que empunha a constituição (Brasileira iconográfica: icon393054_182).

Nesta região das Minas Gerais, foram constantes o contato dos indígenas com imagens do Imperador (litogravuras e pinturas), que eram concedidas como presentes aos seus líderes e afixadas nas instalações das diretorias militares. Alguns jovens indígenas dos aldeamentos das divisões militares de Minas Gerais também eram enviados constantemente à Corte para aprendizado de ofícios e para despertar os desejos de viver entre os conquistadores. Segundo as correspondências do Diretor Marlière, cinco jovens índios foram encaminhados para o Rio de Janeiro “para serem educados na conformidade de Sua Majestade Imperial, que lhes servirá de pai” (RAPM) Nestas correspondências do Diretor Geral dos índios, avaliamos que os índios Nahnenukes enviaram ao Imperador como “gesto de paz” uma “carapuça tecida pelos índios” (1825). E em 1825, os comandantes militares da região solicitaram a avaliação da conduta do índio Inocêncio Gonçalves de Abreu, sendo também fornecidas informações sobre o paradeiro de gêneros doados pela Intendência. Na relação das doações feitas pela Fazenda Real constavam ferramentas de trabalho, utensílios domésticos, trajes militares, roupas de uso doméstico e pessoal. E constava nesse arrolamento a presença de “um retrato de Sua Majestade Imperial com molduras douradas” (RAPM). A imagem do Imperador era doada aos aldeamentos e representava um símbolo do poder imperial e do pacto com a Monarquia. Desta forma, as imagens e representações pictóricas do Imperador eram conhecidas pelos indígenas e disseminada pelos aldeamentos. O Imperador estava sempre próximo dos seus súditos indígenas e se fazia presente pelos seus retratos em litografia e em tinta óleo.

Segundo John Manuel Monteiro (2001), “para os pensadores do Império [do Brasil], os índios Tupis, relegados ao passado remoto das origens da nacionalidade, teriam desaparecido enquanto povo, porém tendo contribuído sobremaneira para a gênese da nação, através da mestiçagem e da herança de sua língua”. Os Tapuias foram caracterizados como inimigos, “o traiçoeiro selvagem dos sertões que atrapalhava o avanço da civilização, ao invés do nobre guerreiro (Tupi) que fez pacto de paz e de sangue com o colonizador”. De acordo com Monteiro, esta oposição entre Tupi e Tapuia embasava os elementos de configuração de uma identidade e projeto nacional, mas simbolizavam os aspectos da política indigenista encetada nos oitocentos que oscilavam das tensões entre a assimilação da população indígena e a repressão ou extermínio dos que não se enquadrassem nos projetos colonizatórios (Monteiro, 2001).

As oposições entre Tupis e Tapuias, tão presente nos documentos do período colonial, especialmente nas primeiras cartas e escritos da Companhia de Jesus, foram incorporadas ao discurso historiográfico do século XIX como grandes categorias analíticas das populações indígenas. Essa representação discursiva também pode ser observada na execução da obra do chafariz de Conceição do Mato Dentro (Imagem 1). As carrancas, que sustentam o guerreiro, representam o índio Tapuia considerado “inimigo”, o “mau selvagem”, portanto, sua imagem oscilava entre os discursos da sua

barbárie, com práticas de antropofagia e guerra brutal, mas com possibilidade de salvação e redenção pelo cristianismo. Esse “feroz inimigo” da Cristandade e do Rei só poderia ser contido com a guerra de extermínio ou tornando-se um índio aliado aos processos de colonização, representado pelo guerreiro Tupi celebrado no cume do Chafariz. Essa representação ideal do indígena parece sobrepôr e dominar as gárgulas que o sustentam, ou seja, os índios considerados “incivilizados” ou Tapuias (Botocudos). Ademais, Segundo Maria Regina Celestino de Almeida, essas classificações sempre condicionaram as práticas das políticas indigenistas, estabelecendo tratamentos para índios considerados inimigos e aliados aos processos de conquista e estados nacionais (Almeida, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O monumento construído na praça do antigo Pelourinho (1825) substituiu a celebração do poder em torno da Monarquia Portuguesa para comemorar a Independência do Brasil e sua Constituição. A obra é geralmente associada aos povos indígenas desde os documentos de seu tombamento histórico pelo IPHAN, assim como na interpretação dos habitantes da cidade de Conceição do Mato Dentro. Os moradores, que vivenciam seus lazeres e sociabilidades na praça, produzem relatos e discursos sobre o chafariz com aquele índio emplumado.

Neste artigo, tivemos como objetivo principal analisar as diferentes representações e alegorias que envolveram a execução e a configuração desta obra no intuito de promover uma ação educativa para avaliação deste patrimônio, criando novas abordagens e sensibilidades para análise do monumento. Acreditamos que esse estudo poderá servir como ferramenta para despertar e construir subjetividades na localidade, assim como gerar práticas e projetos de educação patrimonial. Conforme Michel Foucault, o discurso não é apenas concebido como conjunto de signos, não sendo unicamente uma descrição das coisas, mas a interação entre os sujeitos e a produção de relatos e significados sobre os objetos. Assim, o discurso não é apenas o que se conhece e o que se diz sobre um objeto, mas representa os sentimentos, dilemas e conflitos desse sujeito em relação a si, aos outros e ao coletivo (Foucault, 2000). Quando avaliamos os diferentes discursos e enunciados sobre esse monumento, não estamos diante apenas da operação discursiva ou expressiva de um sujeito, mas de todo um conjunto de regras anônimas, históricas, de diferentes épocas e intencionalidades políticas. Em meio a essas múltiplas teias, diferentes agentes históricos passam a criar subjetividades analisando seus elementos, criando narrativas e interpretando-os.

Quando analisamos as representações pictóricas empregadas na criação do chafariz, avaliamos a construção de uma narrativa sobre o passado, que envolveu alegorias e representações. O monumento substituiu construções do passado colonial, mas, com advento da República, o conteúdo de celebração da Independência do Brasil perdeu seu vigor e emprego discursivo. A linguagem política da República não celebraria as continuidades impressas pela presença dos Bragança e Orleans, porque a independência não

foi um rompimento com a tradição portuguesa. Assim, o horizonte discursivo sobre o chafariz apresentou diferentes e novos pontos de vista, construindo novos símbolos e significados sobre o poder. Esperamos agregar novos conceitos e novas subjetividades ao patrimônio analisado, criando identidades e conexões do objeto com os seus apreciadores e protetores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


- Almeida MRC de (2008). “Índios e mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes (séculos XVIII-XIX)”. *Memória Americana*, 6(1): 19-40.
- APM - Arquivo Público Mineiro. PE-031. Índio Brasileiro Entrega Coroa Imperial a D. Pedro I. (reprodução fotográfica de quadro). dimensão: 13,8 x 18,9 cm.
- Brasiliana iconográfica: icon393054_182.Rideau d'avant scène exécuté au Théâtre de la Cour, pour la représentation d'apparat, : à l'occasion du Couronnement de l'Empereur D. Pedro 1er. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19688/rideau-davant-scene-execute-au-theatre-de-la-cour-pour-representation-dapparat-a-loccasion-du-couronnement-de-lempereur-d-pedro-1er>. Acesso em: 20/07/2020
- Brasiliana iconográfica: icon393054_172Décoration du Ballet Historique : Donné au Théâtre de la Cour, à Rio de Janeiro, le 13 de mai 1818; à l'occasion de l'acclamation du Roi D. Jean VI et du mariage du Prince Royal D. Pedro, son fils. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/16766/decoration-du-ballet-historique-donne-au-theatre-de-la-cour-a-rio-de-janeiro-le-13-de-mai-1818-a-loccasion-de-lacclamation-du-roi-d-jean-vi-et-du-mariage-du-prince-royal-d-pedro-son-fils> Acesso em: 20/07/2020
- Briskievicz DA (2017). A arte da crônica e suas anotações: História das Minas do Serro do Frio à atual cidade do Serro em notas cronológicas (14/03/1702 a 14/03/2003). Simplíssimo Livros Ltda.
- Chicangana-Bayona YA (2011). Imagens, conceitos e cultura política: a pintura sobre a independência da Colômbia na primeira metade do século XIX. *Tempo*, 17(31): 145-176.
- Companhia Paulista de Leilões. Alegoria do juramento da Constituição de 1824. Autor não identificado - Bordado, 40x40cm. Disponível em: <http://www.ciapaulistadeleiloes.net.br:80/peca.asp?ID=396368&ctd=237&tot=261&tipo=> Acesso em: 20/07/2020
- Costa SC da (1995). As quatro coroas de D. Pedro I. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Debret JB (1989). Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Tomos 1º, 2º e 3º. Belo Horizonte, Editora da Universidade de São Paulo, Livraria Itatiaia Editora Ltda.

- Família Imperial Brasileira. Miguel Salles Escritório de Artes. Leques comemorativos elaborados pelas celebrações pela independência do Brasil. Disponível em: <https://www.miguelsalles.com.br/peca.asp?ID=5167981>. Acesso em: 20/07/2020
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1948). Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro (ACI-RJ). Assunto: Tombamento. Processo: 0379-T-48, D.P.H.A.N./D. E. T. Seção História. Anexo Processo. 0379-T-48, 91p. Localização Geográfica: Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais (MG), data.
- Mantecón MdCV (2008). Las Fiestas para el Libertador Y Monarca de México Agustín de Iturbide, 1821 – 1823. Estudios de Historia Moderna Y Contemporánea de México, 36.
- Monteiro JM (2001). Tupis, Tapuias e os Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência, Área Antropologia, subárea História Indígena e do Indigenismo. IFCH- UNICAMP: Campinas.
- Murano AFG (2013). *D. Pedro I: Uma análise iconográfica*. Dissertação de mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp.
- Rezzutti P (2013). *Domitila: A verdadeira história da marquesa de Santos*. São Paulo: Geração Editorial.
- Rezzutti P (2015). *D. Pedro - A história não contada: O homem revelado por cartas e documentos inéditos*. São Paulo: Editora LeYa.
- Rocha L et al. (org.) (2015). Fundação Casa de Cultura. *Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição: Símbolo de Cultura, História e Fé*. Fundação Casa de Cultura. Minas Gerais: Fundação Casa da Cultura.
- Silva FG (2008). “Chafarizes e Máscaras: pequena referência à participação africana na produção artística Mineira”. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (Orgs.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, 1: 139-159.
- Souza WA de (coord.) (1985). *Guia dos bens tombados, Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- Sousa R de B (2017). *Resgate Histórico da Paisagem Urbana e Das Praças do Serro - MG*. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, UFLA: Lavras.


Governança em destinos turísticos inteligentes: Uma proposta conceitual incluindo os sindicatos

Recebido em: 25/11/2020

Aceito em: 02/12/2020

 10.46420/9786588319413cap4

Sergio Ramiro Rivero Guardia¹ 

Mabel Simone de Araújo Bezerra Guardia^{1*} 

Luiz Augusto Machado Mendes Filho¹

INTRODUÇÃO

A evolução e a consolidação da Internet como plataforma dos negócios eletrônicos trouxeram profundas mudanças no comportamento humano, obrigando às organizações e aos destinos turísticos a se adequarem a estas transformações, as compras *on-line* são um exemplo disso. Enquanto as empresas devem incrementar e reforçar mais a sua presença na Internet, a partir de canais de acesso e comunicação com seus clientes; por outro lado os destinos turísticos também devem criar estratégias para atrair e aproximar-se mais dos seus visitantes por meio dos diversos canais da Internet. Esse pode ser um dos motivos pelo qual algumas lojas físicas estão se inserindo fortemente no mundo virtual.

O *e-commerce* está reformulando os negócios tradicionais, a estratégia para o futuro se baseia no equilíbrio das lojas físicas com o desenvolvimento de seus canais *on-line* (Alizila, 2018). De forma análoga, no turismo o *manual operativo de los destinos turísticos inteligentes* destaca que: o desenvolvimento de um destino inteligente surge de uma nova avaliação política e da gestão do turismo, desta vez com forte enfoque nas tecnologias de informação e comunicação (INVAT.TUR, 2018). Esta convergência terá impactos semelhantes aos trazidos pelo *e-commerce* no varejo, substituindo os trabalhos mais operacionais por máquinas, obrigando os trabalhadores do turismo a conviver lado a lado com estas máquinas, o que leva à necessidade de repensar num modelo contemporâneo de governança do destino.

Na literatura publicada entre os anos 80 e 90 sobre governança, verifica-se dois grupos de atores interessados na gestão do turismo. O grupo com foco nos resultados econômicos e o grupo dos interessados na regulação e preservação dos recursos e elaboração das políticas públicas, representado por organismos públicos de turismo como as secretarias de turismo, empresas estaduais de turismo etc.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

* Autor(a) correspondente: mabelsimone@hotmail.com

(Palmer et al., 1995). Embora seja de grande importância, é necessário deixar o viés puramente econômico para entender o turismo que requer compreendê-lo como um fenômeno social (Cooper et al., 2007).

O turismo decorre das dinâmicas existentes em um território visitado por viajantes, habitado por residentes, em espaços físicos reais que envolvem: atrativos turísticos, eventos, cultura, hospedagem, gastronomia, opções de lazer e recreação e outros serviços que são impulsionados por empresas públicas e privadas em infraestruturas especialmente preparadas para o turismo com o uso de tecnologias dentro de um ambiente cujas dimensões de governança foram estabelecidos previamente (Ramos et al., 2017). A operabilidade do turismo requer gestão, promoção e articulações em diversos níveis de atuação por meio da coordenação, cooperação e colaboração e deverá contar com os esforços conjuntos de todos os participantes (Ruschmann et al., 2017).

Devido a esse grande número de fatores intervenientes há uma relação de interdependência entre as organizações que compõem o *trade* turístico (Velasco, 2012), tendo em vista que o turista requer de uma ampla combinação de infraestruturas, equipamentos e serviços que não conseguem ser providos por uma única organização. Por isso, tanto os órgãos públicos, como as empresas da iniciativa privada e os representantes de classe (associações, *Convention & Visitors Bureau* e outros) devem participar do processo de governança e assim influenciar o planejamento turístico do destino, corrobora Massukado (2005).

As articulações dos setores envolvidos no processo assumem um papel de destaque como estratégia de desenvolvimento local (Zhang, 2011). Como Velasco (2008) destaca, o turismo é um âmbito favorável para observar a dinâmica do conceito de governança, uma vez que são necessários vários aspectos sendo o primeiro deles a necessidade da colaboração do setor público e do setor privado para seu desenvolvimento, pois é imprescindível a utilização de recursos públicos e investimentos privados cuja gestão é de competência dos distintos níveis do governo. Um segundo aspecto é a necessidade da participação da sociedade civil no acolhimento; o terceiro destaca-se por ser uma atividade eminentemente transversal para seu desenvolvimento porque demanda a concorrência dos setores empresariais, seja hospedagem, alimentação e transporte, com lógicas independentes e muitas vezes contraditórias. O quarto aspecto se refere aos agentes turísticos uma vez que é uma forma de trabalho cotidiano e no caso do turismo seria o destino o aglutinador desse espaço da ação. Embora o conceito de destino seja problemático abrange de fato setores, níveis de governo e interesses opostos sendo a unidade mais inalterável. Finalmente um quinto e último aspecto diz respeito a que em determinados âmbitos as **parcerias público-privadas** têm sido de grande sucesso. É evidente que as plataformas de promoção nas quais participaram agentes públicos e privados demonstraram enorme potencial (Velasco, 2008).

Embora alguns bons exemplos de governança podem ser observados no turismo, nesses destinos, os atores ou *stakeholders* são parte ativa e uma das chaves do sucesso porque as principais questões são abordadas por meio de planos de gestão e estruturas de governança (Caffyn et al., 2009). Por outro lado,

Dreher et al. (2006), salientam que o pior obstáculo é a baixa eficiência coletiva devido principalmente à desarticulação, descontinuidade, falta de capacidade técnica e poucas estratégias de longo prazo. Associada a esses fatos, se somam tanto a falta de capacidade inovativa quanto o investimento individual em treinamento e aprimoramento das capacidades no turismo e em governança (Velasco, 2012). Mas principalmente o turismo, devido a que a atividade é multidisciplinar, possui como peculiaridade a agregação e a integração dos serviços ofertados pelos empreendimentos que atuam no setor (Miskalo-Cruz et al., 2017).

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) estão cada dia mais presentes no destino e tendem a aumentar cada vez mais num futuro próximo (Blanco, 2015). A entrada de robôs nos hotéis; a propagação dos sistemas de autosserviço; a explosão do *big data* através dos múltiplos sensores e processamento em tempo real; o uso intensivo da inteligência artificial nos equipamentos turísticos; os atrativos turísticos tirando vantagem da realidade aumentada; os destinos explorando seus recursos através da realidade virtual e outras tecnologias que apontam como realidade nos próximos anos (Gretzel et al., 2015). Estas TIC's trarão consequências, haverá um impacto, e essas consequências levarão ao desemprego de algumas pessoas no *trade* do turismo.

Com pessoas desempregadas, a economia do destino também é afetada. Menos recursos econômicos circulam havendo recuo financeiro no mercado e isso não é vantajoso para a economia da urbe como um todo. Muitos setores são afetados direta ou indiretamente, em maior ou menor intensidade. Embora por um lado há evolução no setor turístico (Gretzel et al., 2015), mas por outro há perdas. Não obstante, isso é inevitável, é o preço do progresso, da evolução das sociedades e faz parte das mudanças constantes do mundo (Flores, 2009).

Diante desse panorama, este trabalho apresenta uma discussão sobre o impacto das TIC's no turismo com as consequências do desemprego e propõe como alternativa incluir os sindicatos na governança dos Destinos Turísticos Inteligentes (DTI's), mas não com a postura tradicional de lutar pelos direitos, benefícios e salários dos trabalhadores, mas com uma atuação mais contemporânea, adequada às novas tecnologias e aos destinos inteligentes tendo como principal papel de ser o catalisador da empregabilidade, participando da governança do DTI e apoiando a capacitação e treinamentos dos afiliados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Governança: aspectos conceituais

Para entender o que é governança, pode se lançar mão ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), principal entidade no país sobre o tema, que define a governança como: O sistema que assegura aos sócios-proprietários o governo estratégico da empresa e a efetiva monitoração da diretoria

executiva. A relação entre propriedade e gestão se dá através do conselho de administração, da auditoria independente e do conselho fiscal, instrumentos fundamentais para o exercício do controle. A boa governança corporativa assegura aos sócios equidade, transparência, *accountability*, *compliance* (IBGC, 2008): Equidade - Todos os interessados (*stakeholders*) devem ser tratados de mesma maneira; Transparência - Decisões e processos devem ser de forma clara para todos os interessados (clientes, acionistas, investidores, fornecedores, sociedade, governo) com os quais a organização se relaciona; *Accountability* - Prestação de contas da situação financeira, e do papel de organização; *Compliance* - Responsabilidade corporativa e obediência às leis do país (IBGC, 2008).

Embora a adesão desses princípios seja voluntária, quanto mais a organização seguir essas diretrizes se torna melhor vista pelo mercado (Zhang, 2011). O conselho de administração é formado por representantes de todos os interessados nos negócios da empresa (proprietários ou controladores, acionistas e colaboradores) e cabe a este a responsabilidade de tomar as decisões mais importantes (Arns, 2009).

Quanto à definição do termo governança, existem várias acepções embora semelhantes, sendo que perpassam o conceito relativo à mudança na forma de governar. Esta mudança implica em um redimensionamento no comando e controle por parte do Estado, bem como a existência de novas estruturas, mecanismos e procedimentos de tomada de decisão que envolve a participação democrática dos atores (Hall, 2011).

O surgimento da governança corporativa nos anos 80, coincide com o momento da profissionalização da gestão dos negócios, isto é, o proprietário delega poderes a um executivo que em nome da empresa toma decisões por vezes contrárias aos interesses dos sócios (também proprietários), dos acionistas e por vezes até do bom senso. É como um movimento necessário que visa proteger os acionistas minoritários dos abusos dos executivos, principalmente nas decisões estratégicas da diretoria da organização. Criando um conjunto eficiente de mecanismos para o monitoramento das decisões dos executivos da corporação e que estejam alinhadas com os interesses dos outros acionistas. (IBGC, 2008).

Oliveira (2006), ao se referir à estrutura da governança, coloca no organograma a assembleia geral como órgão máximo e em um segundo escalão o conselho de administração, mas entre estes 2, está o conselho fiscal. Abaixo do conselho de administração, em um terceiro nível, está a auditoria externa e comitês, e, no quarto nível, a presidência executiva, que por sua vez tem como apoio a auditoria interna. E ainda com relação à estrutura, Silva (2006) acrescenta que além dos componentes supracitados, existem ainda os conselhos consultivos e as auditorias independentes.

Dentre as razões para os problemas ou falhas na governança, Andrade et al. (2004), apontam: 1) Más relações entre os “*stakeholders*” com a organização. 2) Ter conselhos descomprometidos, que não

vigiam os interesses dos proprietários. 3) Má atuação da direção executiva, cujos interesses são conflitantes com a dos acionistas, ou dos controladores ou dos sócios minoritários.

Enquanto a governança corporativa diz respeito à forma como as corporações são administradas, a governança no serviço público lida com a distribuição de poder na sociedade, ela está relacionada à capacidade de gerar respostas administrativas às demandas sociais que são apresentadas aos governos, exigindo competência técnica e agilidade dos administradores públicos. (Arns, 2009). Se nos anos 80 a governança pública era uma responsabilidade do governo, na atual conjuntura não podem mais ser atributos só do aparato estatal precisando ser incorporadas a todo o tecido social com suas capacidades desenvolvidas pelas representações sociais (Andrade et al., 2004).

Segundo Caffyn et al. (2009) a governança na administração pública, na perspectiva da ciência política, é voltada para a participação da sociedade nos diferentes momentos de desenvolvimento das políticas públicas. Os autores sugerem a descentralização do processo decisório e destaca especial atenção à gestão dos mecanismos de controle sobre a atuação dos gestores públicos, de forma a criar, implantar e monitorar políticas de desenvolvimento compartilhada entre Estado, organizações sociais e agentes econômicos.

A boa governança é vista como um exercício de poder compartilhado e desenvolvimento de processos estratégicos participativos e solidários (Rodrigues et al., 2006). E acrescentam que a governança ideal é resultado do acúmulo histórico das práticas podendo ainda afirmar que a ausência destas, ou a incapacidade de introduzir novas práticas, favorecem o estabelecimento de más relações, fundadas em relações de poder assimétricas, clientelistas, hierárquicas e verticais, paternalistas, levando à distribuição desigual das riquezas no território, desfavorecendo grupos e segmentos sociais e, pior, excluindo outros (Rodrigues et al., 2006).

GOVERNANÇA DE DESTINOS TURÍSTICOS

O novo modelo de governança pública surgiu devido às condições insatisfatórias dos modelos praticados anteriormente (Queiroz et al., 2015). Por outro lado, Zhang (2011) menciona que a governança no turismo para ser eficiente, demanda ter um modelo voltado para redes ou parcerias entre os atores. Este novo modelo levou a uma reforma administrativa e do Estado baseadas na equidade, transparência e a necessidade de soluções inovadoras para os problemas sociais (Silva et al., 2012).

Embora o conceito de governança pública seja amplo, durante algum tempo esta foi entendida como sendo uma atribuição exclusiva dos governos, cujas tarefas deveriam ser a coordenação das políticas públicas voltadas para a gestão do turismo Liu (2016), porém (Cooper et al., 2007) considera que sendo o turismo um sistema complexo e com características próprias, há a necessidade de articulação permanente entre os atores e agentes do processo de planejamento e gestão do setor. Desta maneira, pouco tempo

depois, as perspectivas foram atualizadas e assim incluídos outros atores dando lugar a uma nova era na governança do turismo Zhang (2011).

Dallabrida et al. (2003), afirmam que a governança é um meio de construir consensos pela articulação dos diferentes atores/agentes. Hall (2011) destaca a sustentabilidade como alvo a ser alcançado e indica que a cooperação entre os *stakeholders* é essencial na estruturação da governança local em busca de um padrão sustentável de desenvolvimento.

Enquanto a ênfase para crescimento do destino, segundo Vázquez-Barquero (2000), vem através de “*um acordo entre os atores públicos e privados que permite identificar as ações de natureza diversa que facilitam a promoção do desenvolvimento local integrado*”, ao referir-se a um pacto sócio territorial no destino turístico. Mas, a percepção da necessidade da qualidade vem de Viana (2012), onde cita que a governança do turismo deve ter qualidade nas inter-relações e ainda enfatiza a necessidade de formalizar todo o processo dando um caráter legal.

Kazancigil (2002) adiciona um outro elemento à governança, ao descrever: “*governance* é caracterizado pelo envolvimento no processo de fazer política das autoridades estatais e locais, bem como do setor de negócios, dos sindicatos de trabalhadores e dos agentes da sociedade civil, tais como ONGs e os movimentos populares”. Onde os envolvidos, “participam neste tipo de negociação, um processo de tomada de decisão relativamente horizontal, em oposição ao estilo mais hierárquico do governo tradicional”.

A complexidade do funcionamento sistêmico do turismo, pressupõe a participação de diversos atores ou agentes, tanto públicos quanto privados, envolvidos na gestão e promoção de produtos ou destinos turísticos. A coordenação e o comprometimento desses atores, bem como a visão estratégica e implementação de ações inovadoras frente às mudanças do mercado, são fatores essenciais (Santos-Júnior et al., 2017). Tendo a eficiência e a governança como elementos transversais na evolução do destino, esta fronteira é denominada de destino turístico inteligente (Giner, 2017).

DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES

As (TIC's) no decorrer desses últimos anos tem evoluído e se disseminado fortemente ao longo das atividades humanas ao ponto de fazer parte delas no seu âmago. Estudos apontam que um Destino Turístico Inteligente (DTI) está pautado em novas tecnologias de informação e desenvolvimento turístico sustentável, promovendo benefícios ao território turístico com a criação de espaços inovadores, melhoria da experiência turística, qualidade de vida e aumento da competitividade (SEGITTUR).

Na virada do milênio, a Internet se proliferou a partir das redes wi-fi, conexão 4G, redes *wiMax*, conexão via rádio frequência, etc., de tal maneira que passou a ser ubíqua facilitando o surgimento de um novo tipo de dispositivo, os aparelhos *smart* telefones, relógios, televisores entre outros e ainda com

projetos de geladeiras, casas, veículos, etc. (Miskalo-Cruz et al., 2017). Destarte o novo conceito tende a fazer parte do nosso cotidiano. Como consequência, começa a surgir um novo mercado baseado na convergência dessas tecnologias que conduz à criação de novas oportunidades tanto no turismo como também em outros setores, mas que demanda transformações e adaptações (Gretzel et al., 2015).

O impacto dessa convergência no turismo, aliado ao ciclo de vida do destino, torna um ambiente favorável para um novo posicionamento frente à realidade atual. Nos dirigimos para uma nova fronteira, uma mudança no turismo apoiada fortemente nas novas tecnologias e na inovação que trará novas experiências para os visitantes (Buhalis et al., 2014). Resultados da introdução de novos modelos de gestão, caracterizados pela inteligência (*smart*), a eficiência e a governança como elementos transversais na evolução do destino, esta fronteira é denominada de destino turístico inteligente (Giner, 2017; Miskalo-Cruz et al., 2017; Santos-Júnior et al., 2017).

Estes novos modelos de turismo demandam transformações também dos gestores de destinos com novos posicionamentos, com modernos modelos de governança e gestão das *Destination Management Organizations* (DMO) destaca Rushmann et al. (2017). De acordo com Ivars, Solsina et al. (2016) as DMO's são os órgãos adequados para promover a transição para os destinos turísticos inteligentes. Segundo INVAT.TUR (2015), a governança e a gestão deste tipo de destinos estão fortemente ligadas.

O destino inteligente ou *smart destination* é um território turístico que busca o desenvolvimento sustentável baseado nas limitações e capacidades locais, intensificando a integração das tecnologias em toda a relação criadora de valor do destino, bem como reforçar e incorporar ações entre gestores públicos e privados a fim de promover maior competitividade do destino (Blanco, 2015). Xiang et al. (2014) corroboram acrescentando que o conceito *smart*, impactou também nos destinos e culminaram na ideia de destino turístico inteligente onde as tecnologias de informação e comunicação representam o condutor e a base para a inovação e competitividade do destino.

Este novo conceito implica em uma mudança de perspectiva, não é suficiente pensar em aumentar a eficácia apenas utilizando todas as organizações que fazem parte, é necessário pensar em competitividade que tem um foco mais amplo. E isso é afetado pelas condições do entorno (Velasco, 2012). Os âmbitos de abrangência de um destino turístico inteligente são tão amplos quanto a gestão do destino na sua dimensão global. No que tange à governança, a base é o planejamento prévio, com metodologias, que devem incluir a participação social e ainda que possibilite atingir um alto grau de consenso entre os stakeholders, porém com enfoque direcionado para o turista (Giner, 2017).

Ao se referir ao conceito de ecossistema de negócios digitais, Baggio et al. (2014) caracterizam o destino turístico inteligente como sendo uma rede onde as partes interessadas entregam serviços aos visitantes, amparados por uma poderosa infraestrutura tecnológica voltada para viabilizar um ambiente digital que permita a cooperação, o compartilhamento do conhecimento e estimule novas inovações. Para

que assim, as organizações de gestão de destinos (DMO's), possam utilizar sistemas de informações geográficas e observar a dispersão geográfica dos visitantes a fim de identificar os fluxos turísticos e as características que definem sua condição socioeconômica (Miskalo-Cruz et al., 2017).

METODOLOGIA

O presente trabalho, de natureza teórica, pode ser caracterizado como exploratório, uma vez que busca o levantamento de critérios para a maior compreensão sobre o problema de pesquisa (Sampieri et al., 2006), sendo ainda objetivo deste estudo esclarecer conceitos e ideias.

O estudo é também descritivo, uma vez que apresenta a descrição dos aspectos determinantes para a governança de destinos inteligentes e suas consequências para o desenvolvimento socioeconômico do espaço turístico.

Este trabalho também se classifica como bibliográfico, pois “procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos” (Cervo et al., 2002). Dencker (2007), descreve a pesquisa bibliográfica como sendo uma síntese de um tema, que mantém uma sequência lógica e no qual se apresentam conceitos e referenciais.

A classificação quanto aos objetivos da pesquisa é exploratório-descritiva, quanto à natureza é qualitativa, a respeito da técnica de coleta de dados de caráter bibliográfica e quanto à técnica de análise de dados fez uso de análise de conteúdo. Que segundo Bardin (2011) consiste na manipulação de mensagens escritas para confirmar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem.

De acordo com Vergara (2016), trabalhos bibliográficos caracterizam-se pelo estudo sistematizado, desenvolvido com base em material publicado em livros, teses, dissertações, revistas, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral.

Para a realização deste trabalho foram projetadas três fases de desenvolvimento:

A primeira: pesquisa e coleta de material. Para tal, no período de 20 de janeiro até 1 de abril de 2018, foi realizado um estudo bibliométrico, mediante análise documental.

A pesquisa eletrônica de artigos foi realizada no portal de periódicos CAPES, nas bases de dados indexadas SciELO e no Google *Scholar*. Disponíveis em <http://www.periodicos.capes.gov.br> e <https://scholar.google.com.br/>. Baixo o *string* de busca (“destinos turísticos inteligentes” OR “destinos inteligentes” OR “*smart tourism destination*” OR “*smart destination*” OR “*smart tourism*”) AND (“governança” OR “*gobernanza*” OR “*governance*”). Tendo como pré-requisitos: ter o texto completo disponível e que o período de publicação estivesse no intervalo 2010 até 2017. Como resultado da primeira pesquisa, foram retornados 667 arquivos.

A seguir, o primeiro filtro foi aplicado: Que correspondeu à leitura dos títulos e eliminação daqueles que não tinham relação com o tema em questão e aqueles cujo idioma não fosse: português, espanhol ou inglês. Resultando em 131 trabalhos. Depois, o segundo passo foi a avaliação a) Da procedência (blogs, websites, etc.), b) Do acesso aos documentos (onde os pagos foram retirados deste trabalho) e c) Da repetição de arquivos. O resultado foi a redução para 74 arquivos.

Um terceiro passo realizado foi a leitura e análise dos resumos e das palavras-chave dos trabalhos na procura de informação útil sobre governança e destinos turísticos. Como resultado foram selecionados 26 trabalhos. Considerados de maior relevância quanto à temática do objeto de estudo, na tentativa de ampliar as perspectivas e possibilitar a discussão sobre governança em destinos turísticos inteligentes.

O quarto passo desta primeira fase foi a leitura completa desses arquivos para selecionar aqueles que poderiam ter utilidade e excluir os que não foram significativos para a investigação. O Quadro 1 apresenta os passos para seleção dos estudos, assim como os resultados identificados na busca.

Quadro 1. Passos para seleção dos arquivos. Fonte: Pesquisa, 2018.

Passo	Filtro	Tipo de intervenção (filtro aplicado)	Arquivos resultantes
0		<i>String</i> de busca	667
1	667	Leitura dos títulos e idiomas	131
2	131	Procedência, gratuidade e repetição	74
3	74	Leitura do Resumo e das palavras chave	26
4	26	Leitura completa do arquivo	23

A segunda fase: seleção e análise dos documentos. Os arquivos foram relacionados, examinados e ponderados a partir da técnica de análise do conteúdo categorial (Bardin, 2011). Mediante análise documental de conteúdo com abordagem qualitativa e método exploratório por meio de técnicas de pesquisas de informações secundárias. Inicialmente, não foram determinadas categorias, procurou-se desenvolvê-las, com base nos documentos, que foram triangularizados com o objetivo de poder gerar observações conclusivas (Patton, 1990). Identificou-se então cinco categorias: Atores na governança (*stakeholders*); empregabilidade no turismo; Fatores de governança; Dimensão tecnológica; e DMO's.

A terceira fase empregou métodos exploratórios e descritivos, na busca e interpretação de lacunas e a construção de pontes, contudo, finalizou com alguns posicionamentos através de proposições que permitiram ligar os conceitos de governança no turismo aos destinos turísticos inteligentes e de elaborar uma proposta baseada nos resultados das análises.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A governança sob a ótica da teoria dos sistemas

A teoria geral dos sistemas proposta pelo biólogo austríaco Karl Ludwig Von Bertalanffy, descreve que os sistemas são compostos por um conjunto finito de elementos, que possuem propriedades ou atributos específicos, que estabelecem relações entre si e com o meio ambiente, gerando sinergias e contribuindo para o mesmo fim (Bertalanffy, 1973). Segundo a teoria, todo sistema se caracteriza pela existência de um conjunto de relações entre elementos de uma entidade e do exterior dessa mesma entidade. Esse conjunto complexo de elementos, propriedades, relações e resultados têm lugar em determinadas condições de espaço e tempo e está em contato com algum meio ambiente. Um dado subsistema, pode ser constituído por vários elementos ou subsistemas cujo funcionamento é semelhante a um sistema, mas escala menor (Ramos et al., 2017). Esta teoria pode ser utilizada para conhecer e praticar o pensamento sistêmico na resolução de problemas complexos que envolvam a governança no turismo.

Existem os sistemas fechados (que podem ser considerados como isolados de seu ambiente) e abertos (aqueles que permitem que energia ou matéria externas entrem no sistema) (Bertalanffy, 1973).

E na constante evolução dos destinos, a colisão das TIC's com o turismo está levando para a era do Darwinismo digital, onde o turista moderno deseja experiências personalizadas, ricas, imersivas e únicas nos dispositivos, canais e espaços físicos que utiliza (Solis, 2018). Por tanto, no contexto de DTT's em que se destacam as TIC's e a inovação como alguns dos elementos chave, não faz sentido manter a visão do século passado para gerir os destinos; em âmbito de constantes inovações os velhos modelos de gestão não mais se adequam (Almeida, Mendes-Filho, Santos-Júnior, 2016).

A governança vista como sistema, também tem um conjunto finito e complexo de elementos (atores ou *stakeholders*), cada ator com suas respectivas características e propriedades (na busca da equidade), coexistindo em constantes relações, a interdependência entre os atributos componentes das relações, embora nem sempre harmoniosas (requer de transparência), que produzem resultados, como as políticas de turismo e outros (*accountability*), dentro de um ecossistema, o qual deve ser sustentável (*compliance*). Por tanto a visão da teoria geral dos sistemas se adequa à visão da governança em DTT's.

Todos os autores usados neste trabalho, concordam em que a governança de um destino aglutina diversos atores, denominados também de *stakeholders*, que por vezes podem ter interesses opostos, mas que estão miscigenados em uma relação complexa que busca satisfazer as necessidades dos integrantes com a participação de todos, para a formulação das políticas de turismo da região (Velasco 2012).

O respeito no destino pelo desenvolvimento sustentável se tornou fundamental. O conceito de sustentabilidade, que está atrelado à capacidade de um ecossistema em viabilizar meios de subsistência, ou ter a característica de ser autossustentável ao manter um equilíbrio dinâmico entre suas necessidades e os

meios de sustentação necessários, é outro elemento elencado diversas vezes pelos autores (Ruschmann et al., 2017). Os sistemas abertos descritos na teoria geral dos sistemas, se enquadram bem neste conceito.

Governança de Destinos Turísticos

A governança corporativa preocupa-se não apenas com o controle, mas, principalmente, com as estruturas de decisão e a articulação entre os setores da organização (IBGC, 2008). Semelhantemente, a governança de destinos turísticos é uma forma de governar e de formular políticas públicas, enfatiza a necessidade de aumentar o grau de cooperação entre os atores e aprofundar os seus relacionamentos para, assim, ampliar a competitividade de um destino (Velasco, 2012). Logo, a maioria dos trabalhos aqui processados destacam que a governança moderna aponta para uma forma de liderar de maneira mais cooperativa, não mais sustentado na dominação nem na violência legítima, mas como um processo de tomada de decisão relativamente horizontal que inclui uma pluralidade de rede de atores públicos e privados.

O que é diferente do antigo modelo hierárquico. Hoje, o alicerçado está na negociação e cooperação com base em certos princípios submetidos ao consenso (Arns, 2009). A maneira como estas relações acontecem e os resultados obtidos determinam a maturidade de um destino turístico (Luque-Gil et al., 2015). A governança do destino deve trabalhar nos princípios da eficiência e transparência, permitir a participação das instituições e definir regras que determinam limites e incentivos para o bom funcionamento da rede de atores, visando fortalecer a gestão de destinos mais eficaz e inclusiva (Velasco, 2008).

Tem a responsabilidade de criar condições para governar de forma ordenada, organizar, coordenar e disponibilizar processos, ações e informações tanto para o setor empresarial como para os turistas, estimulando a criação de novos produtos, serviços e modelos de negócios devidamente alinhados com a sustentabilidade do destino (López de Ávila, 2016).

Desta maneira, fica evidente que é o setor privado quem desenvolve o turismo, enquanto o setor público deve zelar pela sustentabilidade, prover infraestrutura, organizar o turismo e participar nas DMO's. E nessa diversidade de atores, buscar a equidade, incluindo aqueles com menor poder de barganha, para assim, reforçar as oportunidades de diálogo, colaboração e construção de consenso.

Com relação ao desenvolvimento do destino, Velasco (2012) argumenta que este, encontra-se baseado na estruturação do rateio dos custos, dos benefícios das estratégias e das políticas adotadas. Desta maneira, a amplitude, profundidade e intensidade do papel que desempenham as instituições na governança dos destinos é um dos principais elementos que explicam os motivos pelos quais acontece o crescimento de maneira mais ordenada e ainda de forma mais igualitária, quando comparado com outros destinos cujo potencial é análogo.

A participação cidadã é outro elemento que aparece reiteradamente na maioria dos textos, principalmente quando se pensa na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e na distribuição de renda. É frequente o conceito da busca pela ampliação da participação dos residentes (Queiroz et al., 2015). Mas é requerida uma mudança na mentalidade do morador, que saiba receber o turista, que saiba se comunicar, que perceba a importância do acolhimento (Velasco, 2008).

Em síntese, pode-se descrever a governança como o processo de desenvolver uma sistemática cuja função é a distribuição de responsabilidades e direitos sobre as decisões do turismo no destino, bem como pelo gerenciamento e controle dos recursos turísticos, buscando, garantir o alinhamento do destino às estratégias e aos objetivos das políticas regionais ou nacionais de turismo. Esse conceito se alinha com a teoria geral dos sistemas, onde percebe-se que a governança de um destino é apenas um subsistema de um sistema maior que é o plano de turismo nacional, que pode muito bem ser um subsistema do plano de turismo do continente. Pela teoria da recursão, a governança de um destino pode conter várias instâncias de governança, onde cada uma delas pode ainda ter outros modelos de instâncias de governança. E assim, até chegar a um equipamento turístico. E ainda, quanto mais são comunicados os mecanismos de governança e a forma de funcionamento (transparência), mais eficaz a governança será.

Dimensão tecnológica nos destinos inteligentes

A dimensão tecnológica, é composta por todos os artefatos eletrônicos, *softwares*, sistemas e demais parafernália ligadas à web e à gestão da informação. O *Guía de Implantación de Destinos Turísticos Inteligentes-Comunitat Valenciana* reforça este conceito ao descrever que as TIC's facilitam o tratamento e a disseminação da informação, ampliam as possibilidades de participação e interação cidadã impactando diretamente na governança dos destinos (Ivars et al., 2017).

A importância desta dimensão é destacada em todos os trabalhos sobre destinos turísticos inteligentes, porque as tecnologias da informação e comunicação de alguma maneira facilitam o cotidiano das pessoas, quer na execução das suas tarefas, ou dando maior conforto, ou aumentando a produtividade, ou facilitando a comunicação, seja como for, cada vez mais, as novas tecnologias estão focadas na evolução e no avanço da humanidade. Segundo Sousa, Souza, Rossetto & Ivars (2016) essas novas Tecnologias de Informação (TI), visam atender às necessidades individuais dos turistas.

As TIC's são o meio para a gestão dos recursos, dos atrativos, dos fluxos turísticos, da governança, da mobilidade, das informações, etc. O termo “destinos inteligentes” está associado ao emprego eficaz destas tecnologias como ferramentas para melhorar a experiência turística no destino, consequentemente trazendo também melhor qualidade de vida aos residentes. (Blanco, 2015). A incorporação das TIC's nos destinos, tem o potencial de enriquecer as experiências dos turistas e melhorar a competitividade (Brandão et al., 2016).

Por outro lado, tanto os “cidadãos inteligentes” quanto os “turistas inteligentes” (Ivars et al., 2017) estão no foco da gestão das cidades e destinos inteligentes, devido a que o objetivo é atender as expectativas, desejos e necessidades destes, ressaltando que uma cidade deve ser boa aos seus residentes para que consiga ser boa também para os visitantes (López de Ávila et al., 2016). O quesito tecnológico pode contribuir de forma transversal para a difusão e o intercâmbio de informações entre as DMO’s, visitantes, assim como para a interação com os *stakeholders*.

A palavra que determina a maneira como pessoas e objetos, estabelecem relações na atualidade, sejam estas afetivas, sociais, profissionais ou comerciais é conectividade. Redes sem fio, telefonia móvel celular, televisão digital, Internet de banda larga, tudo começa a se conectar (Schmidt-Cornejo et al., 2016). Se a tecnologia encurtou distâncias entre as pessoas, por outro lado, também viabilizou as conexões entre os seres humanos e as máquinas. É a vez da chamada *Internet of Things* ou Internet das coisas. (Zhang et al., 2012).

E a conectividade acarreta comunicação. Os destinos precisam gerenciar os diversos canais de comunicação (ou canais de distribuição), devido ao recente crescimento da quantidade destes (Solis, 2018). Para fazê-lo pode ser utilizada uma ferramenta de gestão (*channel manager*) que permita a supervisão de todos os canais de distribuição atualizando continuamente as informações do destino. A comunicação responsável e interativa é fundamental para o desenvolvimento regional do turismo. Sendo um fator estratégico deve levar em conta os objetivos e os públicos envolvidos, bem como seus interesses (Gretzel et al., 2015).

O turismo e o comércio têm destaque em implementar espaços de comunicação, de troca de experiências e/ou de informações através das redes sociais digitais (Mendes-filho et al., 2017). Pode-se tirar proveito das ferramentas de comunicação para gerenciar a comunicação interna na DMO, mas para isso funcionar adequadamente, a interlocução também deve ser responsável e interativa. Isso implica em incorporar profissionais de comunicação especialistas nas mídias sociais. Uma equipe interdisciplinar, formada pelos próprios cidadãos, devidamente capacitados, conectados e conscientes do trabalho e dos impactos que causam. Isto conduz à empregabilidade no setor turístico, pessoas com bom português, fotógrafos, turismólogos, podem ser especialmente capacitados para estas tarefas.

Governança de destinos turísticos inteligentes

As TIC’s estão mudando o mundo como o conhecemos, o turista por sua vez evoluiu, está conectado, usando seu próprio dispositivo, se comunica e busca informação em tempo real (López de Ávila et al., 2016). Estas transformações exigem também novos posicionamentos das DMO’s, dos gestores, além da academia; com novas ideias para o desenvolvimento da atividade turística incorporando esta realidade (Miskalo-Cruz et al., 2017).

É neste contexto que os destinos turísticos inteligentes são concebidos, tendo como pilares de sustentação a tecnologia, a inovação, a governança e a sustentabilidade. Porque a disponível tecnologia, não transforma um destino em inteligente, precisa que os gestores utilizem sistemas de informação oriundos do *big data* e do *open data*, (SEGITTUR, 2018). Estes 2 últimos, se referem à capacidade de coletar, gerenciar, analisar e interpretar enormes quantidades de dados, em tempo real (Zhang et al., 2012). Por conseguinte, argumenta-se neste estudo que as DMO's devem desenvolver a capacidade de explorar de forma mais eficaz os dados relacionados aos viajantes em potencial antes da viagem e aos turistas durante e após a visita. Ao fazê-lo, cada fonte de dados pode se complementar e eventualmente oferecer inúmeras oportunidades para que o destino desenvolva perfis dos visitantes.

Entendendo que perfil modelo é uma classe abstrata que define se é: uma família, um casal de idosos, uma pessoa jovem, mochileiro, LGBTQ+, etc. Desta maneira, os DTI's devem ser capazes de apresentar opções ou ainda de tomar decisões de acordo com o perfil modelo de cada visitante. Para tal, o mais importante não é a quantidade de dados disponíveis, e sim, como as DMO's os usarão de forma inteligente.

A diferença competitiva estará nas habilidades de tirar vantagem dos dados em tempo real e de acordo com a necessidade do perfil modelo do visitante. E para isso acontecer, são requeridos planejamento e gestão da informação, tendo em vista que os turistas deixam pegadas digitais que após analisadas podem ser utilizadas para apoiar sistemas inteligentes de informação. Será necessário desenvolver sistemas de inteligência turística e elaborar novas aplicações que gerem valor e atendam às necessidades dos visitantes e da gestão do destino (Ivars et al., 2017).

No que tange a um DTI, em especial da Comunidade Valenciana, o pilar é a governança. Deste pilar deriva a sustentabilidade; conectividade, que por sua vez dá origem à sensoriamento; sistema de informação e inovação (SEGITTUR, 2018). Neste contexto de mudança estrutural do turismo, há necessidade de adequação contemporânea, em que os residentes e turistas mudaram. A gestão, a partir das DMO's, precisa também adequar-se a estes novos tempos, uma vez que a tecnologia e a inovação constante impactam poderosamente no turismo (Ivars et al., 2017).

Para Schwartz (2001) há necessidade de mudanças e adequação na gestão das organizações, por conta dos avanços tecnológicos e do comportamento dos clientes, sendo isso Darwinismo digital, ou seja, a evolução do comportamento quando a sociedade e a tecnologia se desenvolvem mais depressa do que capacidade de adaptação das organizações. Por tanto, ao adaptar esta definição à governança em DTI's, percebe-se que a mudança deve acontecer em todos os níveis organizacionais, desde a inclusão de todos os atores, passando pela regulamentação, normatização, até a participação nas assembleias. Ao ponto de entender que, para garantir o êxito da governança do destino, não há mais lugar para *stakeholders* passivos, nem para a liderança autoritária, lenta ou adormecida.

De acordo com Schwartz (2001) as forças que viabilizam estes câmbios podem ser agrupadas em três esferas:

1. A evolução tecnológica (Darwinismo digital);
2. As mudanças na demanda (lideradas pela busca na redução dos preços e o aumento da satisfação);
3. A necessidade de melhoria da gestão dos recursos turísticos (sustentabilidade).

Assim, sendo trata-se de uma atividade intensiva no uso das tecnologias da informação a ubiquidade da Internet revoluciona a gestão, o consumo, a produção e a comercialização dos produtos turísticos, reinventando assim, o turismo na forma digital (Ivars et al., 2017).

Para que os destinos turísticos se tornem uma realidade é necessário um fator preponderante, que é a liderança, as DMO's são responsáveis por esta tarefa, é necessário que sejam aceitos os riscos, sejam mobilizados recursos e as vontades direcionadas de maneira conjunta pensando em resultados a longo prazo tendo em vista a construção de um turismo melhor (Ivars et al., 2017). A gestão de DTI's deve adaptar-se continuamente às tendências do mercado, às novas tecnologias e à cultura das sociedades em um processo de constante modernização. (SEGITTUR, 2018).

A inovação é o principal desafio competitivo na atualidade e possivelmente continuará sendo no futuro. Para tal, devem ser objetivos a serem alcançados prosperar como economia verde, crescimento rápido e sustentável, estimular a criação de elevados níveis de emprego baseados no conhecimento e progresso social (Mazaro, 2017). Em linhas gerais, a relação com emprego está diretamente relacionada à qualificação adequada, papel a ser atribuído a entidades de classe.

Sindicatos como atores da governança em DTI's

Por conta das mudanças das sociedades, dos impactos do turismo na economia dos destinos, e da enorme quantidade de dados disponíveis, os DTI's precisarão enfrentar problemas cada vez mais complexos, que deverão ser encarados, fornecendo respostas sustentáveis, de qualidade e de longo prazo. Mas alguns dilemas demandam soluções imediatas, por já estarem acontecendo, por tanto, as DMO's necessitam posicionar-se rapidamente frente a 3 reptos:

1. A inovação se tornou um dos fundamentais desafios competitivos;
2. A economia digital é uma das partes essenciais da arquitetura da quarta revolução industrial (WEF, 2014);
3. A proliferação das TIC's em todos os níveis sociais, econômicos e laborais, aliados ao constante crescimento das tecnologias *smart*.

Estas tecnologias (*smart*), que associadas a sistemas e sensores inteligentes, são capazes de informar aos robôs como devem trabalhar, terão um impacto em todas as áreas da indústria, e o turismo não será

poupado. Desde a introdução de robôs nos hotéis para entregar objetos aos hóspedes, até os serviços de limpeza efetuados por máquinas estão cada vez mais presentes no dia a dia.

Então, se essa parte das TIC's terá impacto na indústria e na economia, a governança de DTT's deve estar alerta às consequências dessa colisão. Porque trará consequências à economia do destino, por meio do desemprego de pessoas vinculadas ao setor do turismo em âmbito regional, por outro lado há a possibilidade de criar novas aberturas com a fabricação e controle de robôs, logo, há perdas por um lado e devem ser buscadas oportunidades pelo outro (INVAT.TUR, 2018). A proposta da reflexão é de mitigar o impacto no desemprego no setor turístico através da proatividade da governança do destino, ao incluir os sindicatos como mais um ator.

Embora a ideia não seja nova nem original, tendo em vista que há mais de uma década Kazancigil (2002) já fez essa proposição. O fato é que na prática pouco ou nada foi efetivada (Ivars et al., 2016), possivelmente devido ao contexto da época, talvez porque ficou na esfera reativa ao invés da proativa, ou ainda pela pouca preocupação com o setor, que, mais do que industrial é baseado em serviços. Mas, a governança de DTT's deve ser proativa, antecipando-se aos fatos, ao invés de esperar os desdobramentos para assumir uma postura reativa. Assim, com a tendência no futuro próximo de automatização de diversas atividades no turismo, e como a tecnologia digital também tende a continuar perturbando o aspecto econômico e social dos destinos. A governança de DTT's podem antecipar seus efeitos no mercado e assegurar acordos justos para os trabalhadores que serão afetados.

Segundo Kazancigil (2002), governança é um processo de tomada de decisão democrático, relativamente horizontal, como modo de fazer política, envolvendo autoridades estatais e locais, o setor de negócios, os sindicatos de trabalhadores e os agentes da sociedade civil (ONGs e movimentos populares).

Neste estudo, a proposição da inclusão dos sindicatos tem uma perspectiva congruente com os destinos turísticos inteligentes e não com a postura do passado. Isto é, a relevância e a necessidade das negociações coletivas, mediados através dos sindicatos é um fato inegável no contexto socioeconômico. Como as constantes mudanças e o incremento de formas de produção, conduzem naturalmente a dispensar o trabalho humano em larga, o que conduz à transformação da realidade das relações laborais.

Como forma de se adequar à nova realidade imposta pela conectividade ubíqua das máquinas, com a necessidade mínima de pessoas na intervenção dos processos (Buhalis et al., 2014; Gretzel, 2011), a governança em DTT's deve apontar para a integração das TIC's no turismo e preparar os destinos para a quarta revolução industrial. A gestão destes, deve incluir novos modelos de negócios baseados na inovação. Por outro lado, os sindicatos também precisam se adequar a este contexto, despir-se do caráter de que se revestiu desde seu surgimento, ligado a uma postura de lutas e de conquistas, geralmente buscando

solucionar problemas de ordem financeira, para adquirir uma postura de negociações flexíveis, capaz de compreender com objetividade e serenidade as situações, a fim de estabelecer normas de equilíbrio. Os movimentos e as ações devem ser substituídos pela reflexão, e a luta, pela negociação.

As negociações coletivas, consideradas o meio mais autêntico de estabelecer condições de trabalho, devem agora se voltar à capacitação dos colaboradores tendo à frente um futuro dominado pelas TIC's, para garantir a empregabilidade do setor, os sindicatos devem passar a reivindicar treinamento nas máquinas e robôs que aparecerão nos equipamentos de turismo, o fenômeno da revolução tecnológica é completamente diferente daquele decorrente da revolução industrial, de onde surgiu o direito do trabalho. Mas de nada adiantaria atribuir funções aos órgãos sindicais e negar-lhes os meios para que essas funções fossem cumpridas.

No contexto de governança em DTT's em que a preocupação com a justiça social deveria ser central para todos os atores, com vistas a uma ordem no destino e a uma vida social mais igualitária. Kazancigil (2002) observa: "O que se percebe na atualidade é um sinal de consciência tímida", os DTT's deveriam advogar à necessidade de ter uma visão completa do destino, que inclua os impactos dos monopólios/oligopólios, se apenas poucos *stakeholders* obtém muito lucro, as desigualdades surgem e o destino limita seu crescimento. O ciclo de vida do destino pouco evolui, a velocidade de desenvolvimento é reduzida e favorece os caminhos para a delinquência, reduzindo as possibilidades de crescimento em todos os setores.

Já o contrário acontece quando todos crescem de uma forma mais igualitária, o destino evolui de forma cooperativa, a cooperação entre as empresas se reforça pela confiança e a necessidade de crescer. Assim mesmo, a orientação para a empregabilidade poderia ser uma das funcionalidades da governança. Através dos sindicatos, alertando a necessidade de adequação dos colaboradores sobre os níveis de emprego baseados no conhecimento e progresso social que tendem a adoção da inteligência artificial.

O foco de Kazancigil (2002) é muito forte no que tange às ONGs, esclarece bem o papel e a necessidade destas, destaca sua importância na governança, porém não dá a mesma importância aos sindicatos, faltam maiores desdobramentos da ideia, importância e impactos na governança.

O impacto das TIC's aponta para o aumento no número de pessoas com alta qualificação no mercado. Qualificação que vai desde o preparo técnico especializado até o desenvolvimento de novos perfis de liderança. Mudando o controle de horas de trabalho e indicadores de produtividade hoje existentes, para se reunir à geração de resultados e valor agregado, por parte das equipes lideradas.

No contexto de DTT's os profissionais do turismo deverão desenvolver novas habilidades visando o aumento da própria produtividade. Aprender a lidar lado a lado com robôs e ter a visão do todo farão parte desse cenário. Isso significa que os colaboradores se envolverão em todo o processo produtivo, e

não apenas em uma parte específica. O que demandará o exercício de tarefas e funções mais complexas e criativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta abordagem não é conclusiva e sim complementar; é uma tentativa de desenvolver o conceito de governança dentro do contexto de destinos turísticos inteligentes, onde as TIC's são o elemento articulador, através da automação, robótica, inteligência artificial, etc, realçando às consequências que causarão estas novas tecnologias na empregabilidade do setor de turismo. E o impacto que podem produzir na vida dos colaboradores afetados, e como tudo está relacionado, haverá consequências na economia do território. Por este motivo não cabem aqui conclusões, apenas algumas reflexões sobre a melhoria e continuidade deste olhar, uma vez que a governança é apenas uma parte de um conceito mais amplo, e que certamente haverá ainda muitas modificações ao longo do ciclo de vida do destino. Está se vivendo uma era de constantes evoluções, uma era de Darwinismo digital, que empurra todas as indústrias e setores na direção do crescimento digital constantemente.

A inovação não pode ser ignorada, os riscos devem ser assumidos, líderes capacitados, recursos mobilizados, funcionários atualizados, etc. Também são requeridos objetivos, de curto, médio e longo prazo, que sejam atingíveis. Tendo em mente que para alcançá-los é necessária disciplina e perseverança.

Para atingir o sucesso desejado é requerido trabalho constante, os destinos de sucesso vencem porque planejam estrategicamente, modificando os caminhos, mas não os objetivos finais. Em um mundo onde as redes sociais digitais fazem parte do cotidiano e tudo ficou instantâneo, é necessário perceber que trabalhar muito não significa obrigatoriamente ter realizado muito, não se deve confundir esforço com avanço.

Por fim, altos investimentos efetuados para transformar em um DTI, não representam obrigatoriamente o grau de avanço, o que importa não são os valores dos investimentos, e sim o que efetivamente está disponível para o turista com o emprego desses recursos (Santos-Júnior et al., 2017). Os DTI's têm várias dimensões: mobilidade, governança, sustentabilidade, pessoas etc. Cada uma destas dimensões precisa alcançar elevados graus de inteligência. E embora seja importante conseguir esses graus, o objetivo final não deve ser atingi-los, mas sim fazer a diferença para o destino, deixar uma experiência inesquecivelmente boa para os turistas.

Uma das limitações encontradas neste breve ensaio é a ausência de empirismo, por se tratar de um trabalho totalmente teórico, a validação, confirmação e evolução que é necessária deveria estar presente. Outra limitação apresentada é o baixo uso de leitura internacional em idiomas que não português, embora tenham sido usados os principais expoentes do turismo mundial, autores não tão conhecidos e renomados ficaram de fora, e talvez poderiam ter contribuído de alguma maneira com o trabalho.

Este trabalho conceitual, poderá ter utilidade em estudos posteriores, e/ou servir de base para o desenvolvimento de futuros laboratórios de observação sobre o tema. Espera-se que seja objeto de reflexão a pesquisadores e líderes de governança em destinos turísticos inteligentes.

Para dar continuidade a este trabalho outras pesquisas podem verificar a validade desta proposta e, ainda, adicionar outros *stakeholders* que poderão também ser afetados no turismo. Este trabalho também visa gerar progresso no debate crítico do tema, novos questionamentos devem surgir, como por exemplo: se as TIC's em um futuro próximo revolucionarão as linhas de produção e de atendimento ao gerar produtos inovadores e a automação de alguns serviços seja, por autosserviço ou pela inclusão de robôs nos processos no setor do turismo; como preparar os profissionais para isso? Qual perfil de profissional que as universidades e centros de formação técnica deverão desenvolver para enfrentar esse mercado? Qual o impacto econômico que isso pode acarretar ao destino? Como a governança deve se adequar nesse contexto? São basicamente questões de pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alizila (2018) Alizila News from Alibaba group. Acesso em: 1/abr/2018. Disponível em: <http://www.alizila.com/video/alibabas-new-retail-explained/>
- Almeida F et al. (2016). Turismo e Inovação: Uma proposição de modelo de sistema de gestão para configuração de destinos turísticos inteligentes. CULTUR, ano 10-nº 02 –Jun/2016 - Edição especial: Destinos turísticos inteligentes
- Andrade A et al. (2004). Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. Editora: Atlas, 1ª ed. São Paulo – SP.
- Arns PC (2009). Governança democrática e desenvolvimento territorial: avanços e limites das iniciativas brasileiras. Zapata, T.(org.), Desenvolvimento local e a nova governança.
- Baggio R et al. (2014). Real and virtual relationships in tourism digital ecosystems. Information Technology and Tourism. 14(1): 3-19.
- Bardin L (2011). Análise de conteúdo. Editora: Edições 70 - Brasil, 1ª ed. Lisboa, Portugal.
- Bertalanffy LV (1973) Teoria Geral dos Sistemas. Editora: Vozes, 1ª ed. Petrópolis – RJ.
- Blanco J (2015). El libro blanco de los destinos turísticos inteligentes: Estratégias y soluciones para fomentar la innovación em el turismo digital. Madrid, Espanha: LID Editorial Empresarial.
- Brandão M et al. (2016). Destino turístico inteligente: um caminho para transformação. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo – ANPTUR, pp. 1-15.
- Buhalis D et al. (2014). Smart tourism destinations. In: Xiang Z et al. (Eds.), Information and communication technologies in tourism, (553–564). Vienna, Austria: Springer. Dublin: IFIT

- Caffyn A et al. (2009) Governance capacity and stakeholder interactions in the development and management of coastal tourism: examples from Morocco and Tunisia. *Journal of Sustainable Tourism*, 11(2): 224-245.
- Cervo A et al. (2002). *Metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall.
- Cooper C et al. (2007). *Turismo: princípios e prática*. Editora: Bookman. 3ª ed. São Paulo – SP.
- Dallabrida V et al. (2003). Governança Territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. *Desenvolvimento em Questão*, 1(2): 73-97.
- Dencker A (2007). *Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas*. Editora: Futura, 9ª ed. São Paulo - SP.
- Dreher M et al. (2006). Governança em APLs de Turismo: a experiência da aglomeração empresarial situada na região rural da Nova Rússia em Blumenau, SC. In: IV SeminTUR, Anais, Caxias do Sul - RS.
- Flores F (2009). Aplicaciones de la gobernanza en las PYMES para una mejor toma de decisiones en la industria turística. El sistema Datatu Méjico. Primera conferencia internacional sobre medición y el análisis económico del turismo regional. Donostia, San Sebastián. España. pp. 1-11.
- Giovannella C et al. (2013). Villard-de-Lans: A Case Study for Participatory People-Centered Smart City Learning Design. *Advanced Learning Technologies (ICALT)*, IEEE 13th International Conference, (1): 461-462.
- Gil A (1999) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Editora: Atlas, 5.ed. São Paulo – SP.
- Giner D (2017) Hacia una nueva gobernanza del destino turístico: el enfoque de los destinos turísticos inteligentes. *Oikonomics, revista de economía, empresa y sociedad*, Universidad Oberta de Catalunya – UOC, N. 7. pp. 21-27.
- Gretzel U et al. (2015) *Smart Tourism Challenges*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301295363_Smart_Tourism_Challenges acesso em: 11/abril/2018.
- Gretzel U et al. (2015). Conceptual foundations for understanding smart tourism ecosystems. *Computers in Human Behavior*, 50: 558-563.
- Gretzel U (2011). Intelligent systems in tourism: A social science perspective. *Annals of Tourism Research*, 38(3): 757-779.
- Hall C (2011) Typology of governance and its implications for tourism policy Analysis. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4–5).
- IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2008). *Manual de governança corporativa*. São Paulo – SP.

- INVAT.TUR (2018) Instituto Valenciano de Tecnologias em Turismo. Manual Operativo para la Configuración de Destinos Turísticos Inteligentes. Acesso em 1/abr/2018. Disponível em: <http://invattur.gva.es/estudio/manual-operativo-para-la-configuracion-de-destinos-turisticos-inteligentes/>
- Ivars J et al. (2017) Guía de Implantación de Destinos Turísticos Inteligentes-Comunitat Valenciana. Agència Valenciana del Turisme. Invat.tur. 1ª ed.
- Ivars J et al. (2016). Gestión turística y tecnologías de la información y la comunicación (TIC): El nuevo enfoque de los destinos inteligentes. Documents d'Anàlisi Geogràfica 2016, vol. 62/2 pp. 327-346
- Kazancigil A (2002). A regulação social e a governança democrática da mundialização. In: Milani C et al. (Orgs.). Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI? Editora: Universidade/UFRGS/UNESCO. 1ª ed. Porto Alegre – RS.
- Liu Yushan (2016) Tourism Destination Governance: O estudo de caso de Hemavan e Tärnaby (Suécia). Acesso em 11/abril/2018. Disponível em: <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:943647/FULLTEXT01.pdf>.
- López de Ávila A (2016) La comunicación de los destinos turísticos y sus marcas a través de los medios sociales. Acesso em: 11/jan/2017. Universitat Rovira | Virgili. ebook, disponível em http://www.thinktur.org/media/libro-COMTUR_2.0.pdf
- López de Ávila A et al. (2016) Destinos turísticos inteligentes. Disponível em: <http://www.minetur.gob.es/Publicaciones/Publicacionesperiodicas/EconomiaIndustrial/RevistaEconomiaIndustrial/395/LOPEZ%20DE%20AVILA%20y%20GARCIA.pdf>. Acesso em: 17/fev/2018
- Luque-Gil A et al. (2015). Los Destinos Turísticos Inteligentes en el marco de la Inteligencia Territorial: conflictos y oportunidades. Investigaciones Turísticas Nº10, pp. 1-25.
- Massukado M (2005) Recursos organizacionais e recursos turísticos na gestão pública do turismo: Os casos de Curitiba e Foz do Iguaçu. UFPR. Dissertação de Mestrado em Administração. Curitiba - PR.
- Mazaro R (2017). Inovação em Turismo e Competitividade Regional: abordagem conceitual e ensaio de aplicação. Revista Turismo em Análise, 28(1): 1-18.
- Mendes-Filho L et al. (2017). Aplicativos móveis e turismo: um estudo quantitativo aplicando à teoria do comportamento planejado. Revista Rosa dos Ventos –Turismo e Hospitalidade, 9(2), 179-199.
- Milani C et al. (2002). Pensar a democracia na governança mundial: algumas pistas para o futuro. In: Milani C et al. (Orgs.). Democracia e governança mundial: Regulações para o século XXI. Ed. Universidade/UFRGS/Unesco. pp.266-291. Porto Alegre.
- Miskalo-Cruz M et al. (2017). Indicadores para monitoramento e gestão de destinos turísticos inteligentes. CULTUR - Revista de Cultura e Turismo, 10(2) 3-22.


- Oliveira D (2006) Governança corporativa na prática. Editora: Atlas, 1ª ed. São Paulo – SP.
- OMT (2004) Organização Mundial do Turismo. Guide for local authorities on developing sustainable tourism. A Tourism and Environment Publication. Madrid.: Organización Mundial del Turismo.
- Patton M (1990). Qualitative evaluation and research methods. Editora: Sage, 2ª ed. Newbury Park
- Queiroz F et al. (2015) State of art in tourist destination governance. *Tourism & Management Studies*, 11(2): 47-55.
- Ramos A et al. (2017). Sistemas e tecnologias da informação no turismo. Editora: Prismas, São Paulo, SP.
- Rodrigues A et al. (2006). Estruturas de governança e empreendedorismo coletivo: o caso dos doutores da alegria. *Revista de Administração Contemporânea*, 10(3).
- Ruschmann D et al. (2017). Indicadores de avaliação de governança em destinos turísticos: Uma análise da aplicabilidade dos modelos propostos. *Applied Tourism*, 2(1), pp. 128-148.
- Sampieri H et al. (2006) Metodologia de pesquisa. Editora: McGraw-Hill, 3ª ed. São Paulo - SP.
- Santos-Júnior A et al. (2017) Smart Tourism Destinations: un estudio basado en la visión de los stakeholders. *Revista Turismo em Análise*, 28(3): 358-379.
- Schmidt-Cornejo N et al. (2016) Fundamentos teórico-tecnológicos de un destino inteligente: Diagnóstico del destino turístico mazatlán. *CULTUR*, ano 10 - nº 03 – Out/2016. pp. 51-64.
- Schwartz EI (2001). Darwinismo Digital: Estrategias Ganadoras Para Sobrevivir en la Asesina Economía de la Web. Editora: Ediciones Granica, S.A. Buenos Aires - AR
- SEGITTUR (2016) - Sociedad Estatal para la Gestión de la Innovación y las Tecnologías Turísticas. Destinos turísticos inteligentes. Acesso em: 28 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://www.segittur.es/es/sala-de-prensa/ponencias-presentaciones/>.
- Silva E (2006). Governança corporativa nas empresas. Editora: Atlas, 1ª ed. São Paulo – SP.
- Silva L et al. (2012). Gobernanza y territorialidade en el desarrollo turístico regional: El caso del Oktoberfest en Blumenau – Brasil. *Revista Estudios y Perspectivas en turismo*, 21: 1369-1388.
- Solis B (2018). Digital transformation of the guest experience. Altimeter, a prophet company. *Sabre Hospitality Solutions*. March 2018.
- Sousa T et al. (2016) Análise da transformação de um Destino Turístico Tradicional (DTT) em Destino Turístico Inteligente (DTI) à luz do modelo da SEGITTUR (2013). *CULTUR*, ano 10 - nº 02 – Jun/2016.
- Vázquez-Barquero A (2000). La Política de Desarrollo in Itália: instrumentos y experiencias. Santiago de Chile: CEPAL - Proyecto CEPAL/GTZ, 2000.
- Velasco M (2012). Gobernanza del turismo: retos y estrategias de las redes de destinos turísticos, en XV Congreso AECIT (2010): Dinámicas de transformación del turismo en el siglo XXI, Tenerife, pp. 24-26 noviembre.

- Velasco M (2008). Gestión De Destinos Turísticos: ¿Gobernabilidad Del Turismo O Gobernanza Del Destino? XVIII Simposio Internacional de Turisme y Lleure, pp. 1-13.
- Vergara S (2016) Projetos e relatórios de pesquisa em administração. Editora: Atlas, 16^a ed. Rio de Janeiro – RJ.
- Viana A (2012). Modelos Relacionais para a Organização e o Desenvolvimento Regional do Turismo. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: UniSC.
- Wang D et al. (2012). The new landscape of travel: A comprehensive analysis of smartphone apps. In M. Fuchs, F. Ricci, & L. Cantoni (Eds.), Information and Communication Technologies in Tourism (pp. 308–319). Wien: Springer.
- WEF - World Economic Forum. (2014) The Global Information Technology Report 2014: Rewards and Risks of Big Data. Último acesso em: 20/09/2016. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalInformationTechnology_Report_2014.pdf
- Zhang H (2011). Studies on Tourism Destination Governance from the Perspective of Institutional Economics: Retrospect and Prospect. In: 3rd International Conference on Information and Financial Engineering, Singapore, IPEDR, v.12. Anais.
- Zhang L et al. (2012). On the basic concept of smarter tourism and its theoretical system. Tourism Tribune, 27(5): 66-73.


Estudo sobre a acessibilidade em atrativos turísticos de Brasília (DF)


Recebido em: 08/12/2020

Aceito em: 19/12/2020

 10.46420/9786588319413cap5

Letícia Bianca Barros de Moraes Lima^{1*} 

Mylene Pereira de Arruda² 

Guttemberg José dos Santos Junior³ 

INTRODUÇÃO

O turismo é uma das atividades econômicas que tem uma das maiores taxas mundiais de crescimento anual há várias décadas. Segundo dados da Organização Mundial de Turismo (OMT) as chegadas de turistas internacionais (visitantes que pernoitam) no Brasil cresceram 4% em 2012, superando globalmente, pela primeira vez na história a casa de um bilhão de turistas. Assim, apesar da instabilidade econômica mundial, a demanda do turismo internacional manteve-se aquecida, com um incremento de 4 milhões de turistas, aos 995 milhões de 2011 (Ministério do Turismo, 2014).

Estudos demonstram que os receptivos turísticos do Brasil ainda apresentam obstáculos de diversos tipos nas instalações e no atendimento com a hospitalidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (Sibirino e Figueiredo, 2015). O artigo 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), ao qual o Brasil aderiu por meio do Decreto 6.949/2009 (BRASIL, 2009) que trata da “participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte” e estabelece que os Estados-Parte reconheçam o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam: a) ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis; b) ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; etc., ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

* Autor(a) correspondente: 1444553@etfbsb.edu.br

Ainda de acordo com o referido decreto, para que as pessoas com deficiência participem, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de atividades recreativas, esportivas e de lazer, os Estados- Parte deverão tomar medidas apropriadas para: a) incentivar e promover a maior participação possível das pessoas com deficiência nas atividades esportivas comuns em todos os níveis; b) Assegurar que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de organizar, desenvolver e participar em atividades esportivas e recreativas específicas às deficiências e, para tanto, incentivar a provisão de instrução, treinamento e recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Estudos quanto a análise do contexto do turismo acessível na região do Distrito Federal e sua capital Brasília ainda são escassos. Esta pesquisa vem de encontro a tal demanda, contribuindo para o aprofundamento e a disseminação de estudos acadêmicos no Brasil que têm como tema o consumo de lazer por pessoas com deficiência; ao mesmo tempo busca disponibilizar às pessoas com deficiência (PCD's) informações para o conhecimento e o mapeamento dos pontos turísticos acessíveis, bem como os elementos de acessibilidade que tais estabelecimentos oferecem para o fomento do tema.

A hipótese que norteou esta pesquisa é multivariada, na qual elucidaram-se as seguintes variáveis relacionadas de forma dependente: a) nível de satisfação dos usuários (visitantes com deficiências); b) ambientes adaptados; e c) transportes públicos. Desta forma, a hipótese central desta pesquisa é: ambientes mais adaptados, com maior nível de satisfação de visitantes com deficiência e com maior disponibilidade de acesso via transporte público terão maior demanda de visitas de pessoas com deficiências.

Ainda sobre as hipóteses postula-se a dedutibilidade de que determinados pontos turísticos não são frequentados por pessoas com deficiências, pois fazem parte do Conjunto Urbanístico de Brasília, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 11 de dezembro de 1987, como Patrimônio Cultural da Humanidade. Estes monumentos, considerados atrativos turísticos de Brasília, são regulamentados pelo tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília e respaldados nas diretrizes gerais de preservação, sendo inoportuna as aplicações de acessibilidade da ABNT 9050/2015.

Esta problemática contrapõem-se às demandas dos fluxos turísticos demonstrados na Pesquisa de Perfil de Satisfação do Turista do Distrito Federal (2013), como exemplo, tem-se a Catedral Metropolitana de Nossa Senhora Aparecida, conhecida como Catedral de Brasília - patrimônio material tombado, é o atrativo mais visitado no DF, abarcando 44% do total de visitantes.

Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa é hierarquizar os seguintes espaços de lazer para a prática de turismo acessível em Brasília: Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB, Museu Nacional, Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, Santuário Arquidiocesano Menino Jesus, Biblioteca Nacional, Memorial JK e Ermida Dom Bosco.

REFERENCIAL TEÓRICO

A referência mundial do turismo acessível inicia-se através da Organização Mundial do Turismo (OMT) com a Declaração de Manila em 1980. No documento, pela primeira vez foi associado o termo turismo e acessibilidade. Esse tratado reconhece que o turismo é um direito fundamental e necessário para o desenvolvimento humano (Hoyo et al., 2010).

No entanto, foi nos finais de 80, o ápice para as discussões sobre acessibilidade com o aparecimento do conceito de design universal e aprovação nos Estados Unidos da América, da ‘*Americans with Disabilities Act*’ (ADA) (substituição da ABA). A ADA estendeu a acessibilidade das escolas e locais de trabalho para os demais edifícios que fossem de uso coletivo como também nos transportes públicos.

No ano seguinte, em 1981, a ONU declarou o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência e, em 1993 publicou as Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, reconhecendo a acessibilidade como uma dimensão fundamental para a igualdade de participação (Jardim, 2014).

Em 1992, afim de garantir às pessoas com deficiência maiores controles legais contra a discriminação, é redigido na Austrália, um processo de desenvolvimento do turismo acessível e legislação ambiental, o *Disability Discrimination Act* (DDA). A introdução do deste Ato, teve como princípio e a intenção reforçados através da legislação estatal vigente (Buhalis et al., 2012).

O DDA, determinou dois preceitos a respeito da deficiência que tiveram uma repercussão significativa para o turismo. A primeira delas foi sobre o padrão de incapacidade das pessoas com deficiência para o uso dos transportes públicos, a partir daí foram estipulados os padrões de acessibilidade para o transporte público. A segunda repercussão foi o desenvolvimento de um projeto de normas para acessibilidade nas edificações e de um acordo entre o *Australian Building Codes Board* (2004) com o Departamento do Procurador-Geral da *Commonwealth* e os Direitos Humanos e Igual *Opportunity Commission* (2004) para equilibrar o DDA aos Códigos de Construção Australianos (Buhalis et al, 2012).

No caso do Brasil, no que se refere a legislação, o termo acessibilidade é abordado pela primeira vez no ano de 2000 nas Leis 10.048 e 10.098/2000 e no Decreto 5296/2004, que regulamentou a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (idosos, gestantes) e estabelece normas para a promoção da acessibilidade. Esse decreto é um dos mais difundidos entre as pessoas com deficiência porque disciplina as condições que impactam sua vida cotidiana. O decreto trata da acessibilidade em espaços públicos e edificações, moradias, bens culturais imóveis, todos os modais de transportes coletivos e terminais de embarque e desembarque (BRASIL, 2009).

No que tange o processo de inclusão das pessoas com deficiência, verifica-se a necessidade da exclusão de barreiras. A Lei 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa Deficiência conceitua

barreiras como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

As barreiras arquitetônicas, comumente encontradas nas cidades, tanto nos espaços públicos como privados, são fatores que dificultam e, em algumas situações, impedem o deslocamento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Promover a acessibilidade faz parte do processo de inclusão social não só das pessoas com deficiência, mas de todos que, permanentemente ou temporariamente, apresentam dificuldade de locomoção, incluindo nesta categoria crianças, pessoas idosas, gestantes e obesos (BRASIL,2009).

De acordo com o Decreto Federal Nº 5.296/04 e o Manual de Orientações: Turismo a acessibilidade 2006, as barreiras são classificadas em quatro tipos, conforme o Quadro 1:

Quadro 1. Barreiras de acessibilidade. Fonte: Diniz (2018).

Barreiras urbanísticas	As existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público
Barreiras nas edificações	As existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar
Barreiras transporte	As existentes nos serviços de transportes que impedem ou dificultam o ingresso ao interior dos veículos de transporte público, privado, aos terminais, às estações e aos pontos de parada
Barreiras comunicação e informação	Qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação

Em vários estudos são encontradas classificações diversificadas destas barreiras e obstáculos, considerando os diversos fatores que influenciam como principal agente do empecilho de acessibilidade. Uma forma de agrupar estas barreiras é considerar quais são os elementos causadores que possam gerar essas dificuldades. Para o Ministério das Cidades, a classificação não se dá pelas pessoas e, sim, pelo que causa o contratempo, agrupados em barreiras físicas, barreiras tecnológicas e barreiras atitudinais (BRASIL,2006a).

A seguir apresenta-se o quadro 2, mencionando as barreiras físicas, tecnológicas e atitudinais:

Quadro 2. Barreiras de acessibilidade. Fonte: Diniz (2018).

Barreiras físicas	São elementos físicos, de qualquer natureza, produzidos ou naturais, existentes no interior de edificações públicas ou privadas, nos espaços externos às edificações, mas internos aos lotes e que sejam de uso comum, nos espaços urbanos e nos meios de transportes, inclusive o respectivo mobiliário de apoio ou comodidade pública.
Barreiras tecnológicas	São obstáculos gerados por evolução social de certa comunidade ou por avanços tecnológicos que não atenderam às limitações na mobilidade de algumas pessoas, limitando ou impedindo a acessibilidade aos espaços, objetos, determinados aparelhos, às comunicações, ao deslocamento, ao entendimento de certas situações.
Barreiras atitudinais	São posturas da sociedade em geral que geram entraves e que sejam causadas por atitudes de funcionários, moradores, comerciantes, profissionais liberais, os próprios indivíduos prejudicados ou qualquer pessoa da sociedade, por desconhecimento, despreparo, descaso ou ignorância, e que dificultem ou impeçam o acesso, a permanência, o manuseio, o livre deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida a locais de uso comum ou qualquer outra atividade social que queiram realizar, participar, presenciar ou contemplar.

De acordo com Darcy (2006), o turismo acessível é um mercado com grandes previsões de crescimento, desafios e benefícios relacionados ao mercado. Destaca-se, como um dos principais desafios, a necessidade de qualificação da segmentação do mercado devido às particularidades de cada deficiência, dentro do contexto de prestação de serviços, uma vez que uma pessoa com mobilidade reduzida não tem as mesmas necessidades que uma pessoa com dificuldades auditivas ou visuais, por exemplo.

Ambrose et al (2017), enfatiza que comportamentos éticos e de responsabilidade social são requisitos cada vez mais valorizados pelos clientes. Desta forma, determinadas organizações buscam adotar práticas com consequências positivas na sua imagem e viabilidade econômica, adotando um turismo de caráter inclusivo.

Para garantir uma experiência segura e agradável, de acordo com Brasil (2014):

É necessário, portanto, produzir, sistematizar e difundir informações sobre a acessibilidade de empreendimentos e atrações turísticas no Brasil, possibilitando a pessoa com deficiência a exercer o seu direito de viajar por todo o Brasil, com autonomia. Tais informações podem servir, ainda, de subsídios para a definição de políticas públicas para as pessoas com deficiência, assim como para a tomada de decisão do governo e da iniciativa privada para a melhoria dos produtos e serviços turísticos.

De acordo com Almonte (2014), o turismo acessível é uma oportunidade de formação e trabalho para pessoas com deficiência, de forma a atender as normas e legislações, oportunizando igualdade e integração social por meio da prestação de serviços, desde o quadro de colaboradores até o visitante.

No que se refere aos destinos turísticos brasileiros, pesquisadores têm-se dedicado ao estudo de cidades, atrativos e equipamentos acessíveis.

Coelho (2007) pesquisou a inclusão social através de uma avaliação dos padrões de uso da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, enquanto espaço de lazer e turismo e demonstrou cenários de atividades dos usuários. A acessibilidade e a inclusão foram avaliadas a partir da análise da relação entre três indicadores: a diversidade de pessoas, as atividades desenvolvidas e as condições de uso no ambiente físico.

Com relação ao turismo ecológico, Feuser et al. (2019) analisaram a acessibilidade no contexto das Unidades de Conservação, bem como em suas atividades e estruturas, tendo como enfoque as pessoas com mobilidade reduzida, no município de Blumenau (SC). Os resultados demonstraram que as unidades de conservação não foram formuladas para pessoas com mobilidade reduzida.

Dentre os aspectos sugeridos pelos entrevistados na pesquisa de Feuser et al. (2019), no sentido de adaptabilidade em áreas naturais os resultados foram os seguintes: adaptar rampas conforme as normas; capacitar os colaboradores para atender ao público com deficiência; implantar corrimãos; aplicar piso tátil; colocar piso antiderrapante; calçadas sem desnível; adaptar sanitários, refeitório e vestiários; melhorar a sinalização; ampliar atrativos para as crianças; colocar mais bancos para repouso e adaptá-los; reservar vagas de estacionamento mais próximo dos locais principais; reduzir a quantidade de lama; e oportunizar o acesso para todos ao rio.

No campo dos meios de hospedagem, Duarte et al. (2015) verificaram a acessibilidade para pessoas com deficiência visual no setor hoteleiro de Brasília. Os resultados demonstram que apenas 2 (dois) dos 20 (vinte) hotéis investigados possuíam cardápio em braile e que apesar de um número relevante de funcionários se considerarem aptos a receberem hóspedes com deficiência visual, verificou-se que não há um treinamento adequado para oferecer um serviço de qualidade.

Os estudos de Santana et al. (2019) investigaram a acessibilidade nos destinos turísticos de sol e praia e revelaram que há diversas iniciativas no litoral brasileiro. A pesquisa teve como objeto de estudo projetos que se destacam pela apropriação de práticas inclusivas: Praia para Todos (Rio de Janeiro), AC Social (Paraíba) e Estrela do Mar (Sergipe). Os indicadores de acessibilidade pesquisados foram o fator motivador para início do projeto, a classificação das instituições de apoio bem como as parcerias atuais, o público-alvo das ações, o número de assistidos, a formação da equipe de apoio e voluntários, as atividades de lazer desenvolvidas, a disponibilidade temporal das ações e as infraestruturas e equipamentos disponíveis nos respectivos projetos.

Com relação aos espaços de lazer em shoppings center, Lima et al. (2020) analisaram a percepção das pessoas cegas quanto ao ambiente de consumo e sobre a qualidade do atendimento oferecido nos restaurantes do shopping Conjunto Nacional, em Brasília. Os resultados mostram a insatisfação dos

consumidores com deficiência visual com a falta de preparo dos atendentes e a inadequação dos estabelecimentos e que os estabelecimentos precisam se adaptar às normas exigidas pelas leis em vigência para atender a esses consumidores.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa possui cunho exploratório, descritivo e qualitativo (Gil, 2008; Vergara, 2009).

Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram sistematizados em 4 (quatro) etapas de trabalho detalhadas conforme segue a seguir:

1ª etapa: levantamento bibliográfico com foco nas principais obras de turismo acessível no Brasil. O levantamento da legislação brasileira no campo da acessibilidade foi analisado com base no quadro de evolução das leis, normas e decretos de acessibilidade no Brasil elaborado por Melo et al. (2017).

2ª etapa: pesquisa de campo. Foram realizadas visitas técnicas em novembro de 2018, com a produção de material audiovisual em 7 (sete) atrativos turísticos de Brasília: Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB); Museu Nacional, Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, Santuário Arquidiocesano Menino Jesus, Biblioteca Nacional, Memorial JK e Ermida Dom Bosco. Nesta etapa foram utilizados os seguintes equipamentos: máquina fotográfica Cannon, celular Moto G5 e um formulário de coleta de dados, baseado nos requisitos de acessibilidade do Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei 13.146/2015) e na Convenção das Nações Unidas da Pessoa com Deficiência: 1. meios de acesso; 2. parada de ônibus; 3. estacionamento; 4. piso tátil; 5. rampas; 6. sinalização em braille; 7. banheiros adaptados; e 8. presença de Intérprete de LIBRAS.

3ª etapa: sistematização, descrição e transcrição dos dados coletados em vídeo e imagens dos monumentos pesquisados.

4ª etapa: hierarquização dos monumentos pesquisados quanto à acessibilidade e confrontado com 3 (três) grupos de informantes-chaves:

- 1º grupo - visitantes com deficiência visual;
- 2º grupo - visitantes com deficiência motora;
- 3º grupo - visitantes com deficiência auditiva.

Para cada grupo de informante-chave foi aplicado um quadro com uma lista de recursos de acessibilidade com base na ABNT 9050 (2015) para cada tipo de deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil dos grupos dos informantes-chaves investigados está abaixo relacionados, nos quadros 3, 4 e 5.

Perfil dos entrevistados**Quadro 3.** Deficiência visual.

Informante- chave 1	Informante- chave 2	Informante chave 3
Sexo: M	Sexo: F	Sexo: M
Faixa etária: entre 40 a 50 anos	Faixa etária: entre 50 a 60 anos	Faixa etária: 35 a 40 anos
Ocupação: estudante e empregado	Ocupação: estudante e empregado	Ocupação: desempregado

Quadro 4. Deficiência motora.

Informante-chave 1	Informante-chave 2	Informante-chave 3
Sexo: M	Sexo: F	Sexo: M
Faixa etária: entre 15 a 17 anos	Faixa etária: entre 18 a 22 anos.	Faixa etária: entre 14 a 17 anos.
Ocupação: estudante	Ocupação: estudante	Ocupação: estudante

Quadro 5. Deficiência auditiva.

Informante-chave 1	Informante-chave 2	Informante-chave 3
Sexo: F	Sexo: M	Sexo: F
Faixa etária: 17 a 22 anos	Faixa etária: entre 18 a 23 anos.	Faixa etária: entre 45 a 50 anos.
Ocupação: estudante	Ocupação: estudante	Ocupação: empregada

Com relação a classificação dos atrativos turísticos, o que recebeu a avaliação mais elevada em termos de acessibilidade foi o CCBB, apesar do difícil acesso, pois encontra-se em área mais afastada do centro de Brasília. Não foram visualizadas faixas de pedestres ou passarelas pela região, sendo inclusive muito arriscado a travessia de pedestre na via L3 Norte, DF 004, Estrada Parque das Nações. Há apenas duas linhas de ônibus, a 147.5 e 0.103 que saem da Rodoviária do Plano Piloto e uma parada de ônibus que não oferece nenhum recurso de acessibilidade. A entrada mais próxima fica na lateral do edifício e não há sinalização indicativa, sendo pouco conhecida pelo público que frequenta o local. Há um amplo estacionamento, com vagas exclusivas e rampas de acesso.

Em contrapartida, os recursos de piso tátil e as placas indicativas em braille são encontradas apenas no Edifício Tancredo Neves, do CCBB. Os banheiros apresentam estrutura satisfatória, com espaço para

manobrar cadeira de rodas, barra de apoio e altura de vaso sanitário e pia adequados, além de indicações em braille e ampla identificação visual. Todas as galerias possuem elevadores e rampas de acesso, que são a principal forma de entrada e saída, porém nas regiões mais abertas para o lazer dos frequentadores também não há qualquer tipo de recurso de acessibilidade disponível.

A maioria das áreas para visitação ficam no térreo, com exceção de galerias que possuem dois pavimentos, havendo elevadores acessíveis. O CCBB oferece também visitas guiadas em LIBRAS às sextas às 19:00h e sábados às 15:00h. Os demais recursos de tecnologia assistiva ficam sob responsabilidade dos expositores. O mesmo acontece com o Museu Nacional.

O segundo atrativo turístico mais acessível é o Museu Nacional que possui uma localização privilegiada no Setor Cultural Sul e próximo a Rodoviária do Plano Piloto no que diz respeito à acessibilidade urbanística. Oferece duas paradas de ônibus com rampa e piso tátil que direciona a outros monumentos do Complexo da República Biblioteca Nacional e Anexo da Biblioteca Nacional que compõem o terceiro lugar no ranqueamento. Porém, em sua rampa de acesso não há piso tátil ou inscrições em braille, o que se repete em quase todo o seu interior, com exceção da sinalização em braille para os banheiros, verificados ser de difícil localização. O espaço oferece elevadores em diversos pontos em todos os três pavimentos. Em seguida aparece o Memorial JK em quarto lugar, esses atrativos foram os que apresentaram melhores requisitos de acessibilidade para receber o público que possuem deficiência visual, motora ou auditiva.

O quinto atrativo é a Catedral Metropolitana. O referido monumento possui barreiras arquitetônicas quanto às calçadas que necessitam de manutenção, não havendo piso tátil ou sinalização para orientação dos visitantes. A parada de ônibus mais próxima fica na região da Esplanada dos Ministérios, na via S1. A rampa de acesso para a entrada principal é excessivamente íngreme e não há corrimão. A entrada para carros é subterrânea, porém o estacionamento fica localizado no lado oposto e tem número de vagas limitado, já que fica localizado ao lado dos ministérios e é utilizado por servidores.

Não foram identificados piso tátil no interior ou placas indicativas em braille no interior da Catedral. No que se refere às calçadas que ligam a Esplanada dos Ministérios a Catedral foi verificada apenas uma calçada com piso tátil, destinando à faixa de pedestres com rampa e semáforo, auxiliando na travessia. Foi identificado dois banheiros adaptados com altura adequada e espaço para manobra de cadeira de rodas.

Os últimos atrativos classificados quanto à acessibilidade foram o Santuário Menino Jesus e a Ermida Dom Bosco. O Santuário Menino Jesus está localizado no Setor Norte de Brazlândia, onde não há parada de ônibus próxima e para se ter acesso ao Santuário há uma faixa de pedestres e logo em seguida calçada com rampa com piso tátil que termina na entrada da Sala João Paulo II. No interior do referido monumento não há sinalização em braille. A entrada principal possui rampa com corrimão, porém estes

recursos direcionam o visitante para a entrada lateral, cujo piso é constituído com azulejos sem aderência. O monumento oferece banheiro adaptado, porém não há barra para apoio. O ambiente não apresenta elevadores quaisquer, apesar da altura da estrutura e de ter sido erigido em dezembro de 2000.

E o atrativo Ermida Dom Bosco, situado junto a Ql 29 no Lago Sul, foi considerado pouco acessível, pois não atende diversas demandas que pessoas com necessidades específicas necessitam. O local é de difícil acesso, não tem uma linha de transporte público que chegue até a Ermida, além de não encontrar muitas informações no local. Não foram verificadas rampas, corrimão, piso tátil, sinalização, piso nivelado, entre outros. As tecnologias assistivas são inexistentes, o que auxiliaria bastante a visita das PCD ao ponto turístico. Os banheiros do local estão afastados e no momento da visita, estavam abandonados, sem nenhuma reforma, ou seja, necessitando de adaptações.

Constatou-se ainda, que grande parte das PCD desconhecem as tecnologias assistivas oferecidas nos atrativos pesquisados, avaliando, às vezes como pouco importantes, mas as consideram relevantes para a necessidade que possuem. Observou-se ainda que algumas dessas tecnologias precisam de ajustes, pois não são totalmente eficazes.

Apresenta-se abaixo o Quadro 6 do ranqueamento dos atrativos turísticos investigados, bem como a posição a qual foram avaliados:

Quadro 6. Ranqueamento dos pontos turísticos no DF.

Atrativo Turístico	Colocação
CCBB	1º Lugar
Museu Nacional	2º Lugar
Biblioteca Nacional	3º Lugar
Memorial JK	4º Lugar
Catedral Metropolitana	5º Lugar
Santuário do Menino Jesus	6º Lugar
Ermida Dom Bosco	7º Lugar

CONCLUSÃO

As principais conclusões desta pesquisa dizem respeito a necessidade de: adaptações dos espaços de lazer investigados para este novo segmento de turistas, que possuem direito como as demais pessoas ao lazer, ao esporte e a cultura; fomento de ações que sensibilizem o setor privado a ofertarem produtos

e serviços acessíveis, e capacitação de profissionais para prestarem serviço de qualidade às pessoas com deficiência.

No tocante às recomendações, os estudos de Packer e Carter (2005), enfatizam elementos importantes à promoção do turismo acessível em destinos turísticos, de acordo com a experiência do Centro Cooperativo de Turismo Sustentável da Austrália:

- Afirmar o valor do turismo acessível para o mercado com a intenção criar mecanismos econômicos de apoio a esta atividade;
- Estimular as pessoas com deficiência a participar ativamente nas questões do turismo acessível;
- Aprimorar o acesso à informação, para que seja atualizada e com continuidade nos dados obtidos;
- Promover o intercâmbio e a troca de experiências entre países;
- Adotar o conceito de Desenho Universal nas infraestruturas turísticas e criar incentivos para que os agentes turísticos possam promover a acessibilidade no destino;
- Elaborar um sistema nacional de aceitação do turismo acessível, que possa incluir não só os aspectos físicos, mas também a formação dos profissionais e agentes de turismo, de forma a aprimorar as os seus conhecimentos e as suas habilidades para lidar com turistas deficientes;
- fomentar a pesquisas e investigações na área do turismo acessível, através de bolsas de estudo;
- Reunir os resultados dos estudos e fornecê-los às associações, entidades públicas e privadas responsáveis pelo turismo e aos operadores turísticos.

Por fim e vislumbrando o crescimento do mercado de turismo acessível no Brasil e em Brasília, verificou-se aspectos positivos relevantes, como uma maior divulgação dos direitos das pessoas com deficiência para a realização das atividades de lazer. Todavia, por outro lado, constatou-se que os espaços públicos e privados ainda não estão preparados suficientemente para receberem turistas com deficiência.

AGRADECIMENTO

Agradecemos ao CNPQ pelo apela bolsa de estudo (Edital nº 12/RIFB/2018).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT NBR 9050: 2015. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Disponível

em:

http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_i_magens-filefield-description%5D_24.pdf Acesso em 05 de março de 2017.

Almonte MJM (2014). El turismo accesible en Andalucía: un producto turístico emergente. *Revista de Estudios Andaluces*, 31: 1-34.

Ambrose I et al. (2017). *Manual de gestão de destinos turísticos acessíveis*. Lisboa: Turismo de Portugal I.P.

BRASIL, Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em 28 fevereiro 2019.

BRASIL (2009). *Turismo Acessível: Introdução a uma Viagem de Inclusão*. Volume I. Brasília: Ministério do Turismo, 2009. Acesso em: 28 de set 2017

Buhalis D et al. (2012). *Best practice in accessible tourism: inclusion, disability, ageing population and tourism*. Channel View Publications, Bristol.

Catedral Metropolitana. História. Disponível em <<https://catedral.org.br/historia>> Acesso em: 24 de abr. 2019.

Centro Cultural Banco do Brasil. Disponível em <<http://culturabancodobrasil.com.br/portal/distrito-federal/>> Acesso em: 24 de abr. 2019.

Coelho M de F (2007). *Turismo Inclusivo: Um Olhar Sobre A Utilização da Praça da Liberdade Como Espaço de Lazer*. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.rollingrains.com/2009/02/monografia-de-mariana-coelhoturismoinclusivo.html> >

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2001.*

Duarte DC et al. (2015). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, 3: 537-553. Disponível em : <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/863>. Acesso em 21 de abril de 2017.

Feuser S et al. (2019). *Desenvolvimento regional e acessibilidade em áreas naturais: Equidade e cidadania para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida*. Anais XVIII ENANPUR, Natal, Rio Grande do Norte.

Gil A (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019). 23,9% dos brasileiros declaram ter alguma deficiência, diz IBGE. Disponível em:

<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/239-dos-brasileiros-declaram-ter-alguma-deficiencia-diz-ibge.html>. Acesso em: 18 de fev. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019). Censo demográfico 2010 – Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência. IBGE, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

Jardim MPRP (2014). Condições de acessibilidade no espaço público. Disponível em: <<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395146462803/Dissertacao.pdf>> acesso em: fev/2018

Lima LBBM et al. (2020). Sou consumidor: percepção de consumidores cegos em restaurantes de um shopping de Brasília (DF). Cenário: Revista Interdisciplinar Em Turismo E Território, 8(15), 64-77. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/28979> Acesso em 02 de dezembro de 2020.

Melo EV et al. (2017). Acessibilidade de pessoas com deficiência física em eventos. I Congresso Regional de Eventos, 7 a 9 de novembro de 2017, Brasília, 2017.

Ministério do Turismo – OMT (2014). Estatísticas e Indicadores - Turismo Mundial. Compilação de dados sobre o turismo no mundo. Ministério do Turismo. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_indicadores_turismo_mundial. Acesso em 03 de fevereiro de 2019.

Packer T et al. (2005). Out of the Blue! Valuing the disability market in tourism. In: Darcy SIMON. Setting a research agenda for accessible tourism. Austrália. (2006). Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.522.5821&rep=rep1&type=pdf>> acesso em: fev/2018.

Santana WD et al. (2019). Iniciativa de turismo acessível em praias no Brasil. Anais do XVI Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, Balneário Camburiu, Santa Catarina.

Santuário do Menino Jesus. O Santuário. Disponível em <<http://www.santuariomeninojesus.org.br/o-santuario/>> Acesso em: 24 de abr. 2019.


Secretaria de Estado e Cultura do Distrito Federal. Museu Nacional. disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/museu-nacional/>> Acesso em: 24 de abr. 2019.


Sibirino RS et al. (2015). Uma análise das condições de acessibilidade nas praias de Florianópolis/SC, *Projetica*, 6(2).

Mapa dos municípios turísticos brasileiros: um estudo sobre a cidade de Filadélfia/TO

Recebido em: 11/12/2020


Aceito em: 20/12/2020

 10.46420/9786588319413cap6

Jamaykon Gomes do Nascimento¹ 

Aylana Laíssa Medeiros Borges² 

Rodrigo Cardoso da Silva³ 

Queila Pahim da Silva^{4*} 

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata sobre as políticas públicas de turismo voltadas para o desenvolvimento do setor, sendo enfatizado o processo de categorização dos municípios para fins de elaboração do mapa do turismo brasileiro.

O mapa do turismo apresenta as regiões turísticas do país, e para cada região são definidos municípios com características afins e que disponham de determinados pré-requisitos estabelecidos pelo Ministério do Turismo (MTUR). Dessa forma, os municípios passam por avaliações periódicas com o intuito de verificação sobre sua condição em permanecer ou não neste mapa. Fazer parte do mapa do turismo, de modo geral, significa que aqueles municípios terão prioridade na questão do desenvolvimento do turismo e sobre as questões relacionadas à disponibilização dos recursos financeiros advindos, especialmente, do governo federal.

Nesse sentido, dentre os Estados brasileiros, o Tocantins vem iniciando uma busca pelo fomento do turismo a partir de suas 7 regiões turísticas, estabelecidas no ano de 2013. Para tanto, optou-se por estudar a região turística Vale dos Grandes Rios, uma vez que seu conselho regional foi reativado no ano de 2019, e vem buscando estimular o desenvolvimento do turismo nos 10 municípios que a compõem, sendo eles: Filadélfia, Xambioá, Araguaína, Araguaã, Colinas do Tocantins, Guaraí, Pedro Afonso, Babaçulândia, Itacajá e Pau D'arco. Os destinos são vistos tanto de forma individual, considerando as peculiaridades locais, quanto de maneira cooperada, ou seja, por meio das vantagens de estarem unindo esforços para organização e promoção do turismo na região. Desse modo, tendo observado que o

¹ Universidade Federal do Tocantins, campus Araguaína.

² Universidade Federal de Brasília.

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, campus Brasília.

⁴ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, campus Brasília.

* Autora correspondente: quepahim@gmail.com

município de Filadélfia, mesmo apresentando capacidade de colaborar com o desenvolvimento do turismo regional, não permaneceu no mapa do turismo de 2019 após avaliação periódica, resolveu-se entender os fatores ou elementos que contribuíram para tal redefinição. Surgem questionamentos devido a esta questão, a saber: o que tem acontecido com as localidades que compõem o mapa do turismo? Quais as melhorias que estão sendo feitas? A gestão municipal tem conhecimento das políticas públicas de turismo? Os pré-requisitos estabelecidos para categorização dos municípios têm sido observados e/ ou gerenciados pelo setor público local?

Este trabalho apresenta-se como relevante, pois permitirá compreender o processo de categorização do mapa do turismo e verificar o entendimento do setor público quanto às políticas públicas de turismo locais.

No tocante ao campo de estudo, o município de Filadélfia, no estado do Tocantins, tem população estimada de 8.874 habitantes, área territorial 1990,719 km², e localiza-se a 512 km da capital do estado, Palmas (IBGE, 2020), ver figura 1. Ainda conforme dados do IBGE, o município de Filadélfia encontra-se a margem esquerda do rio Tocantins, faz divisa com a cidade de Carolina, no Maranhão; foi criado em 8 de outubro de 1948 pela Lei n° 154 de 8 de outubro de 1948; instalado em 1 de janeiro de 1949; e seu nome originou-se a partir do nome do seu fundador, Filadélfio Antônio de Noronha.



Figura 1. Mapa de localização de Filadélfia. Fonte: Geografia de Araguaína (2020).

A economia predominante no município é a agricultura familiar, a pecuária e a produção mineral, que são os principais geradores de empregos formais e informais na região. Evidencia-se que Filadélfia tem potencialidades turísticas, como exemplo a praia que se destaca pelo fluxo de visitação, sobretudo, nos meses de estiagem.

Frente ao contexto apresentado, tem-se a seguinte questão problema: como o município de Filadélfia, pertencente a região turística Vale dos Grandes Rios, foi avaliado para fins de decidir sobre a permanência ou não da referida localidade no mapa do turismo brasileiro?

Tendo em vista o questionamento, definiu-se como objetivo geral: analisar como o município de Filadélfia vem respondendo ou correspondendo às necessidades das políticas públicas de turismo no tocante ao processo de categorização dos municípios para compor o mapa do turismo brasileiro. Como objetivos específicos, tem-se: a) apresentar o mapa do turismo brasileiro do estado do Tocantins,

destacando em que períodos o município de Filadélfia esteve presente no mapa do turismo brasileiro; b) verificar porque o município de Filadélfia foi retirado do mapa do turismo; c) identificar os atrativos potenciais de Filadélfia que permitem o desenvolvimento do turismo local e que favorecem o fomento do turismo na região a qual pertence.

Com fins de alcançar os objetivos propostos, adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, abordagem qualitativa com utilização da entrevista semiestruturada para a coleta dos dados. Por fim, ao longo deste artigo, fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso, será possível visualizar o referencial teórico que trata acerca das políticas públicas de turismo e os aspectos conceituais sobre o mapa do turismo brasileiro; a metodologia; os resultados encontrados; as considerações finais para este estudo e as referências consultadas.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

No Brasil as políticas públicas no turismo são relativamente recentes, pois segundo Pimentel (2014) elas começaram a ser elaboradas na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, com a criação do Decreto-Lei nº 406 de 1938 que se referia a entrada de estrangeiros no território brasileiro. Nesse período, visualizava-se um cenário promissor em relação ao turismo como atividade econômica e, portanto, passou-se a buscar formas para uma organização ou regulamentação do setor.

Mudanças foram acontecendo ao longo dos anos em relação à atividade turística, e as políticas públicas de turismo tiveram que evoluir e se ajustar diante da complexidade dessa área. As necessidades para o desenvolvimento equilibrado do turismo passaram a se sobressair, e políticas para organização e direcionamento do setor tornaram-se essenciais. Historicamente, as políticas públicas de turismo estão ligadas ao Estado com propostas de ações que buscam assegurar o bem-estar social.

De acordo com Nóbrega et al. (2014), com a criação do MTUR, em 2003, observou-se alguns ganhos em termos de políticas públicas para o turismo, destacando no ano de 2004 o lançamento, pelo governo federal, do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros para o Brasil, cuja proposta estava voltada para desenvolver o turismo nas regiões brasileiras com base na descentralização e no fortalecimento de grupos do poder público, setor privado e sociedade civil, que fazem parte da cadeia produtiva do turismo. A partir de 2008 o programa de regionalização do turismo ganhou força nesse ministério. Nesse sentido, sobre o PRT, Brasil (2017) esclarece:

A Política Nacional de Turismo, estabelecida pela lei 11.771/2008, tem dentre os seus princípios a regionalização do turismo. Esta trabalha sob a perspectiva de que mesmo um município que não possui uma clara vocação para o turismo – ou seja, que não recebe o turista em seu território – pode dele se beneficiar, se esse município desempenhar um papel de provedor ou fornecedor de mão de obra ou de produtos destinados a atender o turista. O trabalho regionalizado permite, assim, ganhos não só para o município que recebe o visitante, mas para toda a região.

Para Secchi (2012) “políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”. Explica-se que as políticas públicas passam por diversas reformulações ao longo do tempo, fazendo com que haja interesse por parte dos autores em buscar compreender e analisar o conceito de políticas públicas e seu papel no tocante ao desenvolvimento local.

Gomes (2018) define as políticas públicas como um “sistema de decisões públicas preventivas ou corretivas destinadas a manter ou modificar a vida social por meio da definição de objetivos estratégicos e alocação de recursos”.

Ponderando as definições e entendimentos acerca das políticas públicas, voltando-se para o turismo, Oliveira (2014) explica que as políticas de regionalização do turismo são fomentadas com intuito de dividir as responsabilidades e ajudar nas tomadas de decisões levando em consideração as características de cada região. Logo, nos últimos anos, as políticas públicas de turismo vêm sendo criadas como formas de promover o desenvolvimento regional.

Segundo Velasco (*apud* Gomes, 2018) as políticas públicas de turismo apresentam-se como sendo “um conjunto de discursos, decisões e práticas realizadas pelo governo, às vezes, em colaboração com atores privados ou sociais com intenção de atingir objetivos relacionados ao turismo, visando o aspecto econômico”. O turismo enquanto atividade econômica e social cresceu nos últimos anos e com isso tem se observado a importância do estudo de políticas públicas no processo de desenvolvimento do setor.

Para Nóbrega e Figueiredo (2014) certas ações do turismo causam efeitos indesejados e, em razão disso, os estudos sobre políticas públicas são relevantes, entendendo que tais políticas são propostas com o intuito de minimizar ou mitigar problemas de maneira imediata ou a longo prazo. Entende-se que as políticas públicas se apresentam também como uma forma de prevenir determinados efeitos negativos, sendo relevante considerar os diferentes setores e aspectos ligados à atividade turística.

Conforme Beni (1999), para que o turismo se desenvolva em qualquer localidade é necessário um planejamento que considere a oferta e a demanda do lugar, sendo que o processo de planejamento do turismo apresenta várias etapas como: inventariação, diagnóstico, prognóstico, planos, entre outros. Os planos municipais, regionais, estaduais e nacionais devem ser elaborados de forma direcionada, levando em conta as características dos destinos, a fim de promover e trazer uma mudança positiva para o lugar.

Tendo em vista tais etapas, Beni (1999) salienta que uma das facetas do diagnóstico é “dimensionar e analisar a infraestrutura regional urbana e de acesso para o processo sustentável de ocupação turístico-recreativo” enquanto o prognóstico pode “formular políticas e diretrizes de reorientação e programas de ação para assegurar o planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável do turismo na região”.

Como as políticas públicas de turismo tem visado a descentralização e o desenvolvimento da atividade no âmbito regional, é pertinente que as gestões municipais estejam devidamente organizadas em

relação a essa atividade, dispondo de secretarias municipais ou outro departamento que contemple este setor. Para tanto, o modelo empregado é o de conselhos de turismo, que segundo Bitencourt (2012) refere-se a um “órgão da administração municipal de caráter consultivo e deliberativo que conjuga esforços entre o poder público e a sociedade civil, para assessorar o município” em questões referentes ao desenvolvimento do turismo. Outro fato que colabora para o desenvolvimento regional, conforme Bitencourt (2012), é o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), tratando-se de uma conta bancária pública criada por meio de lei municipal para auxiliar o Conselho Municipal de Turismo, tendo como objetivo arrecadar recursos tanto do setor público quanto setor privado para promover o desenvolvimento do turismo seja no âmbito municipal, regional, estadual ou nacional.

Diante das proposituras políticas para o planejamento, organização e fomento ao turismo para desenvolver a referida atividade, especialmente no âmbito regional, foi criado o mapa do turismo brasileiro que orienta e incentiva a promoção e a descentralização do turismo local.

Sendo assim, para compor este mapa, os municípios são avaliados considerando quatro variáveis, que são: número de empregos; estabelecimentos formais no setor de hospedagem; fluxo turístico doméstico e fluxo internacional. Logo, os municípios considerados com potencial turístico ou as localidades ditas turísticas são classificados em cinco categorias: A, B, C, D, E, e sobre esse assunto discutiremos a seguir.

MAPA DO TURISMO BRASILEIRO: CONCEITOS E CONTEXTOS

Diante da necessidade de propor uma melhor seleção e categorização dos municípios para compor as regiões turísticas, o mapa do turismo brasileiro passou a ser elaborado como estratégia para implementar as diretrizes do programa de regionalização (PRT) e assim orientar as políticas públicas de turismo.

Nesse sentido, este mapa é uma ferramenta que busca orientar para prover a descentralização e o desenvolvimento do turismo no âmbito regional, analisando inclusive a economia desta atividade nos municípios que compõem as regiões turísticas (Brasil, 2015). O referido mapa é constituído por regiões e pelos grupos de municípios, e em 2013 foi realizado o (re)mapeamento das regiões turísticas brasileiras, a partir da definição do mapa do turismo com base na portaria nº 313, de 03 de dezembro de 2013⁵.

De acordo com o art. 2º desta portaria, para as regiões que integram o mapa, devem ser considerados os seguintes critérios:

⁵ Revogada pela portaria nº 205, de 9 de dezembro de 2015, que “Estabelece critérios para a atualização do mapa do turismo brasileiro”. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=862>>.

I – Os municípios devem possuir características similares e/ou complementares e aspectos que os identifiquem enquanto região, ou seja, que tenham uma identidade histórica, cultural, econômica, e/ou geográfica em comum; II – os municípios devem ser limítrofes e/ou próximos uns dos outros; III – a região turística deve apresentar comprovação de ciência do Fórum do Conselho Estadual de Turismo acerca de sua composição (Brasil, 2013).

Conforme o art. 3º da mesma portaria, para integrar uma região turística do mapa do turismo, cada município deverá:

I – Possuir órgão responsável pela pasta do turismo (Secretaria, Fundação, Departamento, Diretoria, Setor ou Gerência); II – Comprovar a existência de dotação para o turismo na lei orçamentária anual (LOA) vigente; III – apresentar termo de compromisso assinado por prefeito ou dirigente responsável pela pasta do turismo, conforme o modelo existente (Brasil, 2013).

Nota-se que a integração e participação dos municípios nas regiões turísticas estão muito associadas ao interesse da gestão municipal em priorizar determinadas questões voltadas ao turismo. Sendo assim, tendo em vista as possibilidades do turismo no tocante ao uso dos recursos (naturais ou construídos) a gestão pode escolher e se empenhar para fomentar ou não a atividade turística em um destino. Em se tratando dos significados e intenções, a categorização refere-se a um instrumento de identificação do desempenho da economia do turismo dos municípios inseridos no mapa do turismo brasileiro (Brasil, 2015). Conforme o documento, explica-se ainda que a intenção desse instrumento é auxiliar a tomada de decisões estratégicas da gestão pública e orientar a elaboração e implementação de políticas públicas específicas e direcionadas para cada grupo (categoria) de municípios. Na portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015, que trata sobre a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas no mapa do turismo, em seu art.º 3 diz-se que os municípios serão agrupados em 5 diferentes categorias, a saber, A, B, C, D, E. Na figura 2, a seguir, é possível visualizar como fica o mapa do turismo brasileiro após o processo de categorização:

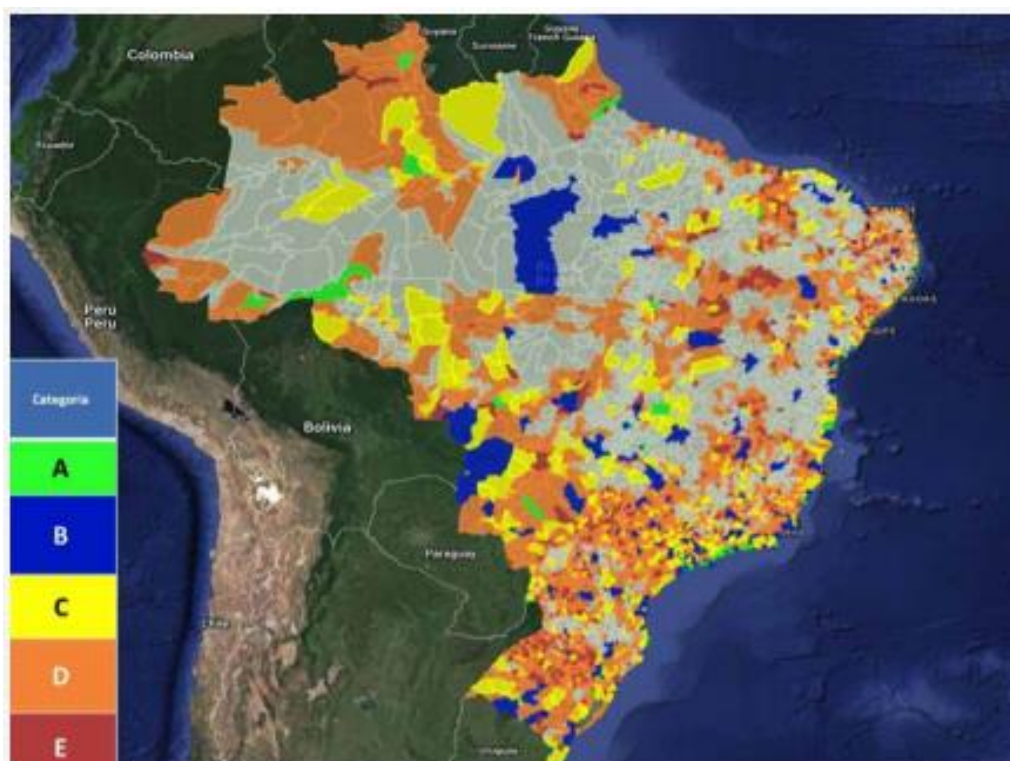


Figura 2. Categorização dos Municípios Brasileiro. Fonte: Brasil, Ministério do Turismo (2020).

Tendo em vista o processo e com base nos critérios estabelecidos para avaliação, as capitais do país estão na categoria A e alguns outros destinos turísticos bem classificados, enquanto os municípios que possuem os critérios objetivos ainda zerados estão na categoria E (Fonseca et al., 2019). Cada categoria indica que os municípios a qual estão relacionados encontram-se no mesmo patamar em termos de desempenho econômico no turismo, e políticas públicas podem ser elaboradas com fins de atender a determinadas especificidades que sejam comuns a cada grupo de municípios que estiverem em uma mesma categoria.

Elucida-se que a portaria nº 205, de 9 de dezembro de 2015, que estabelece os critérios para a atualização do mapa do turismo brasileiro, esclarece em seu art. 3º que cabe ao MTUR fazer essa tarefa de categorização e de intermediação entre as unidades federativas. Dando seguimento, a portaria nº 268 de 28 dezembro de 2016 (Brasil, 2016) estabelece critérios sobre a atualização do mapa do turismo brasileiro, ficando estabelecido conforme o art. 3º que o processo de atualização do mapa do turismo será bienal, ou seja, a cada dois anos, ressaltando a coordenação do MTUR neste processo.

Sobre o processo de categorização inicial, identificou-se limitações no processo de categorizar os municípios, pois baseava-se em dados primários e critérios, muitas vezes, subjetivos e amplos, e desse modo, passou-se a utilizar dados secundários com base em variáveis subjetivas (Brasil, 2015). O mapa do turismo passou a ser eletrônico, estando acessível para todos os profissionais da área, interessados ou curiosos.

No que compete as variáveis utilizadas para a definição dos municípios que integrarão o mapa do turismo, tem-se os seguintes quesitos:

I – Número de estabelecimentos formais cuja atividade principal é a hospedagem (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS); II – número de empregos formais no setor de hospedagem (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS); III – estimativa de turistas a partir do estudo de demanda doméstica (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE); IV - estimativas de demanda a partir do Estudo internacional (Brasil, 2015).

Observando os dados apresentados de forma mais objetiva, percebe-se que há necessidade de uma adequação dos critérios quando se relaciona aos municípios de interior, que são de pequeno porte, e que não tem o turismo internacional como foco inicial. Para que estes municípios façam parte do mapa é preciso que haja uma avaliação considerando as peculiaridades de cada lugar. Sendo assim, busca-se entender como acontece o processo de seleção e categorização tendo em vista que grande parte dos municípios não têm redes hoteleiras estabelecidas e não possuem ao menos uma infraestrutura eficaz para receber visitantes e turistas. Nesse sentido, a verificação dos municípios menores precisa ser feita para assim identificar limitações, dificuldades e benefícios acerca do processo de categorização.

Retomando a questão da atualização dos municípios e regiões que irão compor o mapa do turismo brasileiro, há um prazo para cadastramento, edição e inserção dos documentos necessários, e na portaria nº 192, de 27 de novembro de 2018, pode-se observar a inserção de mais dois itens importantes, além dos 3 critérios previstos na Portaria nº 313, de 03 de dezembro de 2013, sendo eles:

I, II, III – Os critérios se mantêm; IV – possuir prestadores de serviços cadastrados na Base de Dados do Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos – CADASTUR; VI – apresentar o termo de compromisso assinado pelo Prefeito e pelo dirigente responsável pela pasta do turismo, aderindo de forma espontânea e formal ao Programa de Regionalização do Turismo e à Região Turística (Brasil, 2018).

Em se tratando dos dados, a documentação deve ser anexada ao Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo – SISPRT conforme cronograma disponibilizado pelo MTUR. Para isso, existem interlocutores municipais, estaduais, que são orientados sobre critérios, compromissos e recomendações para aqueles destinos que desejam integrar as versões do mapa do turismo (Brasil, 2019).

Em resumo, observa-se que os trâmites mencionados precisam ser seguidos, mas o comprometimento do setor público é um elemento primordial e que fará toda diferença para inserir e manter o destino presente no mapa e ascender nas questões de desenvolvimento do turismo.

METODOLOGIA

A metodologia de um trabalho científico refere-se aos caminhos para se chegar aos resultados da pesquisa. Nesse caso, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, ou seja, foram utilizados livros, revistas e artigos científicos para elaboração do referencial teórico do estudo. Seguiu-se uma abordagem qualitativa, que

conforme Veal (2011) a informação coletada não leva, em geral, a análises estatísticas, em contrapartida busca-se “informações relativamente detalhadas sobre poucos casos”.

Diante disso, buscou-se a compreensão acerca do processo de categorização para fins da composição do mapa do turismo brasileiro pelos municípios de uma região turística, com foco nas peculiaridades e problemáticas de Filadélfia/TO. Nesse sentido, tem-se um estudo de caso, uma vez que segundo Veal (2011) esse método envolve o estudo de um exemplo na busca por entendê-lo.

Para o estudo em questão, utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, que para Creswell (2007) é importante quando não é possível observar diretamente o caso estudado.

Salienta-se que as perguntas para entrevista foram elaboradas a partir do referencial teórico, levando em consideração os critérios estabelecidos pela política pública de turismo quanto ao processo de categorização dos municípios turísticos. Sobre a análise dos dados, discorreu-se as falas do entrevistado a partir de uma reflexão entre os dados levantados e a teoria apresentada neste estudo.

Para tanto, foi realizada uma entrevista com o responsável pela pasta do turismo em Filadélfia, a fim de identificar e analisar as políticas públicas de turismo que estão sendo desenvolvidas e fomentadas para o desenvolvimento do turismo local. A entrevista foi realizada no dia 20 de outubro de 2019 e durou cerca de 20 minutos. A escolha do entrevistado deu-se por tal ator estar diretamente relacionado aos processos de fomento, planejamento e gestão do turismo no destino.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No tocante aos objetivos específicos estabelecidos, a seguir, serão feitas as discussões conforme cada objetivo: A – apresentar o mapa do turismo brasileiro do estado do Tocantins, destacando em que períodos o município de Filadélfia esteve presente no mapa do turismo; B – verificar porque o município de Filadélfia foi retirado do mapa do turismo; e C - Identificar os atrativos potenciais de Filadélfia que permitem o desenvolvimento do turismo local e que favorecem o fomento do turismo na região ao qual pertence. Explica-se que não necessariamente os resultados seguiram esta sequência, mas foram distribuídos de forma a trazer uma sequência lógica para a discussão.

O mapa do turismo brasileiro de 2019-2021 dispõe de 333 regiões turísticas, com 2.694 municípios categorizados, entre as categorias A, B, C, D e E (Brasil, 2019). Dessas regiões, 7 fazem parte do Estado do Tocantins, que são: Serras e Lago (7 municípios); Encantos do Jalapão (7 municípios); Praias e Lagos do Cantão (4 municípios); Bico do Papagaio (8 municípios); Ilha do Bananal (6 municípios); Serras Gerais (8 municípios); e Vale dos Grandes Rios (10 municípios). Nota-se que o Tocantins dispõe de 7 regiões turísticas, e 50 municípios distribuídos em tais regiões frente ao processo de categorização para formação do mapa do turismo.

Nesse sentido, o Quadro 1, abaixo, traz informações sobre a região Vale dos Grandes Rios, dando ênfase à participação do município de Filadélfia neste grupo. Elucida-se que para o levantamento das informações foram utilizados relatórios comparativos (dados secundários) referentes aos municípios inseridos e excluídos ao longo de 2013-2019.

Sendo assim, para fins do objetivo A, elaborou-se um quadro síntese, considerando o período de 2013 a 2019, com o intuito de identificar em quais anos Filadélfia esteve presente no mapa do turismo brasileiro e se em alguma das atualizações houve melhoria na categorização do município. A elaboração do quadro 1, nesse período especificado, justifica-se pelos dados disponibilizados no site do mapa da categorização do turismo compreenderem os últimos 7 anos.

Quadro 1. Participação de Filadélfia no mapa do turismo 2013-2019. Fonte: Elaboração própria a partir das versões anteriores do Mapa do Turismo Brasileiro, 2019.

ANO	MUNICÍPIOS (REGIÃO TURÍSTICA VALE DOS GRANDES RIOS)	CATEGORIA
2013	Araguaína	B
	Araguanã	D
	Babaçulândia	E
	Darcinópolis	D
	FILADÉLFIA	D
	Wanderlândia	D
	Xambioá	D
2016	Araguaína	B
	Araguanã	D
	Babaçulândia	E
	FILADÉLFIA	D
	Pau D' Arco	E
	Xambioá	D
2017	Araguaína	B
	Araguanã	D
	Babaçulândia	E
	Guaraí	C
	Itacajá	D
	FILADÉLFIA	D
	Pau D'Arco	E
	Pedro Afonso	C
	Xambioá	D
2019	Araguaína	B
	Araguanã	D
	Babaçulândia	E
	Colinas do Tocantins	D
	Guaraí	C
	Itacajá	D
	Palmeiras do Tocantins	C

	Pau D'Arco	E
	Pedro Afonso	C
	Xambioá	D

Com base nos dados acima, observou-se que o município de Filadélfia integrou o mapa do turismo brasileiro, especificamente, fazendo parte dos municípios que compõem a região Vale dos Grandes Rios nos anos de 2013, 2016 e 2017, mas em 2019, após novo processo de atualização do mapa, o município foi retirado do quadro que integra os destinos da referida região.

Considerando o histórico apresentado, questiona-se quais teriam sido as dificuldades ou limitações em relação ao processo de atualização e, portanto, de permanência do município do mapa em questão.

Salienta-se que Filadélfia sempre esteve na categoria D, nos últimos 7 anos, o que demonstra uma não evolução nos quesitos necessários para compor o mapa turístico. Isso significa, por exemplo, que não houve melhoras de infraestruturas locais, não houve aumento de empreendimentos hoteleiros na localidade, faltou incentivo para a realização de cadastros dos estabelecimentos locais no CADASTUR e, até mesmo, pode ter havido falha no envio das documentações exigidas pelo MTUR. Esse último pode ter ocorrido, sobretudo, em 2019.

Vale elucidar que o município de Filadélfia dispõe de um potencial turístico, e o que pode reforçar essa declaração é a participação do destino no mapa do turismo brasileiro. Essa afirmação baseia-se também nos critérios que são estabelecidos pela proposta do cadastramento e criação de regiões turísticas para que um município faça parte do mapa do turismo.

Desse modo, no tocante ao potencial turístico deste município, além dos elementos históricos e culturais locais e peculiares, destaca-se o Monumento Natural das Árvores Fossilizadas e a Praia do Coqueiro.

Em se tratando do monumento natural mencionado, de acordo com o site Turismo Tocantins (2019) este atrativo localiza-se no distrito de Bielândia, que fica a uma distância de 50 km de Filadélfia, e abriga a maior floresta fossilizada já descoberta, com uma área de 32 mil hectares de cerrado e matas de galerias. Os fósseis chamados pelos moradores de “paus de pedra”, foram originados a partir da decomposição do caule das árvores, que com o tempo foram preenchidos por minerais e assim se transformaram em pedras.

Explica-se que uma Unidade de Conservação foi criada pela Lei 1.179 de outubro de 2000, sendo protegida pelo Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), tendo esse instituto uma sede para receber turistas e pesquisadores (geólogos, historiadores) que desejam conhecer o local (Araújo, 2015).



Figura 3. Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins. Fonte: turismo.to.gov.br (2019).

De acordo com Araújo (2015) o monumento natural das árvores fossilizadas fortalece o turismo ecológico da região norte do Estado, pois apresenta-se como uma oportunidade de gerar renda para a população local com a utilização da atividade turística, criar postos de trabalho e qualificar a comunidade local. O referido atrativo, atualmente, conta com um centro de recepção de visitantes que atende a profissionais, pesquisadores, acadêmicos, visitantes e turistas.

Quanto ao segundo atrativo de destaque do município, a praia do coqueiro, localizada a margem esquerda do rio Tocantins, explica-se que até o ano de 2010 a praia era formada naturalmente nos meses de estiagem junho e julho, mas com a criação da Usina Hidrelétrica de Estreito – UHE a praia natural passou a não existir, pelo fato do aumento do nível do rio. Foi, então, a partir de 2010 que começaram a pensar em uma praia artificial para trazer de volta a identidade local.

No ano de 2012, criou-se, portanto, a primeira praia artificial que funciona o ano todo, com 19 barracas fixas, além de serviços de estacionamento gratuito e vendas de bebidas e comidas típicas. A praia tem sido o principal ponto turístico de Filadélfia, embora tenha diminuído o fluxo turístico da praia natural para a praia artificial, segundo o secretário de turismo a praia continua sendo o principal ponto turístico da cidade, gerando muitos empregos formais e informais principalmente na temporada de praia nos meses de junho e julho.

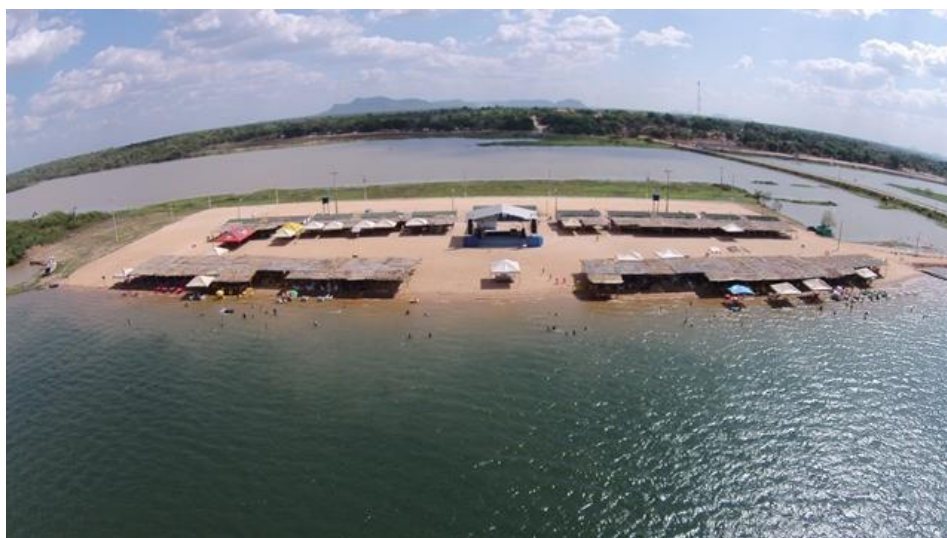


Figura 4. Praia de Filadélfia. Fonte: Google imagens (2019).

A praia do coqueiro está a 1 km do centro da cidade, possui um bom acesso, e na alta temporada várias bandas se apresentam nos finais de semana fazendo com que aumentem os turistas na cidade (Programa da Temporada de Praia de Filadélfia, 2019). Ainda de acordo com o Jornal de Filadélfia, na temporada de 2019, se apresentaram bandas como Tom de Alerta, Cia do Calypso, Thiago e Luan, Joelma, Forro de Mel, Igor Cunha e Washington Brasileiro, que são bancas cujo repertório atrai um público, notadamente dos municípios do entorno e região para a referida cidade. Tendo em vista o destaque a algumas características locais e atrativos existentes, na sequência apresenta-se o resultado da entrevista semiestruturada realizada com o gestor municipal, responsável pela pasta do turismo no município de Filadélfia, através da qual, pode-se entender algumas questões, em especial, ausências em relação ao processo turístico.

Foram 16 perguntas formatadas com o objetivo de identificar de que forma a gestão pública de Filadélfia vem respondendo às políticas públicas de turismo que se referem a categorização do destino para composição do mapa do turismo brasileiro. Em razão da obtenção de respostas muito rasas, as informações adquiridas serão refletidas ao longo da discussão a seguir, mas não serão especificados todos os questionamentos realizados. Sendo assim, o primeiro questionamento buscou identificar a existência de uma pasta responsável pelo turismo, o tempo de sua existência, e se um profissional do turismo já esteve à frente da secretaria municipal de turismo da cidade.

Conforme a fala do gestor responsável pela secretaria do turismo municipal, Filadélfia sempre dispôs de secretaria de turismo, mas apenas “nos últimos 10 anos passou a ser executada”. Sobre o período de existência da secretaria e a atuação de um profissional do turismo na gestão local, o entrevistado não soube informar. Foram poucas as informações relevantes levantadas sobre a pasta do turismo em Filadélfia

e acerca de ações voltadas para o processo de fomento à atividade turística local. Como justificativa, o entrevistado revelou “não tenho formação como já falei, só tenho o segundo grau”.

Ao observar as informações, nota-se o amadorismo com que o turismo continua sendo tratado; o desinteresse por parte da gestão pública na prática organizada desse tipo de atividade; a ausência de um planejamento turístico coerente; a falta de profissionalização no setor e de conhecimento quanto às políticas públicas de turismo vigentes; e a falha no cumprimento das diretrizes propostas por tais políticas.

Comparando os resultados da pesquisa de categorização e a entrevista realizada com o gestor público municipal, verificou-se questões importantes e que merecem reflexão, sobretudo, no tocante à participação do município de Filadélfia no mapa do turismo durante os últimos anos. A inserção e permanência deste município aconteceu de 2013 a 2018, como pode ser visto na discussão acima, mas alguns dos pré-requisitos necessários para tal composição não estavam sendo cumpridos.

Isso pode ser percebido na resposta da segunda pergunta da entrevista referindo-se às ações de desenvolvimento do turismo local. Conforme o entrevistado, encontra-se em andamento o inventário turístico e a institucionalização do conselho municipal de turismo, tendo o projeto de lei sido encaminhado para votação na câmara dos vereadores.

De acordo com o respondente, em Filadélfia, o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) foi criado pela lei nº 1.060 de 02 de outubro de 2019 e o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) por meio da lei municipal 1.059 de 02 de outubro de 2019, que dispõe de medidas que contribuem para o desenvolvimento do setor, buscando estimular assim investimentos públicos e privados na cadeia produtiva do turismo. O acesso às leis não foi disponibilizado, o que limitou a discussão em relação ao conteúdo de tais documentos.

É importante esclarecer que segundo a lei, de modo geral, compete ao FUMTUR a aplicação de recursos para articulação de projetos ou eventos que venham a ser elaborados ou fomentados pelo conselho municipal de turismo para fortalecer e desenvolver o turismo local.

No tocante a categorização do turismo, questionou-se sobre o conhecimento acerca da categorização dos municípios para composição no mapa do turismo brasileiro. O entrevistado revelou que conhece o mapa do turismo brasileiro, mas não conhece as normas para participação.

Ainda conforme o respondente, não existem documentos anteriores (solicitações de informações sobre Filadélfia advindas do MTUR) que comprovem a participação do município no mapa do turismo, tendo sido esclarecido inclusive que o prazo para o encaminhamento dos documentos e informações solicitadas pelo MTur para avaliação da permanência ou retirada do município no mapa em 2019 foi perdido. Notou-se que não se sabe se houve a indicação de um interlocutor municipal para representar o município de Filadélfia frente às questões do turismo local à níveis regionais e estaduais.

Constata-se que perder o prazo demonstra desinteresse e desorganização por parte da gestão municipal local, uma vez que outras ações para fins do desenvolvimento do turismo também não foram feitas ao longo de todo o período apresentado neste estudo.

Salienta-se que desde 2013 o município de Filadélfia esteve presente na categoria D no mapa do turismo e não se tem conhecimento sobre projetos que viessem proporcionar uma melhoria na categoria da localidade. O município tem potencialidades turísticas, mas o poder público municipal não vem desenvolvendo ou cooperando com as políticas públicas de turismo existentes e vigentes para fortalecer o turismo local, fazendo com que a secretaria do turismo seja ineficiente e permaneça sem oferecer os serviços de sua responsabilidade à sociedade.

Em síntese, por meio dos questionamentos identificou-se uma secretaria de turismo sem banco de dados que pudesse enriquecer a pesquisa ou que demonstrasse uma atuação efetiva do poder público municipal em relação ao desenvolvimento do turismo. Não existe comprovação na secretaria municipal de turismo acerca da participação de Filadélfia no Conselho Regional de Turismo (Vale dos Grandes Rios), ficando clara mais uma vez o despreparo da gestão com as questões referentes a esta pasta, nem foi apresentado os documentos de criação do conselho e do fundo municipal de turismo.

Dando seguimento, e para concluir as informações conseguidas a partir da entrevista, explica-se que o entrevistado não soube informar o porquê do município de Filadélfia ter saído do mapa do turismo brasileiro, entretanto, de forma contraditória afirmou que não foi encaminhado nenhum documento de atualização para o MTUR.

Frente ao exposto, verifica-se que fomentar o turismo em determinadas localidades tem se tornado um grande desafio, principalmente em se tratando de municípios do interior dos estados, pois mesmo que o destino tenha potencialidades a serem desenvolvidas, tem-se problemas quanto ao interesse da gestão no turismo e a ausência de profissionais capacitados para atuarem nesta área, o que tem prejudicado a profissionalização do setor e um desenvolvimento do turismo de forma planejada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito da análise do processo para composição do mapa do turismo brasileiro com foco no município de Filadélfia, notou-se que as políticas públicas de turismo ainda enfrentam diversas barreiras para fins do desenvolvimento turístico local.

Dentre os resultados obtidos com este estudo, verificou-se a falta de uma secretaria de turismo estruturada e organizada no município de Filadélfia, fator que compromete o fomento e desenvolvimento do turismo local. Constatou-se a ausência de políticas públicas municipais com o objetivo de incentivar e fortalecer o desenvolvimento e prática do turismo.

Mesmo tendo identificado a participação de Filadélfia no mapa do turismo brasileiro nas edições de 2013, 2016 e 2017, verificou-se a falta de conhecimento do gestor municipal sobre os pormenores para um destino ser inserido e permanecer no mapa do turismo. Outro fator observado que colaborou para Filadélfia não fazer parte do mapa do turismo em 2019 foi a falta de organização e a inexistência de um banco de dados na secretaria municipal de turismo que registra informações sobre a localidade e sobre o potencial turístico do lugar.

Além das dificuldades encontradas quanto ao desenvolvimento do turismo, cita-se alguns processos em andamento para que se fomente essa atividade, um dos fatores é a criação do conselho regional de turismo (COMTUR) e do fundo municipal de turismo (FUMTUR). Embora o gestor entrevistado não tenha repassado informações referentes a valores e investimentos feitos nos últimos anos para o turismo local, percebeu-se uma resistência em falar sobre investimento no turismo em Filadélfia.

Logo, a partir desse estudo, notou-se a necessidade de uma melhor avaliação dos municípios que irão compor ou que já integram o mapa do turismo brasileiro. É preciso fazer com que os municípios tenham que buscar por melhorias considerando os critérios para se inserir e permanecer no mapa, evitando assim que haja uma acomodação da gestão no tocante a deixar o município permanecer em determinada categoria por muitos anos. De maneira geral, acredita-se que faltam metas para os municípios em relação ao fomento, desenvolvimento e prática do turismo.

Em resumo, esta pesquisa demonstrou que as políticas públicas de turismo voltadas para o desenvolvimento do turismo no município de Filadélfia avançam lentamente, e que há a necessidade de ampliar estudos no sentido de melhorar as diretrizes que fortaleçam e desenvolvam a cadeia produtiva do turismo, tanto no contexto regional quanto no âmbito municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo W (2015). Monumento Natural das Árvores Fossilizadas fortalece o turismo ecológico da região norte do Estado. Disponível em: <<https://naturatins.to.gov.br/noticia/2015/6/2/monumento-natural-das-rvores-fossilizadas-fortalece-turismo-ecologico-da-regiao-norte-do-estado/>>. Acesso em: 19/11/2019.
- Beni MC (1999). Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63455>>. Acesso em: 12/11/2019.
- Bitencourt D (2012). Turismo: o turismo como gerador de desenvolvimento. Coletânea Gestão Pública Municipal. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/11.%20Turismo%20-%20O%20Turismo%20como%20gerador%20de%20desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 15/11/2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. Mapa do turismo brasileiro. disponível em <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html>. Acesso em 10/12/ 2020.

BRASIL, Ministério do turismo. Ministério do Turismo abre sistema para atualização do Mapa do Turismo Brasileiro 2019. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=190:ministerio-do-turismo-abre-sistema-para-atualizacao-do-mapa-do-turismo-brasileiro&catid=17&Itemid=121>. Acesso em: 22/10/2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. Novo mapa do turismo brasileiro. 2019. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em: 12/12/2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. Portaria nº 268 de 28 dezembro de 2016. Estabelece critérios para atualização do Mapa do Turismo Brasileiro. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/portaria-n%C2%BA-268-de-28-de-dezembro-de-2016>. Acesso em 10/12/2020.

BRASIL, Ministério do turismo. Programa de regionalização do turismo. 2015. Disponível em: www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo.html>. Acesso em: 12/12/2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. Tocantins tem novo mapa turístico. 2016. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6477-tocantins-tem-novo-mapa-tur%C3%ADstico.html>>. Acesso em: 12/12/2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015. Estabelece a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/portaria-n-144-de-27-de-agosto-de-2015>. Acesso em: 10/12/2020.

BRASIL, Ministério do Turismo. Portaria nº192, de 27 de novembro de 2018. Estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/2018.html?id=12256:Portaria-192-de-27-de-dezembro-de-2018>. Acesso em 10/12/2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 313, de 03 de dezembro de 2013. Define o Mapa do Turismo Brasileiro. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/portaria-n-313-de-03-de-dezembro-de-2013>. Acesso em: 10/12/2020.

Creswell JW (2007). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4573912/mod_resource/content/1/Creswell.pdf>. Acesso em: 12/12/2019.

Prefeitura de Filadélfia. Temporada de praia 2019. 2019. Disponível em: <https://www.filadelfia.to.gov.br/noticias/temporada-de-praia-2019/>>. Acesso em: 19/11/ 2019.

- Fonseca et al. (2019). Programa de Regionalização do Turismo: análise comparativa dos indicadores turísticos nos estados brasileiros de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. Revista Electrónica de Recursos de Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales. [en línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, nº 234, 1 de septiembre de 2019. issn: 1578-0007.
- Gomes BMA (2018). Políticas públicas de turismo e os empresários. São Paulo: Editora.
- IBGE. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/filadelfia/historico>>. Acesso em: 22/10/2019.
- IBGE. Filadélfia. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/filadelfia/panorama>>. Acesso em: 10/12/2020.
- MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE FILADÉLFIA (Geografia de Araguaína-TO. 2020. Disponível em: <<https://www.achetudoeregiao.com.br/to/araguaina/localizacao.htm>>. Acesso em: 10/12/2020.
- MAPA DO TURISMO 2019-2021. Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em: 12/11/2019.
- Nóbrega WRM et al. (2014). Turismo e Gestão Pública: uma avaliação das instâncias de governança no oeste do estado do Pará. Pimentel et al. (org). Gestão Pública do Turismo no Brasil: Teorias, Metodologias e Aplicações. Caxias do Sul: Educs. 360 - 396 p.
- Oliveira RA (2014). Descentralização: um paralelo entre os circuitos turísticos de Minas Gerais e o modelo francês de regionalização do turismo. Pimentel et al. (org). Gestão Pública do Turismo no Brasil: Teorias, Metodologias e Aplicações. Caxias do Sul: Educs. 125-150 p.
- Pimentel MPCA (2014). A dimensão das políticas públicas de Turismo no Brasil. Pimentel et al. (org). Gestão Pública do Turismo no Brasil: Teorias, Metodologias e Aplicações. Caxias do Sul: Educs. 15-38 p.
- PRAIA DE FILADÉLFIA. Google Imagens. Disponível em: <http://www.redeto.com.br/images/noticia/20150813200026_praia_de_filadelfia_ii.jpg?KeepThis=true>. Acesso em: 10/12/2020.
- PROGRAMAÇÃO DA TEMPORADA DE PRAIA EM FILADÉLFIA. 2019. Disponível em: <<https://jornaldefiladelfia.com/noticia/125/programacao-da-temporada-2019-de-praia-em-filadelfia-confira-as-atracoes>>. Acesso em: 12/11/2019.
- Secchi L (2012). Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning.
- Sistema de Informação do Programa de Regionalização do Turismo - SISPRIT. Plataforma Digital. Disponível em: <http://sistema.mapa.turismo.gov.br/mapa/#!/public/login/entrar>. Acesso em: 12/11/2019.

TURISMO TOCANTINS. Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins. Disponível em: <<https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/vale-dos-grandes-rios/principais-atrativos/filadelfia/monumento-natural-das-arvores-fossilizadas-do-tocantins-/>>. Acesso em: 22/10/2019.


Veal AJ (2011). Metodologia de pesquisa em lazer e turismo. Série Turismo. São Paulo: Aleph.

VERSÕES ANTERIORES DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO. 2013-2019. Disponível em: <http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=268>. Acesso em: 12/12/2019.

Práticas Turísticas e Sustentabilidade na Orla Pôr do Sol e Crôa do Goré (Aracaju/SE)

Recebido em: 10/12/2020

Aceito em: 26/12/2020

 10.46420/9786588319413cap7

Ana Kelly Santos Santana¹ 

Liliane Raquel Alves dos Santos¹ 

Lício Valério Lima Vieira^{2*} 

INTRODUÇÃO

A utilização desordenada dos recursos naturais para atender as necessidades da população humana tem gerado ao longo do tempo sérios processos de impactos ao meio ambiente, além de contribuir para o agravamento da desigualdade social. Diante desse contexto, surgiram diversas reflexões em torno de um redirecionamento do modelo de desenvolvimento que promova não somente o crescimento econômico, mas também a sustentabilidade da vida na terra.

Por sua vez, o desenvolvimento sustentável surge como uma maneira equilibrada de promover o crescimento econômico, mantendo a preservação dos recursos naturais e a igualdade social por meio da reorientação dos processos produtivos das atividades econômicas.

Neste mesmo cenário, o turismo representa uma atividade que também pode impactar as localidades destinos em termos econômicos, sociais e ambientais. Por isso, planejar o turismo de forma sustentável é a maneira mais eficaz de evitar a ocorrência de danos irreversíveis ao meio ambiente como um todo, de minimizar os custos sociais, econômicos e ambientais que afetam os moradores das localidades e de aperfeiçoar os benefícios do desenvolvimento turístico. (Ruschmann, 2010).

A busca pelo turismo sustentável deve vir acompanhada de ferramentas adequadas para o monitoramento das transformações do turismo. Para Bellen (2006) “o processo de gestão necessita da mensuração, assim a gestão das atividades e o processo decisório necessitam de novas maneiras de medir o progresso e os indicadores são uma importante ferramenta nesse processo”. Assim, os indicadores podem contribuir na avaliação da sustentabilidade e fornecer informações que auxiliam no diagnóstico de determinada atividade.

Em face do exposto, esta pesquisa possui como *lôcus* de pesquisa as áreas da Orla Pôr do Sol e da Crôa do Goré, atrativos turísticos situados no estuário do Rio Vaza-Barris, entre os municípios de Aracaju

¹ Graduanda em Gestão do Turismo do Instituto Federal de Sergipe.

² Professor do Curso de Gestão do Turismo do Instituto Federal de Sergipe.

* Autor(a) correspondente: liciovalerio@gmail.com

e São Cristóvão em Sergipe. A Orla Pôr do Sol que foi reformada recentemente é ponto de embarque/desembarque para a Crôa do Goré, lugar de visitação diária durante a maré baixa com o propósito de descanso, lazer e prática de esportes.

Dessa forma, parte-se do pressuposto de que com um grande fluxo de turistas diários a possibilidade de causar problemas de ordem ambiental   bastante considerada.

Portanto, a preocupa o desta pesquisa gira em torno da seguinte situa o problema: Quais os aspectos da sustentabilidade encontrados na Orla Pôr do Sol e Cr a do Gor  e suas rela es com a prática turística?

Com base nesse questionamento apresentam-se os objetivos da pesquisa. O objetivo geral foi, portanto, analisar as rela es existentes entre práticas turísticas e sustentabilidade na Orla Pôr do Sol e Cr a do Gor  (Sergipe). E como objetivos específicos: caracterizar as áreas de estudo; diagnosticar as práticas turísticas existentes nas localidades de estudo; identificar potencialidades e fragilidades das práticas turísticas locais; e, identificar indicadores de sustentabilidade ambiental.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, adotou-se uma metodologia descritiva, exploratória e de caráter qualitativo. Para a efetiva o da pesquisa foram utilizadas como técnicas a pesquisa bibliográfica e documental, como forma de obter embasamento teórico; pesquisa de campo, consolidada através da identifica o de indicadores de sustentabilidade, de modo específico o Modelo Pressão – Estado - Resposta (PER) e o Barômetro de Sustentabilidade do Turismo (BST).

O trabalho está estruturado com elementos do recorte teórico que tratam de aspectos do desenvolvimento sustentável e turismo e apresenta o dos dois modelos de análise utilizados na pesquisa: o Pressão-Estado-Resposta e o Barômetro de Sustentabilidade do Turismo. Após a fundamenta o teórica seguem as análises dos dados levantados em campo, com as devidas discussões, seguidas pelas considera es finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta etapa desenvolve um aporte histórico e conceitual a respeito do desenvolvimento sustentável, sua rela o com o turismo e os instrumentos capazes de mensurar a sustentabilidade. Busca-se nesse sentido, embasar os termos principais da pesquisa e possibilitar a compreensão do desenvolvimento do estudo e dos resultados a se alcançar.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO

A defini o de Desenvolvimento Sustentável, consolidada a partir do Relatório de Brundtland em 1987, afirma que o desenvolvimento sustentável   o que atende às necessidades das gera es presentes sem comprometer a possibilidade das gera es futuras em atenderem às suas próprias necessidades.

Para Bellen (2006) os aspectos que devem ser relacionados para que o desenvolvimento seja sustentável partem das esferas social, ecológica e econômica, de maneira que haja equilíbrio entre as dimensões. Assim, o desenvolvimento sustentável deve assegurar a preservação do meio ambiente e contribuir para promover as oportunidades sociais e a viabilidade da economia local.

Dentro desse contexto, o turismo representa uma importante atividade fomentadora do desenvolvimento local à medida que proporciona uma interação entre a sociedade, o ambiente e a economia, que se reforçam mutuamente, sendo a diversidade social e cultural a diferenciação produtiva na geração de emprego e renda (Cunha et al., 2005). No entanto, o turismo tem seu ciclo determinado assim como outras atividades econômicas “é preciso que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa da sua degradação” (Ruschmann, 2004).

Nesse sentido, a Organização Mundial do Turismo (2003) definiu o turismo sustentável como sendo aquele que conecta as necessidades dos turistas com as regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e estende oportunidades para o futuro, ou seja, essa definição exprime a necessidade de um planejamento das atividades desenvolvidas em uma localidade considerando os limites dos recursos naturais e a sua capacidade de renovação.

Para Molina (2001) o turismo sustentável é visto como um desafio, mas ao mesmo tempo fundamental, simultaneamente é uma atividade que requer uma transformação dos ecossistemas e um grande consumo de recursos naturais quando o principal atrativo for à natureza.

De acordo com Dias (2003) pode-se afirmar que:

Para atingir a sustentabilidade de um destino turístico, é necessário esforço integrado dos diversos atores do processo: residentes, turistas, governantes empresários, operadores, etc., que buscarão integrar os recursos naturais e culturais num processo de planejamento que estabeleça um desenvolvimento gradual e permanente [...]. Um planejamento comprometido com a preservação ambiental, viável economicamente e equitativo do ponto de vista social.

Entende-se que a sustentabilidade depende de um planejamento e da participação do setor turístico, com a perspectiva de ser um grande promotor da preservação ambiental e cultural.

A complexidade do conceito de desenvolvimento sustentável traz a necessidade de se desenvolver ferramentas que procurem mensurar a sustentabilidade. Assim, surgem os indicadores com a proposta de cumprir esse objetivo.

Um indicador pode ser definido como elemento informativo que expressa o resultado do desempenho em relação a determinadas questões, situações, condições ou práticas (Furtado, 2009). Já de acordo com Hammond et al. (1995) *apud* Bellen (2006), os indicadores podem trazer informações sobre o progresso de uma meta a ser alcançada, como o desenvolvimento sustentável, mas também podem ser vistos como um recurso que deixa perceptível uma tendência ou fenômeno que não seja imediatamente detectável.

Os indicadores têm como objetivo agregar e quantificar informações de modo que sua significância fique mais aparente, isto é, facilitando o processo de comunicação sobre fenômenos complexos (Bellen, 2006).

O modelo considerado a maior fonte de indicadores ambientais foi desenvolvido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e é conhecido como Pressão-Estado-Resposta (PER), sendo baseado no conceito de causalidade. Através deste, pretende-se entender as pressões exercidas pelas atividades humanas sobre o meio ambiente; o Estado do meio ambiente; e as respostas coletivas ou individuais para a prevenção ou remediação.

Para Santos (2004) *apud* Braghini (2009) apesar da possibilidade do uso de indicadores ambientais, eles devem ser entendidos como parte do processo de planejamento, e não um fim em si mesmo.

Bellen (2006) descreve, analisa e compara três sistemas de indicadores de sustentabilidade mais reconhecidos internacionalmente (Quadro 1) e afirma que cada uma destas ferramentas poderá ser aprimorada e aplicada considerando as suas principais características.

Quadro 1. Sistema de Indicadores de Sustentabilidade. Fonte: Adaptado de Bellen (2006).

<ol style="list-style-type: none">1. <i>Ecological Footprint Method</i>2. <i>Dashboard of Sustainability</i>3. <i>Barometer of Sustainability</i>	Representa o espaço ecológico necessário para assegurar a sobrevivência de uma determinada população ou sistema e traz como fundamento o conceito de capacidade de carga. Corresponde ao índice agregado de vários indicadores elaborados a partir de esforços concentrados de várias instituições para alcançar indicadores de sustentabilidade. Modelo sistêmico direcionado as agências governamentais e não governamentais tomadores de decisão e pessoas envolvidas com questões relativas ao desenvolvimento sustentável, e tem como objetivo mensurar a sustentabilidade.
---	--

O modelo *Barometer of Sustainability* incorpora uma dimensão que foge do conceito estritamente ecológico da sustentabilidade, a social, também aparenta um conceito de sustentabilidade que depende fortemente da dimensão ambiental. Nesse sentido, apresenta ser o modelo mais completo.

No âmbito do turismo, a OMT (2003) apresenta indicadores-chave do Turismo Sustentável (Quadro 2) e recomenda indicadores suplementares de acordo com a localidade turística.

Quadro 2. Indicadores chave do Turismo Sustentável. Fonte: OMT (2003).

Indicador	Medições específicas
1. Proteção do local	Categoria de proteção do local de acordo com índice IUCN.
2. Estresse	Número de turistas que visitam o local (ano/mês de pico).
3. Intensidade de utilização	Intensidade de utilização - período de pico (pessoas/hectare).
4. Impacto social	Razão de turistas em relação aos habitantes locais (período de pico e ao longo do tempo).
5. Controle do desenvolvimento	Existência dos procedimentos de revisão ambiental ou de controles formais sobre o desenvolvimento do local e as densidades de utilização.
6. Gerenciamento dos resíduos	Percentual de esgoto do local que recebe tratamento (indicadores adicionais podem incluir limites estruturais de outra capacidade infraestrutural no local, como o fornecimento de água).
7. Processo de planejamento	Existência de um plano regional organizado para a região do destino turístico (incluindo o componente turístico),
8. Ecossistemas críticos	Número de espécies raras / ameaçadas.
9. Satisfação do consumidor	Nível de satisfação dos visitantes (baseado em questionário).
10. Satisfação do local	Nível de satisfação dos habitantes locais (baseado em questionário).
11. Contribuição turística para a economia local	Proporção da atividade econômica total gerada unicamente pelo turismo.
Indicadores compostos	Composição das primeiras medidas preventivas dos fatores-chave que influenciam na habilidade de o local suportar diferentes níveis de turismo.
Capacidade de carga	Medida de composição de níveis de impacto no local (seus atributos naturais e culturais devido ao turismo e a outros estresses cumulativos de setor).
Estresse do local	Medida quantitativa daqueles atributos do local que o torna atrativo ao turismo e que podem sofrer mudanças com o tempo.
Atratividade	

Dessa forma, um bom planejamento, desenvolvimento e gerenciamento do turismo podem minimizar seus impactos negativos. Assim, a sustentabilidade do turismo e o seu desenvolvimento deve ser continuamente monitorado, e ações devem ser tomadas, caso apareçam problemas.

Dentre os modelos apresentados acima, buscando adequar a melhor ferramenta ao desenvolvimento dos objetivos deste estudo, acredita-se que o Modelo Pressão-Estado-Resposta e o Barômetro de Sustentabilidade do Turismo, possua o método mais adequado para mensurar os dados da área de estudo.

MODELO PRESSÃO – ESTADO – RESPOSTA (PER)

Segundo Bellen (2006), o modelo Pressão-Estado-Resposta foi idealizado pela Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCED), considerado um marco ordenador utilizado para apresentação de estatísticas e indicadores ambientais. Baseia-se na ideia de que as atividades humanas exercem pressões sobre o meio ambiente e afetam a sua qualidade e a quantidade de recursos naturais, afetando o seu estado; a sociedade responde a estas mudanças, adotando políticas ambientais, econômicas e setoriais, tomando consciência das mudanças ocorridas e a elas adaptando o seu comportamento.

Nesse modelo, os indicadores estão divididos em três categorias, conforme Bellen (2006):

- Pressão Ambiental (P): apresentam as pressões das atividades humanas exercidas sobre o meio ambiente, abrangendo os recursos naturais;
- Estado ou Condição (E): refere à qualidade do meio ambiente, tanto aos aspectos qualitativos como quantitativos dos recursos naturais, sendo o objetivo final da política ambiental;
- Resposta (R): mostram as reações da sociedade às mudanças e às preocupações com o meio ambiente. Trata-se de medidas tomadas de forma individual ou coletiva para diminuir ou prevenir pressões ambientais.

O modelo PER proporciona uma visão conjunta dos vários componentes de um problema ambiental, promovendo o diagnóstico e a elaboração da política pública apropriada à realidade exposta. Ademais, vai além da mera constatação da degradação ambiental, revela seu impacto, suas causas, o que está por trás dessas causas e as ações que estão sendo tomadas para melhorar a situação encontrada (Carvalho et al., 2009).

A estrutura metodológica do PER apresenta a vantagem de evidenciar os elos entre Pressão, Estado e Resposta, ajudando os tomadores de decisão e o público a perceberem a interdependência entre as questões ambientais e as outras esferas da sociedade. No entanto, dentre as desvantagens estão a omissão de metas de sustentabilidade e das funções ecológicas e estruturas dos ecossistemas. No entanto, corre-se o risco de uma interpretação simplificada de uma situação complexa que envolve diferentes interações de fenômenos sociais, econômicos e ambientais (Martinez, 2001 *apud* Kemerich et al., 2014).

Por sua vez, percebe-se que é importante a constante atualização e estudo de adaptações para que instrumentos de mensuração da sustentabilidade, como o PER, superem suas fragilidades e possam contribuir de forma eficaz para a compreensão e equilíbrio da relação sociedade e natureza.

BARÔMETRO DE SUSTENTABILIDADE DO TURISMO (BST)

O Barômetro de Sustentabilidade do Turismo (*Barometer of Tourism Sustainability*) é uma adaptação feita por Ko (2001, 2005) do Barômetro de Sustentabilidade (*Barometer of Sustainability*) desenvolvido originalmente por Prescott-Allen (Sanches, 2015).

O *Barometer of Sustainability* consiste em uma ferramenta capaz de mensurar e comunicar à sociedade o bem-estar e o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável. Além disso, fornece um meio sistemático de organizar e combinar indicadores de maneira que os usuários possam chegar a conclusões sobre as condições das pessoas, dos ecossistemas e dos efeitos da interação entre as duas esferas (Bellen, 2006).

Nesse contexto, os níveis de avaliação estão divididos em duas categorias: o bem-estar do ecossistema, que identifica tendências da função ecológica no tempo (água, terra, ar, biodiversidade e utilização dos recursos); e o bem-estar humano, que representa o nível geral de bem-estar da sociedade (saúde, educação, conhecimento e cultura, comunidade e equidade).

Uma das vantagens é a combinação de indicadores que possam corresponder a cada uma das categorias, trazendo como resultado um índice único para ambas. Os indicadores escolhidos são classificados e convertidos em escalas que informam uma medida de sustentabilidade ou insustentabilidade do sistema, conforme demonstra a Figura 1 (Bellen, 2006).

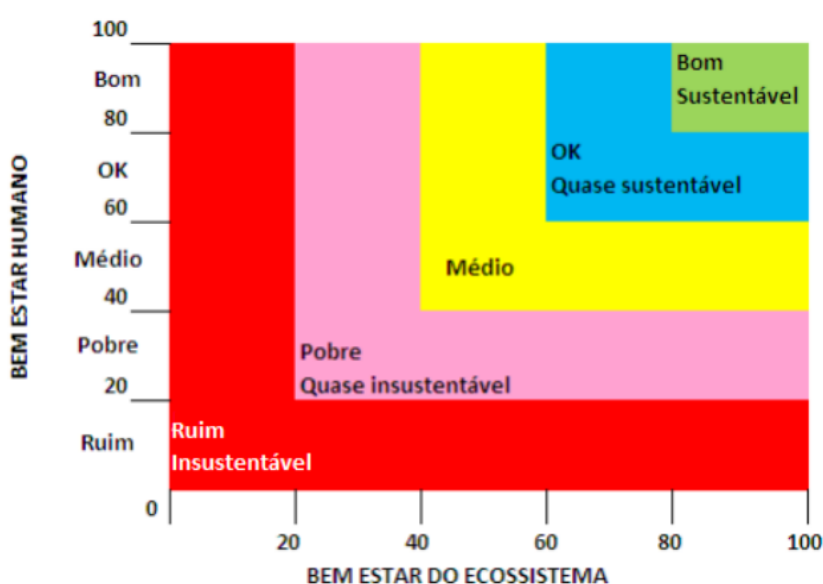


Figura 1. Escalas do Barômetro de Sustentabilidade. Fonte: Adaptado de Bellen (2006).

Para o turismo, a adaptação desta ferramenta no critério de avaliação da sustentabilidade dos destinos turísticos decorre do entendimento de que um destino turístico é uma atração turística, artificial ou natural, incluindo o sistema humano e o ecossistema. Além disso, esses sistemas devem ser representados por indicadores referentes aos impactos ambientais da atividade, a qualidade do ecossistema, a biodiversidade, a gestão e a política ambiental (sistema ecológico); e aspectos políticos, econômicos, socioculturais e estrutura da produção qualidade dos serviços e produtos turísticos (sistema humano) (Ko, 2005 *apud* Cordeiro, 2008).

De acordo com Prescott-Allen (1997) *apud* Bellen (2006), na construção do barômetro da sustentabilidade, deve-se considerar que:

O bem-estar humano é a premissa básica para o desenvolvimento sustentável, pois nenhuma pessoa consciente deve aceitar um baixo padrão de existência por um longo período. Da mesma forma, o bem-estar da natureza é necessário, pois é ele que fornece a capacidade de suporte para o todo tipo de vida.

Nessa visão, compreende-se, portanto, que as condições humanas e ecológicas são igualmente importantes e uma sociedade sustentável deve alcançar esses dois objetivos conjuntamente. Ressalta-se que para fins de análise, este estudo utilizou somente a dimensão ecossistema, uma vez que o centro do estudo é a análise ambiental.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta etapa apresenta os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa. Aborda-se primeiramente, a caracterização da área de estudo, bem como as técnicas de coleta e análise de dados.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

ORLA PÔR DO SOL

A Orla Jornalista Cleomar Brandi, conhecida como Orla Pôr do Sol, está localizada às margens do rio Vaza Barris, no povoado Mosqueiro. É um ponto turístico entre as praias da cidade e o litoral Sul do Estado de Sergipe (Figura 2).



Figura 2. Calçadão Orla Pôr do Sol. Fonte: Os autores.

Inaugurada no dia 12 de novembro de 2012, a Orla Pôr do Sol é administrada pela Prefeitura Municipal de Aracaju, que possui a concessão do equipamento. Recentemente passou por um processo de revitalização feito por meio de parceria entre o Governo do Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur/SE). O investimento foi de R\$ 2.813.307,69 (GOVERNO DE SERGIPE, 2019).

A Orla Pôr do Sol em sua extensão possui um Atracadouro Flutuante com deck, que adentra em 27 metros o leito do Vaza Barris possibilitando o embarque para passeios na Crôa do Goré e Ilha dos Namorados, Centro de Informações ao Turista, posto policial, calçadão, passarela de madeira, bares e quiosques (Figura 3).



Figura 3. Atracadouro flutuante. Fonte: Autores (2020).

Nesse contexto, é possível identificar que a orla é:

Um atrativo que possibilita a geração de emprego e renda para a população, especificamente a do Mosqueiro, que envolve a comunidade local para participação nas atividades turísticas, valorização

da cultura local e aumento da renda familiar através da venda de passeios para Crôa do Goré, Ilha dos Namorados, Ilha Mem de Sá [...] (Martins, 2019).

De acordo com a Secretaria de Turismo (Setur) e a Secretaria municipal de Indústria, Comércio e Turismo (Semict), a Orla Pôr do Sol é um dos pontos turísticos mais visitados do estado, com destaque para o Pôr do Sol que dá nome a Orla, e ponto de partida para outros atrativos que compõe o estuário do rio Vaza Barris e cenário para práticas turísticas como *stand up paddle* – remada em pé, *bike boot* – bicicleta aquática, caiaque e o remo (Figura 4).



Figura 4. Práticas turísticas na Orla Pôr do Sol. Fonte: Autores (2020).

CRÔA DO GORÉ

A Crôa do Goré é uma pequena ilha de areia branca que surge somente na maré baixa. Localizada no rio Vaza Barris, a Crôa do Goré fica ao sul de Aracaju e o acesso é através de embarcações que partem da Orla Pôr do Sol.

Segundo Souza (2012) *apud* Conceição (2015) a Crôa do Goré é formada pelo:

Movimento das marés, que condicionado pelo fluxo e refluxo das águas do oceano Atlântico, estabelece a dinâmica do estuário e, durante a baixa-mar, braços de rio e bancos de areia e lama tornam-se expostos e atrativos às aves migratórias que frequentam o estuário.

A Crôa é frequentada por visitantes e turistas, que admiram a beleza natural da pequena ilha. Martins (2019) cita que o ambiente tranquilo favorece a sua atratividade ao proporcionar um banho com temperaturas mornas e águas calmas e claras, além de servir para navegação, esportes náuticos e contemplação da natureza (Figura 5).



Figura 5. Práticas turísticas na Crôa do Goré. Fonte: Os autores.

Constata-se ainda, um bar flutuante de petiscos regionais. Segundo Martins (2019) trata-se de:

Uma embarcação móvel, dotada de equipamentos necessários ao bom atendimento de serviços de bebidas e alimentação. É de natureza privada, funciona no período diurno durante o ano inteiro, inclusive nos feriados, com retorno ao final da tarde, diariamente, à Orla Pôr do Sol, para assim realizarem o abastecimento para o dia seguinte, bem como a limpeza da embarcação.

A Figura 6 abaixo, mostra este atrativo:



Figura 6. Bar Flutuante. Fonte: Os autores.

A mesma autora ainda enfatiza a infraestrutura do bar flutuante que é composta de:

Dois banheiros (feminino e masculino), cozinha equipada, espaço com mesas e cadeiras, equipamentos de salvatagem e documentos de licença ambiental e de funcionamento. Sua equipe é formada por profissionais residentes no Mosqueiro, que atuam nas diversas funções de atendimento ao cliente (Martins, 2019).

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa é caracterizada por uma abordagem qualitativa tanto para coleta como para a análise dos dados. Essa abordagem justifica-se por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. (Richardson, 2011).

De acordo com Godoy (1995), a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados, isto é, o pesquisador como instrumento fundamental de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados.

A pesquisa diante de seus objetivos tem caráter exploratório, que segundo Severino (2016), a sua finalidade é buscar informações relacionados a um determinado objeto, isto é, a mesma delimita o campo a ser desenvolvido o estudo. E também é descritivo, pois, de acordo com Gil (2017) tem o propósito de descrever características referentes a uma população ou fenômeno, como também as relações entre variáveis.

Para a obtenção de informações desta pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos técnicos: pesquisa bibliográfica desenvolvida com base em material já publicado, como livros, revistas, dissertações, teses e anais de eventos científicos; pesquisa de campo que se baseia na observação dos fatos tal como ocorrem na realidade e na coleta de dados que é diretamente no local da ocorrência dos fenômenos (Andrade, 2017). Além disso, foram realizadas observação sistemática e registros fotográficos.






Em relação à coleta de dados da pesquisa, foram adotados os instrumentos listados no Quadro 3, conforme Dencker (2009).

Quadro 3. Relação dos objetivos específicos com os instrumentos de coletas de dados. Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Objetivos Específicos	Instrumentos
Caracterizar as áreas de estudo;	Pesquisa bibliográfica;
	Trabalho de campo;
	Registro de imagens.
Diagnosticar as práticas turísticas existentes nas localidades de estudo;	Trabalho de campo;
	Registro de imagens.
Identificar potencialidades e fragilidades das práticas turísticas locais;	Trabalho de campo.
	Observação sistemática
	Entrevista
Identificar indicadores de sustentabilidade ambiental.	Pesquisa bibliográfica com sistema de indicadores.

A fim de tornar possível a mensuração dos dados coletados, o modelo original do Barômetro de Sustentabilidade do Turismo (BST) foi adaptado conforme mostra o Quadro 4.

Quadro 4. Escala de performance, cor e peso. Fonte: Elaborado pelos os autores.

Escala	Cor	Peso
Insustentável		1
Quase insustentável		2
Médio		3
Quase sustentável		4
Sustentável		5

Em relação ao modelo Pressão-Estado-Resposta (PER), os indicadores foram definidos a partir do conhecimento, análise da área e enfoque de estudo para permitir uma fácil interpretação da realidade analisada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da análise e observação sistemática da área de estudo, e dos demais procedimentos metodológicos presentes neste trabalho, foram definidos dois indicadores ambientais – pressão do fluxo de turistas e geração de resíduos sólidos – para o modelo Pressão-Estado-Resposta (PER) relacionados à Orla Pôr do Sol e Crôa do Goré. Os resultados da aplicação do PER buscaram identificar as pressões sofridas na área, o estado dos recursos naturais e as ações que a sociedade e os órgãos públicos promovem para fomentar a sustentabilidade ambiental.

O indicador Pressão está relacionado com a pressão que o fluxo de turistas causa ao ambiente, considerando os impactos como resíduos sólidos e qualidade da água para banho e práticas turísticas. Verificou-se através da observação direta que o fluxo de turistas não têm ocasionado danos significativos aos atrativos (Figura 7). No cenário atual, a Orla Pôr do Sol e Crôa do Goré apresenta uma capacidade de carga satisfatória e proporcional à prática do turismo sustentável.



Figura 7. Fluxo de Turista na Crôa do Goré. Fonte: Os autores.

Constatou-se durante as visitas à área de estudo, uma baixa quantidade de resíduos sólidos no atrativo Orla Pôr do Sol (Figura 8). Segundo a moradora (Entrevistada 1) o lixo encontrado decorre:

Do descarte incorreto dos residentes do local e não dos turistas que visitam a Orla. Os Catamarãs e o Bar Flutuante no retorno do passeio na Crôa do Goré e Ilha dos Namorados trazem os lixos produzidos e descartam em locais apropriados na Orla (Figura 9). Ela relata também que a coleta de lixo é feita frequentemente durante a semana e se possível até no Domingo.



Figura 8. Lixos encontrados na Orla Pôr do Sol. Fonte: Os autores.



Figura 9. Local de descarte dos lixos produzidos na Crôa do Goré. Fonte: Os autores.

Já na Crôa do Goré, não foi identificado a presença de resíduos sólidos. O único bar presente oferece aos seus clientes sacolas plásticas para o descarte do lixo produzido em cada quiosque. Em conversa com um dos colaboradores do Bar Flutuante (Entrevistado 2) ele informou que “todo lixo produzido durante o dia na Crôa é levado para o descarte correto na Orla Pôr do Sol”, isso, confirma o que já foi relatado pela entrevistada 1.

O indicador Estado demonstra a condição dos recursos naturais disponíveis na área de estudo. Verificou-se através da observação direta que as implicações decorrentes da pressão do fluxo de turistas no ambiente, no momento atual, não geram impacto negativo nos atrativos.

A vegetação nativa de manguezal presente nesta área do Rio Vaza Barris está bastante conservada, habitat natural do crustáceo que dá nome a Crôa do Goré. Não foi encontrado nenhum vestígio de resíduos sólidos no local (Figuras 10 e 11).



Figura 10. Vegetação nativa de manguezal. Fonte: os autores.



Figura 11. Habitat do crustáceo Goré. Fonte: os autores.

A qualidade da água em relação a banho e a práticas turísticas, a olho nu, não apresenta nenhum tipo de contaminação superficial (Figura 12), assim como também nenhuma poluição visual.



Figura 12. Águas claras e mornas da Crôa do Goré. Fonte: Os autores.

Observou-se, que as duas marinas presentes na Orla Pôr do Sol, a olho nu, não geram derramamento de óleo combustível nas margens do rio Vaza Barris (Figura 13).

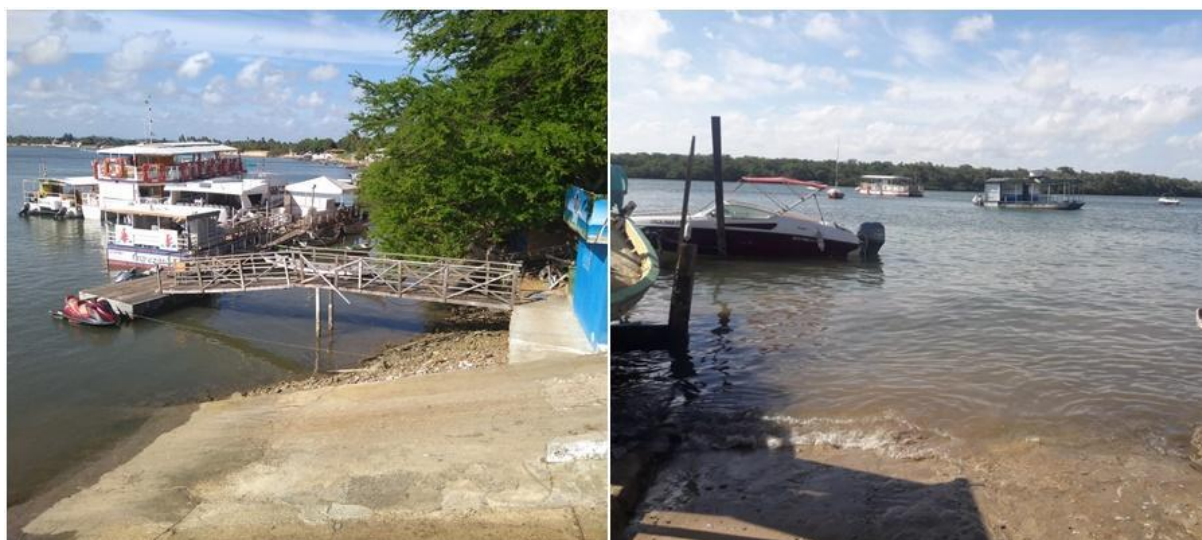


Figura 13. Marinas a margem do rio Vaza Barris. Fonte: Os autores.

O indicador Resposta refere-se às ações que podem ser desenvolvidas com o objetivo de minimizar ou prevenir os impactos que possam tornar-se negativos. Os descartes indevidos relatados no indicador pressão na Orla Pôr do Sol, demonstram a necessidade de ações de educação ambiental sobre a destinação correta dos resíduos, além de ressaltar a importância do rio Vaza Barris para a sociedade em geral.


Durante as visitas de campo, verificou-se a presença de órgãos fiscalizadores na área de estudo, como a Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb) e a Marinha do Brasil.

Conforme já foi descrito neste estudo, as atividades desenvolvidas pelo Turismo devem ser planejadas e monitoradas constantemente, para que se consiga um turismo sustentável. A metodologia do Barômetro de Sustentabilidade (BST) do Turismo tem como base o equilíbrio do ecossistema e da sociedade.

Desse modo, o roteiro de entrevista aplicado durante o trabalho de campo teve como objetivo identificar potencialidades e fragilidades das práticas turísticas locais, dos quinze entrevistados quando perguntado – no tocante ponto de vista ambiental você identifica algum problema/impacto – todas as respostas foram “não”. Outro destaque da entrevista foi à pergunta relacionada à qual palavra resume este lugar, foram obtidas como respostas: “Paradisiaco”, “Maravilhoso” e “Paraíso”.

Diante do fluxo turístico reduzido nos atrativos durante as visitas feitas para a coleta de dados devido à pandemia do Covid-19, ao analisar a adaptação do BST citada anteriormente neste estudo, através dos dados coletados e a observação direta, pressupõe-se que a escala performance, cor e peso relacionado aos atrativos Orla Pôr do Sol e Crôa do Goré seja a seguinte (Quadro 5):

Quadro 5. Resultado obtido através do BST. Fonte: Os autores.

Escala	Cor	Peso
Sustentável		5

Este resultado vai de encontro com o do Modelo Pressão-Estado-Resposta, mostrando que as práticas turísticas existentes na área de estudo, no cenário atual, não geram impacto negativo aos recursos naturais utilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar as relações existentes entre práticas turísticas e sustentabilidade na Orla Pôr do Sol e Crôa do Goré (Aracaju/SE), a partir da aplicação dos modelos de análise da sustentabilidade Pressão-Estado-Resposta (PER) e Barômetro de Sustentabilidade do Turismo (BST).

Os modelos mostraram-se apropriados para o estudo. O PER analisou a pressão do fluxo de turistas, a geração de resíduo sólido, o estado dos recursos naturais e a resposta do impacto identificado. O estudo evidenciou um problema relacionado a um indicador Pressão, caracterizado pela geração de lixo na Orla Pôr do Sol e na Crôa do Goré. Por outro lado, o estado indicava as devidas estratégias para diminuição da potencialidade de impacto dos resíduos, bem como apontou que possíveis ações de Educação Ambiental, constituem-se uma importante ferramenta para diminuição da pressão.

Já no BST, por meio do roteiro de entrevista aplicado durante o trabalho de campo, foi observado que as práticas turísticas desenvolvidas na área de estudo não geram impactos negativos aos recursos naturais, os quais compõem o cenário atual. Assim, pressupõe-se que, de acordo com a escala gerada por meio da adaptação do BST, o cenário apresenta-se como sustentável.

A utilização desses modelos de indicadores ambientais revela que o uso dessas ferramentas para analisar a sustentabilidade apresenta limitações, sendo como principal acontecimento não retratar a realidade como um todo, uma vez que as informações são apenas de um determinado espaço de tempo.

A conclusão deste estudo, após os resultados obtidos, mostra um retrato positivo da sustentabilidade na área de estudo. Com isso, considera-se que o objetivo do trabalho citado acima foi alcançado à medida que foi possível.

Ressalta-se que o período de trabalho de campo teve como obstáculo a pandemia do Covid-19 que assola o mundo. Ademais, é importante a realização de estudos complementares que possam reunir outros indicadores de modo a fornecer informações mais detalhadas da situação ambiental da Orla Pôr do Sol e Crôa do Goré em Aracaju/SE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade MM de (2017). Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas
- Bellen HVM (2006). Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Braghini CR (2009). Sustentabilidade da atividade turística em Xingó (SE/AL). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE.
- Carvalho PGM de et al. (2009). Políticas públicas para meio ambiente no semiárido brasileiro. Regressão Logística com o Modelo PER. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, 12: 67-84.
- Conceição SS O da (2015). (In)sustentabilidade turística no estuário do Rio Vaza Barris/SE: perspectiva analítica da legislação vigente. 134 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
- Cordeiro IJD (2008). Instrumentos de Avaliação da Sustentabilidade do Turismo: Uma análise crítica. 152p. Dissertação (Mestrado em Ordenamento de Território e Planejamento) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Cunha SK et al. (2005). Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. Revista de Administração Contemporânea, 9(2): 63-79.
- Dencker AM (2004). Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. 8. ed. São Paulo: Futura.
- Dias R (2003). Turismo sustentável e meio ambiente. São Paulo: Atlas.
- Furtado JS (2009). Indicadores de sustentabilidade e governança. Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade, 2(1): 19.
- Gil AC (2017). Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Godoy AS (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, 35: 57-63.
- Kemerich PD da C et al. (2014). Indicadores de sustentabilidade ambiental: métodos e aplicações. Revista Monografias Ambientais, 13(5): 3723-3736.
- Martins LM (2019). Tecnologia móvel para governança turística de stakeholders. 197f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) - Instituto Federal de Sergipe, Aracaju.
- Molina S (2001). Turismo e Ecologia. Bauru/SP. Editora Edusc.
- Organização Mundial de Turismo – OMT (2003). Guia de desenvolvimento do turismo sustentável. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman.
- Reinauguração da reforma da Orla Pôr do Sol vai fomentar turismo sergipano (2019). Governo do Estado de Sergipe. Disponível em

https://www.se.gov.br/noticias/governo/reinauguracao_da_reforma_da_orla_por_do_sol_vai_fomentar_turismo_sergipano. Acesso em: 08 de Out. 2020.

Richardson RJ (2011). Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas.

Ruschmann DV (2004). Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. 11. ed. Campinas: Papirus, 199p.

Ruschmann DV de M (2010). Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo. Barueri/SP: Manole. (Coleção Ambiental, v. 9)


Sanches FC (2015). Turismo Rural Sustentável: Uma análise das práticas de sustentabilidade ambiental de empreendimentos no oeste do Paraná. Dissertação (Mestrado em Ecossistemas e dinâmicas Socioambientais e Tecnologias aplicadas ao Meio Ambiente). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo.

Severino AJ (2016). Metodologia do trabalho científico. 24 ed. São Paulo: Cortez.


Áreas urbanas e vivências comunitárias: um estudo de caso do município de São Bernardo, Maranhão

Recebido em: 21/12/2020

Aceito em: 26/12/2020

 10.46420/9786588319413cap8

Samuel Nascimento de Gois¹ 

Karoliny Diniz Carvalho^{2*} 

INTRODUÇÃO

As cidades constituem um sistema integrado e complexo de rupturas e continuidades, mudanças e transformações (Lefebvre, 2000; Santos, 2006). No âmbito do lazer, os espaços urbanos e seus elementos constituintes transformam-se em locais de interação, sociabilidade, conflitos e tensões. Nesse contexto, as práticas de lazer redefinem os usos e os significados do patrimônio urbano, oportunizando o conhecimento sobre a diversidade de formas de expressão concreta e simbólica dos processos socioculturais, políticos e econômicos de uma determinada sociedade.

Além de se constituir um elemento da dinâmica social, o lazer faz parte do universo das motivações turísticas. O turismo cultural e o turismo urbano, por exemplo, são segmentos que utilizam as expressões comunitárias – tradições religiosas, manifestações artísticas, patrimônio urbano e imaterial – para a estruturação de ofertas baseadas na evasão, na ludicidade, na criatividade e no entretenimento. Essas experiências estão contempladas de modo transversal no universo dinâmico e polissêmico do lazer. Sendo assim, a dinâmica socioespacial das cidades atrai grupos de visitantes interessados em vivenciar situações de intercâmbio cultural, educação e aprendizado.

Seja nos espaços urbanos, seja nas áreas rurais, o turismo ocasiona o agenciamento das vivências de lazer como elementos condicionantes das experiências turísticas: trilhas ecológicas, atividades corporais na natureza, roteiros turísticos urbanos, participação dos turistas em atividades culturais são exemplos de ofertas turísticas que transformam os lugares em destinos turísticos. Por outro lado, a interface entre o turismo e lazer nos espaços urbanos acentua as discussões em torno dos processos de turistificação dos lugares (Luchiari, 2000), das políticas públicas de lazer e da necessidade de democratização do acesso ao lazer pelos diversos atores sociais.

¹ Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus São Bernardo.

² Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus São Bernardo.

*Autora correspondente: karolinydiniz@gmail.com

Tomando essas questões como cenário de reflexão, o ponto de partida para a elaboração deste trabalho foram os questionamentos suscitados na relação turismo, espaço urbano e lazer, sobretudo no que se refere às relações estabelecidas entre os moradores e os espaços de convivência e cidadania. Assim, o artigo em tela apresenta uma reflexão acerca das diferentes formas de uso e apropriação das áreas públicas de lazer no município de São Bernardo, Maranhão. Intenta relacionar também os fenômenos do lazer e do turismo tendo em vista a expansão desta atividade na região do Baixo Parnaíba Maranhense.

Para tanto, toma como objetos de análise a praça 29 de Março, conhecida como praça do Farol ou praça de Eventos, e o Complexo Balneário Rio Buriti. Assim, definiu-se os seguintes objetivos específicos: a) caracterizar os espaços públicos de lazer Praça de Eventos e o Balneário Rio Buriti, identificando o perfil dos seus usuários; b) relacionar os espaços de lazer e a atividade turística e c) identificar as possibilidades e limitações para a democratização do lazer no município.

Face ao exposto, para apresentar as reflexões propostas, abordam-se as relações entre espaço urbano, lazer e turismo, entendendo o lazer como instrumento de desenvolvimento pessoal e comunitário. O turismo é pensado como fenômeno que reorganiza as relações socioespaciais, inserindo as práticas de lazer no mercado de consumo. Analisam-se, por um lado, as possibilidades de acesso e de democratização dos espaços públicos de lazer no município de São Bernardo, e do outro lado, reflete-se sobre as limitações ou barreiras à apropriação e consumo destes locais pela comunidade local.

MATERIAL E MÉTODOS

A estratégia metodológica adotada para atingir os objetivos da pesquisa foi a investigação qualitativa de natureza exploratória e descritiva. A pesquisa qualitativa possui como foco de análise a apreensão dos significados do objeto de estudo por meio de técnicas variadas de interpretação, tais como entrevistas e observação participante, valendo-se em grande medida do método indutivo em suas abordagens. De acordo com Silva e Menezes (2001), na pesquisa qualitativa:

[...] Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Nas pesquisas qualitativas, a ênfase ocorre nos significados das práticas sociais, valores, percepções e visões de mundo dos diferentes atores, não se detendo, portanto, nos aspectos quantificáveis ou numéricos. Diversas técnicas de coleta de dados podem e devem ser utilizadas no desenvolvimento das pesquisas qualitativas, em especial, as entrevistas, o grupo focal e a observação participante. Assim, o

pesquisador pode utilizar instrumentos que se complementam e possibilitam maior aprofundamento do objeto de estudo.

Em vista disto, a pesquisa desenvolveu-se em dois momentos interdependentes: a pesquisa bibliográfica, conforme propõe Gil (2008), e os trabalhos de campo, a fim de compreender o fenômeno no contexto social de sua produção de acordo com os direcionamentos de Minayo (2007). No quadro teórico-interpretativo a pesquisa abordou as relações entre lazer, turismo e sociabilidade nos espaços urbanos, a partir das contribuições de Magnani (2006), Marcellino (2000), Cruz (2007) e Fratucci (2014).

Na pesquisa de campo fez-se uso da técnica de observação direta ou participante dos espaços de lazer comunitários. A observação é uma modalidade utilizada nos estudos qualitativos com o objetivo de compreender os processos sociais, os vínculos e os significados das práticas cotidianas, sendo útil na descrição de eventos sociais, ambientes, comunidades e suas práticas (Jorgensen, 1989; Patton, 2002). As análises foram circunscritas a duas áreas de lazer: a praça 29 de março e o Complexo Balneário Rio Buriti, por constituírem marcos representativos da formação histórica da cidade e dos processos de valorização da atividade turística local. As informações obtidas *in loco* foram registradas nos diários de campo e interpretadas por meio de diálogos com os referenciais teóricos adotados na pesquisa (Silva e Menezes, 2001).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A paisagem urbana configura-se nos traços materializados sob a forma de ruas, praças, avenidas, casarões e edifícios de um dado momento histórico, de uma determinada época, os quais sendo ressignificados pela comunidade sobrevivem ao tempo (Silva et al., 2011). Além desses elementos materiais, a cidade pode ser representada em outros níveis, ou seja, nas manifestações culturais predominantes, nas atividades econômicas, no seu patrimônio natural.

A dinâmica a que está sujeita uma cidade representa a própria questão cultural, cujo significado nos remete aos sujeitos que compartilham os mesmos significados, formando aquilo que se denomina comunidade de sentidos,

Habitação, habitar, portanto, expressam um grau superior e constante de apropriação. Essa relação contínua, permanente, cotidiana, demorada e que o tempo adensa, é que cria as condições mais favoráveis para a fruição do patrimônio ambiental urbano (Meneses, 2006).

A cidade é uma força social presente no imaginário dos seus habitantes, capaz de gerar sentimento de identificação e solidariedade. A cidade, assim, não se dá aos que a ocupam como um espaço abstrato ou como lugar destinado a apenas certos usos técnicos, tais como circular, trabalhar, morar. Ela possui uma realidade espessa de sentidos particulares relacionados aos movimentos mais tênues dos atores sociais.

Propiciando a construção e reconstrução das identidades, ela reproduz a vida humana em todas as duas dimensões, enquanto retomada dos lugares, recriação de pontos de encontro e busca de identidade na relação com o outro. Os espaços urbanos apresentam marcos para a tessitura da identidade, como destaques no imaginário que cada morador constrói da cidade e que contribuem para a familiaridade das pessoas com o entorno. Marcos que servem também para fixar e fortalecer um centro ou uma centralidade em torno do qual a cidade se organiza (Lynch, 1988).

Em vista disto, compreender a dinâmica sociocultural de uma cidade perpassa pelo entendimento acerca das diferentes formas de vivência e convivência comunitária. Dentre elas, destaca-se o lazer como importante componente da vida social. Como expressão cultural, o lazer possui múltiplas nuances, uma natureza complexa e interdisciplinar que abrange diferentes significados e perspectivas teóricas.

Aos longos dos séculos XIX e XX, diversas abordagens foram concebidas para o entendimento sobre a amplitude e os significados do ócio e do lazer, suas características e dimensões (Dumazedier, 1979; Marcellino, 2000; Gomes, 2008). Alguns teóricos como Dumazedier (1979) entendem o lazer como oposição ao trabalho e as obrigações sociais, situando-o como momento apartado do tempo de trabalho no qual os atores sociais podem espontaneamente ocupar o seu tempo livre com atividades prazerosas. Nesse sentido, o lazer refere-se a uma “[...] forma específica de relação social, um espaço de qualificação humana, ou seja, de desenvolvimento das condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas” (Polato, 2003).

No entanto, estudos recentes (Marcellino, 2000; Melo et al., 2012) consideram que o lazer não pode ser compreendido sem relacioná-lo às condições sociais, políticas, culturais e históricas que possibilitaram a sua emergência como necessidade e direito social. Nessa direção, o lazer pode em alguns casos, confundir-se com o trabalho, ou seja, trabalho e lazer estão imbricados e ajudam a compreender a complexidade da dinâmica social. Gomes (2008) assinala que o lazer consiste num fenômeno sociocultural dotado de especificidades, uma dimensão da cultura que se manifesta por meio dos aspectos tempo, espaço-lugar, manifestações culturais e atitude. Segundo a autora:

[...] O lazer vai além da mera realização de atividades, sendo um campo da vida humana e social dotado de características próprias, que ocorrem em um tempo/espaço específico. Assim, o lazer inclui a fruição de diversas manifestações da cultura, tais como o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e as diversas formas de artes, entre inúmeras outras possibilidades. Inclui ainda o ócio, uma vez que esta manifestação cultural pode constituir em nosso meio social, notáveis experiências de lazer – não como um privilégio de classe (Gomes, 2008).

A partir dessa concepção multissetorial e dinâmica do lazer entende-se que esta prática propicia oportunidades de vivências lúdicas, valorização do meio ambiente, desenvolvimento pessoal e interação social. Dumazedier (1979), Marcellino (2000) e Melo et al. (2012) já assinalavam a gama diversificada de interesses do lazer: os físicos, os artísticos, manuais, os intelectuais e sociais, e mais recentemente, os interesses turísticos. Nesse patamar, os espaços públicos de lazer e as áreas de convivência – as praças e

os parques públicos, os vazios urbanos e as áreas verdes – fazem referências às necessidades de convívio, descontração, recreação, envolvendo interesses sociais, físicos e culturais (Pellegrin, 2004; Marcellino, 2000; Gomes, 2008; Bonalume, 2001).

As vivências e experiências de lazer fortalecem o convívio social e contribuem para o reconhecimento da identidade da cidade, das dinâmicas articuladas ao meio urbano, favorecendo assim, a sua revitalização. Sua função consiste na promoção desses locais como momentos de interação e articulação entre a comunidade, posto que elas tendem a estabelecer laços de afetividade e de compromisso na preservação das memórias e das identidades presentes nos tecidos urbanos. Para Santos et al. (2017) os espaços ou equipamentos de lazer públicos na cidade “[..] são necessários para o bem-estar dos cidadãos, seja por proporcionar lugar para atividades físicas, brincadeiras, jogos, eventos culturais, ou ainda por representar um espaço para o contato com a natureza.”

Concomitantemente, enquadram-se no contexto turístico, tendo em vista que os elementos do patrimônio cultural e urbano são reforçados como fatores de atração de visitantes. O turismo é um fenômeno socioespacial, histórico e cultural, caracterizado pelo desejo dos visitantes em conhecer os aspectos culturais e naturais de localidades distintas do seu cotidiano. Tal como sugere Beni (2003), o turismo abrange também ações de planejamento dos espaços por meio de políticas públicas e da organização de serviços em setores diversos, tais como hospedagem, roteirização turística, alimentação e transportes.

Consoante apontam Figueiredo et al. (2012), a atividade turística é uma prática dinâmica, complexa e relacional que se materializa sob a forma de experiências. Nas palavras dos autores, o turismo [...] é processo e ação caracterizado por elemento estável permanente: a experiência provocada pelo deslocamento (e não qualquer deslocamento), pela *viagem*. A viagem é o elemento básico que compõe o turismo, e a experiência produzida pelas dimensões deslocamento tempo e espaço (Figueiredo et al., 2012).

Sendo assim, o turismo atravessa a dinâmica do lazer. Como fenômeno social, o turismo é percebido como fator de transformações espaciais, revalorização dos elementos e das estruturas urbanas, sejam elas materiais ou simbólicas. O turismo articula as singularidades locais por meio da oferta de bens e serviços; nesse processo, as práticas cotidianas são (re)organizadas, os espaços de lazer adquirem novos significados relacionados ao consumo cultural e ao entretenimento (Cruz, 2007; Fratucci, 2014).

Em se tratando do turismo nos espaços urbanos, esta atividade contribui para o processo de revalorização do patrimônio cultural por meio do estímulo à implantação de projetos e ações de revitalização que tencionam a sua incorporação à dinâmica contemporânea. Ainda, propicia o aumento da percepção dos moradores sobre a importância da história, da cultura e das tradições enquanto elementos de reafirmação da identidade local. As inter relações entre turismo, cidades e os elementos culturais são ilustradas na Figura 1:

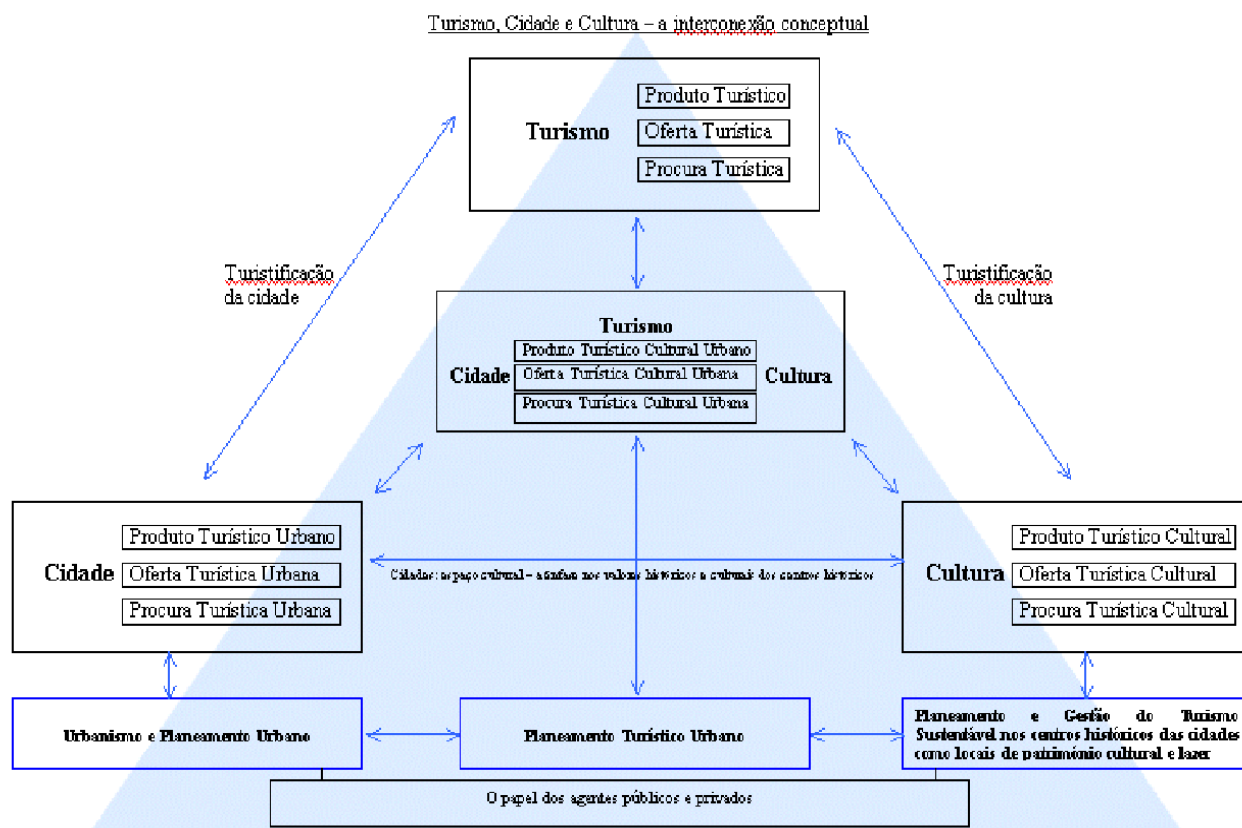


Figura 1. Interconexões entre turismo, cidade e cultura. Fonte: Henriques (2003).

Conforme observado na figura, o turismo possibilita conexões entre a tessitura urbana e os diferentes atores sociais, como agentes públicos e privados. Estes promovem transformações nas dinâmicas socioculturais por meio de ações de planejamento e gestão. Consequentemente, ocasiona a turistificação dos espaços materiais e simbólicos das comunidades locais mediante a implantação de bens, equipamentos e serviços que promovem a cidade como produto turístico (Henriques, 2003). Desse modo, o patrimônio urbano estabelece um diálogo estreito com o mercado de bens simbólicos, com a projeção de seus atributos arquitetônicos e modos de vida locais nos espaços de produção e consumo cultural. Sendo o patrimônio um elemento diferenciador da oferta turística de uma localidade, este passa a ser utilizado como estratégia de posicionamento e competitividade, e de atração de um público de visitantes para os destinos

A especialização territorial resultante do turismo promove novos valores e significados ao urbano, com a constituição de lugares híbridos, onde os diferentes agentes sociais – gestores públicos, empresariado, prestadores de serviços turísticos e comunidades locais – interagem numa complexa rede de relações e interesses diversificados e, em alguns casos, conflitantes:

A mercantilização do lazer constitui-se em uma discussão necessária ao entendimento do espaço público na cidade contemporânea, pois reflete tanto na compreensão de sua conformação, quanto nas suas formas de uso e apropriação. Espaços são criados e reconfigurados visando ao

atendimento de demandas e interesses divergentes. Há uma redefinição de espaço público e formas de lazer, muitas vezes incluídas nas discussões sobre novas formas de gestão de cidades. Nas grandes cidades do Brasil e do mundo ocidental, a palavra de ordem é investir em espaços públicos 'visíveis', sobretudo os espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas (Serpa, 2009).

A atividade turística apropria-se dos espaços de lazer e como agente transformador produz novos espaços, configurando um ambiente propício e enriquecedor tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista social e cultural. “[...] Além disso pode estimular novos atores, integrar comunidades de forma diferenciada, colocando desafios aos valores locais, criar redes e hierarquias entre os lugares” (Simões, 2016). Nessa direção, “pode-se afirmar que uma das principais singularidades do turismo no meio urbano dá-se pela caracterização do público consumidor: um mesmo espaço passa a ser destinado tanto a turistas como a comunidade anfitriã (Silva et al., 2011).

A emergência do segmento turismo urbano e cultural ocorre por meio dos elementos estruturais e imateriais que compõem a tessitura de uma cidade. Nessa direção, os turistas são atraídos com o objetivo de usufruir os atrativos das cidades, seu patrimônio histórico e cultural. Além disso, os turistas buscam vivenciar e interagir com os moradores da cidade, oportunizando ações de conservação e valorização dos espaços de convivência e intercâmbio cultural. Consequentemente, o turismo contribui para a revitalização de áreas urbanas e das áreas livres, articulando lazer e educação:

Os espaços públicos de lazer e turismo são importantes para a vivência democrática das práticas culturais de lazer, visto que esses ambientes, principalmente quando planejados coletivamente, possibilita uma relação de pertencimento dos moradores e turistas com os espaços. Neste sentido, exercer o planejamento com participação nas questões da cidade implica envolver o social, o simbólico e cultural dos lugares, estabelecendo vínculos com a população por meio do lazer e da atividade turística (Pereira et al., 2016).

Trata-se de um processo contínuo no qual os lugares turísticos confundem-se com os lugares de convivência e de integração sociocultural. A apropriação turística dos lugares revela um contexto de pluralidade e intercruzamento cultural. O turismo integra uma ampla estratégia de reinterpretação dos territórios e das identidades locais, enquanto estratégias de inserção econômica e de diferenciação no mercado, dando origem a novos contornos e matizes, “as novas paisagens da urbanização turística representam também as formas contemporâneas de espacialização social, por meio das quais estamos construindo novas formas de sociabilidade, mais híbridas e mais flexíveis” (Luchiari, 2000).

A reconfiguração dos lugares no âmbito do turismo afigura-se como o resultado efetivo das novas necessidades de formatação e consumo das produções culturais, sob o fulcro de um modo de produção globalizado, e que fragmenta as identidades (Hall, 2001), para recompor lugares nos quais os turistas podem vivenciar novas formas de representação do patrimônio cultural de uma comunidade:

[...] Os processos de transformação do patrimônio em mercadoria cultural, ao orientarem economicamente as políticas de patrimônio, podem desencadear outras ambiguidades, à medida que, por um lado, diversificam e potencializam as formas de interação, mas, por outro lado, não

promovem sociabilidades duradouras – os laços sociais existentes nesses lugares “transformados” tornam-se por demais efêmeros (Marinho, 2015).

Considerando-se que o turismo se configura num importante vetor ou propagador de valores, modos, costumes, hábitos e estilos de vida, e outras implicações decorrentes do intercâmbio cultural, a atividade vem imprimindo novos valores que redimensionam os espaços naturais e urbanos e o próprio estilo de vida das comunidades locais. Nesse mecanismo, os espaços de lazer passam a se vincular à atividade turística no intuito de produzir uma lógica de desenvolvimento e, conseqüentemente, à viabilização do incentivo ao turismo urbano. Tendo em vista o lazer como direito social, bem como a importância das vivências de lazer para a integração social e qualidade de vida comunitárias, a pesquisa direciona-se para o município de São Bernardo, Maranhão.

O município de São Bernardo está localizado a 370 km da cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, numa região denominada Baixo Parnaíba Maranhense (Figura 2). Em relação ao perfil socioeconômico, conta com uma população de 26.480 habitantes, sendo que destes, 11.800 situam-se na zona urbana e 14.680 residem na zona rural. Sua economia baseia-se nas atividades agropecuárias, extrativistas e nos setores de construção civil, comércio e serviços (IBGE, 2010).

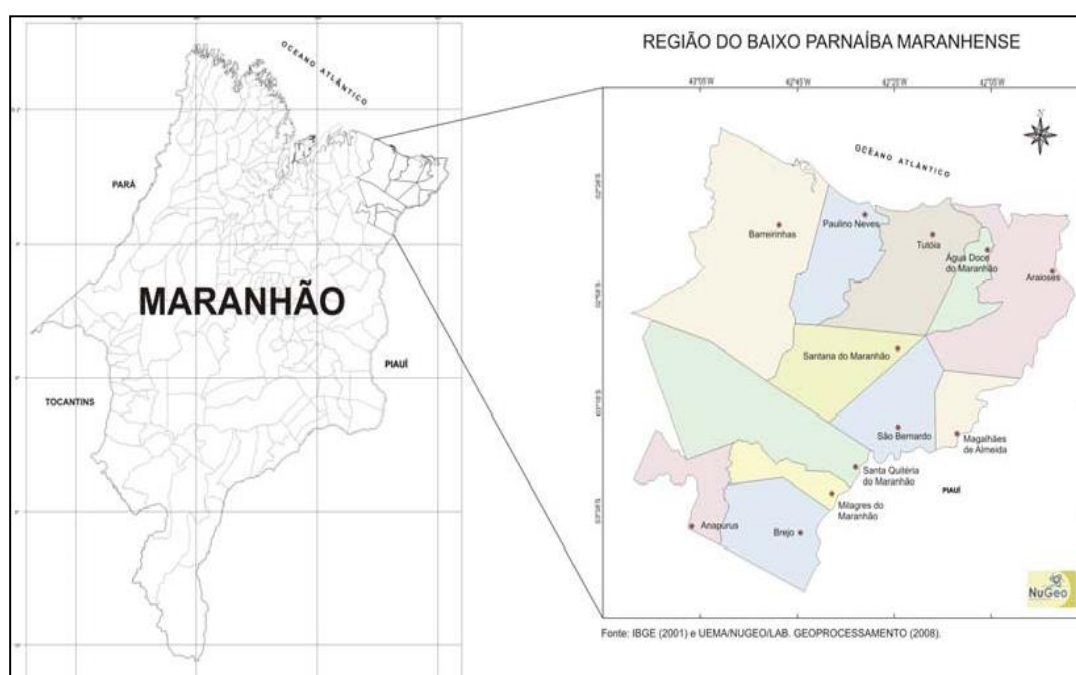


Figura 2. Localização da região do Baixo Parnaíba Maranhense. Fonte: IBGE (2000).

O potencial turístico, materializado pela movimentação de excursionistas de cidades próximas, transforma a paisagem urbana ressignificando-a com a presença de hotéis, bares e restaurantes. Essa dinâmica é resultado do interesse dos moradores e empreendedores da região em se beneficiar economicamente da atividade turística que já ocorre em municípios próximos como Tutóia e Paulino Neves. Em meio a este cenário, ações vêm sendo implantadas com o objetivo de dotar a cidade de

estruturas voltadas às atividades recreativas, esportivas e artístico-culturais. Dentre os espaços de lazer existentes no município destacam-se a praça 29 de Março, ou praça de Eventos e o Complexo Balneário Rio Buriti.

A praça 29 de Março ou praça de Eventos é o local onde as atividades culturais e eventos públicos, tais como os festejos juninos e shows com artistas populares, ganham notoriedade e atraem um público expressivo de visitantes. Nela encontram-se alguns equipamentos de lazer como rampas, bancos e quadra esportiva (Figura 3).



Figura 3. Praça 29 de Março ou praça de Eventos. Fonte: Os autores.

Diferentes atores sociais interagem neste espaço: grupos de crianças e jovens, adultos e idosos. O local encontra-se conservado e é frequentado por um público jovem pertencente às classes média e baixa. Frequentemente é utilizado para passeios ao ar livre, atividades de contemplação e conversas entre vizinhos, realização de caminhadas, jogos competitivos e práticas de exercícios físicos. Nesses momentos, a praça é sentida como *lôcus* de compartilhamento de experiências, troca cultural e práticas de sociabilidade. Conforme expõem Garcias et al., 2008):

Os espaços de recreação, do encontro, do contato social, entre os moradores do ambiente urbano, são importantes para a realização integral do ser humano. São geralmente nestes contatos que nascem os relacionamentos humanos em todas as esferas, desde a familiar até as amizades, a solidariedade, o sentimento de unidade, de grupo. A universalização dos ambientes de lazer, acessíveis a todos os segmentos sociais, de acordo com suas características, costumes, tradições e necessidades, é que fazem da função lazer uma função social.

De acordo com os autores, os espaços de recreação são locais onde os laços de pertencimento e o sentido de lugar são gestados, a cidade passa a ter um significado e se associa às vivências particulares dos atores sociais. São nas interações sociais presentes nos espaços públicos que se alicerçam as redes de solidariedade e os laços de coesão comunitária. Evidenciou-se que os moradores possuem uma relação de afetividade em relação a este espaço de lazer, sendo um marco importante que simboliza o percurso histórico da comunidade.

A praça de Eventos também é apropriada pelos moradores por meio do comércio informal, com a alocação de barracas e outras estruturas para a venda de gêneros alimentícios durante os períodos festivos – carnaval, São João e aniversário da cidade. Nesses casos, ela simboliza também um espaço de complementação da renda e melhoria da qualidade de vida.

Outro espaço de lazer é o complexo Balneário Rio Buriti. Trata-se de uma área que foi requalificada pelo governo municipal e cedida à iniciativa privada. Dispõe de restaurante, quadra de esportes, pista de corridas, sendo frequentado por moradores e eventuais visitantes (Figura 4).



Figura 4. Complexo Balneário Rio Buriti. Fonte: Garcês (2019).

A comunidade local utiliza o espaço para a realização de atividades ao ar livre e esportivas: caminhadas, atividades físicas, campeonatos esportivos como vôlei e futebol. No período noturno, o balneário é frequentado por um público de poder aquisitivo médio e alto, atraído pelas atividades culturais e de entretenimento. Em relação às possibilidades de acesso destacam-se os preços elevados dos produtos comercializados, os quais tendem a limitar a frequência de utilização deste espaço por parte de determinados segmentos sociais.

Essa questão levanta reflexões sobre como as cidades contemporâneas organizam-se em termos de acessibilidade e utilização dos espaços públicos para as vivências dos moradores:

[...] O direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades, cada vez mais ao seu gosto (Harvey, 2012).

Apesar de configurar um espaço público de lazer, observou-se que o Balneário se restringe a determinados segmentos sociais obedecendo à lógica de mercado. Os moradores dos bairros afastados ou aqueles que residem na zona rural não usufruem da área com regularidade, salvo quando são programados eventos ou apresentações artísticas. Conseqüentemente, ocorrem barreiras à livre manifestação das

práticas e experiências de lazer por parte da comunidade, ensejando um processo de privatização do espaço público ou semipúblico (Serpa, 2009).

No tocante aos usos turísticos destes espaços de lazer, constatou-se que a presença de visitantes e excursionistas ocorre de forma esporádica, sobretudo nos eventos juninos e nas festividades religiosas. Porém, este movimento já provoca mudanças nas formas de percepção dos moradores em relação à livre manifestação de suas experiências de lazer. O turismo implica numa reorganização das estruturas urbanas e patrimoniais, sendo capaz de incentivar a formulação de novas normas e diretrizes no convívio social.

A atividade permite ainda que a comunidade estabeleça uma importância diante dos espaços de lazer permitindo que se estabeleça um

[...] Ponto de encontro, de convívio, de (re)descobrir o “novo” e o diferente, lugar de práticas culturais, de criação, de transformação e de vivências diversas, no que diz respeito a valores, conhecimentos e experiências (Simões, 2016).

As comunidades desempenham papel fundamental para o advento do turismo em qualquer localidade, sendo necessário promover melhorias na área social. Nesse sentido, decorre a necessidade de se implementar ações no intuito de incorporar as comunidades socialmente marginalizadas na vivência do local a que pertencem. Quando o patrimônio cultural se transforma em produto turístico sem o devido planejamento perdem-se os elementos substanciais e necessários ao pleno desenvolvimento dessa atividade, ao tempo em que reduz os laços de afetividade dos residentes em relação ao seu patrimônio.

Considerando o potencial turístico de São Bernardo percebeu-se que o município apresenta características próprias, e paralelamente, busca manter a sua individualidade. Reveste-se de um caráter cultural e espacial em que se refletem as ações do poder público local em incentivar as experiências de lazer e organizar o espaço para a recepção de visitantes e excursionistas. Torna-se ainda cenário das relações sociais tradicionais e emergentes, lócus do sentimento de pertença da comunidade que cria uma identificação e um sentimento de apreço em relação a esse espaço urbano e ao seu entorno e, ao mesmo tempo, de estranheza em relação ao papel a ser desempenhado com as possibilidades que podem advir com o turismo.

Observou-se ainda que os marcos urbanos contribuem para a construção da identidade sociocultural dos moradores, sendo necessária que a política de lazer considere a dimensão afetiva do patrimônio urbano, seus significados e as relações de pertencimento da população residente em relação aos marcos urbanos. Diante do cenário esboçado, deve-se pensar em articular as noções de cidadania e do direito à cidade nas propostas que envolvem o turismo e o planejamento urbano:

Para que o espaço público seja um espaço de vivências democráticas de lazer é necessário que este seja planejado e construído de forma que possibilite acesso a um maior número de pessoas, de diferentes grupos da sociedade (diferentes classes, gêneros, faixas etárias etc.). Sendo assim, é necessário primeiramente que o lazer seja compreendido como um direito social, garantindo,

então, o espaço público como uma importante ferramenta de usufruto do lazer na cidade” (Caravelas et al., 2010).

Entende-se que os espaços públicos de lazer contribuem para o bem-estar e qualidade de vida da comunidade. No âmbito do turismo são utilizados na promoção turística e atração de visitantes, enfatizando a relação entre turismo e lazer no espaço urbano. No entanto, os espaços públicos de lazer investigados não integram uma política pública municipal sistemática capaz de permitir a democratização do seu acesso e utilização por diferentes perfis de frequentadores. Müller (2002) observa que os espaços e os equipamentos de lazer não são reivindicados pelas comunidades como direito social e não são vistos como importantes pela administração pública de modo organizado e sistemático.

Essa constatação pode ser verificada em São Bernardo, onde existe uma Secretaria de Esportes e Lazer que desenvolve algumas ações, porém, de forma pontual e sem relação com a Secretaria de Comunicação e Cultura e a Secretaria de Educação, por exemplo. Uma proposta de articulação deve ser pensada a fim de se concretizar a educação pelo e para o lazer nos diferentes níveis de gestão, desde a esfera administrativa na qual são concebidas e efetivadas as políticas públicas de lazer, como nos demais espaços cotidianos, como as escolas municipais. Nesse sentido, o lazer passa a ser entendido como instrumento de fortalecimento cidadã e de autonomia comunitária e as políticas públicas de lazer como iniciativas voltadas para o exercício da criatividade e da criticidade dos diferentes atores sociais. Na visão de Mascarenhas (2004) a perspectiva de democratização do lazer consiste em:

[...] Expressar a possibilidade de apropriação do lazer como um tempo e espaço para a prática da liberdade, para o exercício da cidadania, busca traduzir a qualidade social de uma sociedade cujo direito ao lazer pode ter seu reconhecimento alicerçado sobre princípios como planificação, participação, autonomia, organização, justiça e democracia, deixando de ser monopólio ou instrumento daqueles que concentram poder econômico.

Desse modo, faz-se necessária uma aproximação entre o planejamento urbano municipal e as ações de desenvolvimento turístico de modo a compatibilizar os diferentes usos dos espaços de vivência e convivência sociocultural. Ressalta-se ainda que o planejamento do turismo deve ser concebido em nível de interdependência e integração entre os diversos setores da administração pública, com a criação de cenários que atendam aos interesses e expectativas dos mais diversos grupos sociais, além de ampliar a percepção dos moradores sobre a importância dos espaços urbanos e seus elementos na formação da identidade local.

Assim, a associação entre turismo e lazer tende a incentivar processos de identificação e sentimentos de afetividade dos moradores em relação ao seu patrimônio urbano, contribuindo para a materialização do lazer como direito social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços urbanos são resultados da acumulação de esforços de uma ou várias gerações na elaboração de uma sociedade que se expressa pelo modo de construir, mas onde, também, estão imbricadas sua maneira de viver, de relacionar-se com os seus pares e com o ambiente que a cerca. Neles a comunidade realiza diversas experiências, dentre as quais destaca-se o lazer como objeto privilegiado de estudo. O lazer como expressão humana revela aspectos da realidade e das dinâmicas sociais, sobretudo quando se observam as práticas desenvolvidas nos espaços públicos de lazer, tais como as praças, as ruas e os centros culturais.

Nestes espaços, a comunidade estabelece relações significativas com o tecido urbano. Tais significações são importantes para entender a função que o lazer ocupa nas sociedades, não apenas como momento afastado do trabalho, mas como cultura que se vivencia por meio de um mosaico diversificado de interesses. Dentre eles evidencia-se o turismo como prática social e espacial que possui uma relação dinâmica e dialética com o fenômeno do lazer.

Diante das redes de relações dialógicas que se estabelecem entre o lazer e o turismo, a pesquisa ora empreendida permitiu algumas interpretações acerca das formas de apropriação e uso dos espaços públicos de lazer no município de São Bernardo, Maranhão, tomando como objeto de reflexão a praça de Eventos e o complexo Balneário Rio Buriti. Oportunizou também um diálogo com o fenômeno turístico na medida em que esta atividade ocasiona uma nova dinâmica sócio territorial local.

Diante dos resultados obtidos *in loco*, observou-se que os espaços de lazer analisados são utilizados para vivências de lazer relacionadas principalmente aos exercícios físicos, como caminhadas, atividades esportivas e sociais. Os segmentos sociais de baixa renda costumam frequentar a praça de Eventos de forma regular, notadamente quando da realização de atividades culturais promovidas pelo poder público municipal.

Com relação ao balneário Complexo Rio Buriti, evidenciou-se o perfil de público mais elitizado e a presença de visitantes e turistas interessados no entretenimento noturno. Constatou-se ainda a existência de limitações ou barreiras à apropriação deste espaço de lazer por parte dos moradores que vivem em locais afastados do centro da cidade e daqueles que moram na zona rural. O balneário insere-se na nova dinâmica de produção do espaço pelo e para o turismo, uma vez que atende aos interesses predominantemente mercadológicos.

Como resultado deste estudo sugere-se uma maior articulação entre o planejamento urbano e o turismo por meio de políticas públicas voltadas à democratização dos espaços públicos de lazer. Estes cumprem uma importante função social que deve ser considerada nas propostas de desenvolvimento socioeconômico: a de possibilitar interações, trocas e contribuir para a elevação da qualidade de vida local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Beni MC (2003). *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: Senac, 517p.
- Bonalume CR (2001). Diretrizes norteadoras de um programa de descentralização e democratização do lazer: A experiência de Caxias do Sul. Marcellino, NC (org.). *Lazer e esporte: políticas públicas*. Campinas, SP: Autores Associados (Coleção educação física e esportes), p.141-155.
- Caravelas DC et al. (2010). Lazer e espaços públicos: A visão dos cidadãos de Vila dos Cabanos em Barcarena – PA. *Revista Corpoconsciência*,14(1): 21-34.
- Cruz R de CA da. (2007). *Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Roca, 140p.
- Dumazedier J (1979). *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectivas, 244p.
- Figueiredo SL et al. (2012). Desenvolvimento e participação no programa de regionalização do turismo. In: Almeida O et al. (orgs.). *Desenvolvimento e sustentabilidade*. Belém: NAEA. P.30-44.
- Fratucci AC (2014). Turismo e território: relações e complexidades. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, 14 (1): 87-96.
- Garcias, C M ; Bernardi, J L (2008). As funções sociais da cidade. In: *Revista Direitos Fundamentais e democracia*. Curitiba. 4: 1-15. Disponível em: <<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/viewFile/48/47>>. Acesso em: 10/09/2020.
- Gil AC (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 200p.
- Gomes CL (2008) *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. 2 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 151p.
- Hall S (2001). *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP &A. 102p.
- Harvey D (2012). *O direito a cidade*. Lutas Sociais. São Paulo, p.73-89.
- Henriques C (2003). *Turismo, cidade e cultura: planejamento e gestão sustentável*. Edições Sílabo, 261p.
- Jorgensen D (1989). *Participant Observation: a methodology for humman studies*. 160p.
- Lefebvre H (2000). *A produção do espaço*. (do original: *La production de l'espace*. 4ºed. Paris: Éditions Anthropos), 476p.
- Magnani JGC (2006). Os diferentes planos da cidade como bem cultural. Mori, VH. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo, IPHAN. 61-64.
- Marcellino NC (2000). *Lazer e Sociedade: múltiplas relações*. Campinas: Alínea. 191p.
- Marinho MA (2015). Resistências e contra-usos do espaço público frente às estratégias das políticas de embelezamento urbano – o caso do Largo de Coimbra em Ouro Preto/MG. *Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR*, Penedo, Vol. 5: 105-123. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>>. Acesso em: 15/08/2020.


- Mascarenhas F (2004). “Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. *Revista Movimento*, Porto Alegre, 10(2): 73-90.
- Melo VA de et al. (2012). *Introdução ao Lazer*. São Paulo: Manole, 120p.
- Meneses UTB de (2006). A cidade como bem cultural – áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcances na preservação do patrimônio ambiental urbano. Mori, VH. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: IPHAN, 35-53p.
- Mínayo MC (org.) (2007). *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8ed. São Paulo (SP): Hucitec-Abrasco, 406p.
- Muller A (2002). *Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma idéia*. Muller, A.; Dacosta, LP (Orgs.). *Lazer e desenvolvimento regional*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 9-40p.
- Patton MQ (2002). *Qualitative research and evaluation methods*. Londres: Thousand Oaks/Sage Publications, 688p.
- Pellegrin A de (2004). Equipamento de lazer. Gomes, C.L. *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 69-73p.
- Pereira PVV et al. (2016). Lazer como mecanismo de apropriação democrática dos espaços públicos: um estudo sobre as práticas de lazer na estação das Docas em Belém-PA. In: Bahia, MC; Figueiredo, SL (orgs). *Planejamento e gestão pública do turismo e do lazer*. Belém: NAEA, p.251-270.
- Polato THP (2003). Lazer e trabalho: algumas reflexões a partir da ontologia do ser social. In: *Revista Motrivivência*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, n. 20-21, mar./dez. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/viewFile/917/4147>>. Acesso em: 06/09/2020.
- Santos M (2006). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4º ed. São Paulo: EDUSP, 260p.
- Santos LP dos et al. (2017). Dinâmica locacional dos espaços públicos de lazer na cidade de Teresina – PI. *Caderno de Geografia* 27(1): 119-137.
- Serpa Â (2009). *O Espaço Público na Cidade Contemporânea*. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 207p.
- Silva E et al. (2001). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. Florianópolis: UFSC, 138p.
- Silva FC da et al. (2011). Turismo e Lazer Urbanos em Espaços Públicos: relevância dos processos de interação cultural para a gestão de parques. Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Balneário Camboriú - SC. *Anais eletrônicos...* Balneário Camboriú – SC: UNIVALI: 1-9. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/8/134.pdf>>. Acesso em: 09/setembro/ 2020.

Simões P (2016). O turismo e o lazer na cultura de consumo: impactos nas variáveis do tempo e no espaço. In: Lourenço L (org.). Geografia, Cultura e Riscos. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.153-165p. Disponível em: <https://www.riscos.pt/wp-content/uploads/2018/SRC_IV/SRC_IV_artigo06.pdf>. Acesso em: 08/setembro/2020.


Eventos culturais em um órgão público: uma abordagem interdisciplinar entre Comunicação e Turismo

Recebido em: 03/01/2021

Aceito em: 10/01/2021

 10.46420/9786588319413cap9

Paula Fernandes Furbino Bretas¹ 

Queila Pahim da Silva^{2*} 

INTRODUÇÃO

Evento é objeto de estudo para diversas áreas de conhecimento, como Turismo, Política Pública, Geografia, Administração, Marketing, Comunicação, entre outras. Cada uma delas desenvolve seu corpo teórico de conhecimento que funciona como uma lente para analisar um fenômeno da realidade social e devido à importância e representatividade dos eventos para a economia nacional e internacional, eles têm sido amplamente estudados.

Viana (2004) mostra que megaeventos como Copa do Mundo, Olimpíadas, Jogos Pan-Americanos e Rock in Rio são exemplos de eventos que, além de entreter, geram movimentos turísticos e ensejam o investimento público e privado com vistas a geração de emprego e renda e desenvolvimento urbano (Mascarenhas, 2007). Machado Neto (2011) acrescenta ainda que tais eventos posicionam marcas patrocinadoras e Schommer (2012) assegura que são uma forma de investimento do qual se espera retorno. Essas abordagens têm em comum caracterizar o papel do evento em uma perspectiva econômica.

Contudo, esses eventos também comunicam sentidos. E comunicar sentidos independe de uma perspectiva econômica, especialmente, quando se trata da gestão de eventos realizada por organizações públicas, já que de acordo o paradigma relacional da comunicação (Lima et al., 2012), auxiliam as organizações no relacionamento com os seus públicos de interesse (Farias et al., 2014).

No Turismo, os eventos representam um importante instrumento de desenvolvimento local, pois podem contribuir para a economia e para a sociedade da localidade, desde que bem planejados e geridos. O turismo de eventos tem uma grande importância econômica, sendo considerado como um dos mais importantes segmentos da atividade turística, já que os eventos podem ser realizados em períodos de baixa temporada e a permanência dos participantes/visitantes é maior que no turismo convencional, bem como seu gasto médio diário.

¹ Professora do Instituto Federal de Brasília, campus Brasília.

² Professora do Instituto Federal de Brasília, campus Brasília.

* Autor(a) correspondente: quepahim@gmail.com

Entretanto, ao se pensar em uma abordagem interdisciplinar entre Comunicação e Turismo, defendemos que os eventos culturais geridos por órgãos públicos podem comunicar sentidos com vistas à participação política e atendimento do interesse público, bem como incentivar o turismo que acontece, à princípio, com fins políticos. Órgãos públicos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário geralmente possuem suas sedes centrais em grandes capitais e acabam por receber pessoas do interior que viajam a trabalho para resolver algum problema ligado ao serviço público, como secretários municipais de saúde e educação, assessores parlamentares, vereadores, prefeitos, entre outros. Dessa forma, ao realizar eventos culturais, esses órgãos abrem mais uma possibilidade de relacionamento com seus públicos de interesse e podem desenvolver estratégias alinhando as perspectivas de Comunicação e Turismo.

Diante desse contexto, buscou-se neste trabalho, responder às seguintes perguntas:

Como ocorre a gestão de eventos culturais na organização pública Lego³? Como eventos culturais geridos por órgãos públicos podem atender interesse público, relacionar-se com públicos de interesse e fomentar o turismo de eventos para desenvolvimento do turismo na localidade desta organização pública? Para tanto, foi realizado um estudo de caso nessa organização que passava por um processo de mudança na gestão dos eventos culturais.

A proposta neste estudo considera o evento como elemento constituinte do processo de comunicação organizacional e não apenas como meio para promoção institucional. No caso das organizações públicas, o interesse público prevalece sobre o privado e, mais do que se promover, elas precisam realmente resolver problemas sociais e, para isso, se relacionar com seu público para que haja compartilhamento na construção de sentidos em um processo comunicativo. Tais organizações precisam entender seu público para cumprir sua missão com função social e caráter dialógico quando se está numa democracia.

Além disso, em termos de objeto empírico, cada realidade é construída socialmente com diferentes contextos, atores, acontecimentos e efeitos. Portanto, para o profissional que gere eventos em organizações públicas, é importante compreender os diferentes processos de gestão a fim de refletir sobre sua ação.

Sendo assim, este artigo foi estruturado da seguinte forma: após esta breve introdução, serão feitas reflexões teóricas sobre eventos e seus conceitos sob uma abordagem interdisciplinar entre Comunicação e Turismo e sobre gestão de eventos culturais nas organizações públicas. Na sequência é descrita a metodologia, seguida da análise dos dados. Por fim, as considerações finais e referências consultadas.

³ Nome fictício adotado pelas autoras para preservar a identidade da instituição pesquisada.

EVENTOS: ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR ENTRE COMUNICAÇÃO E TURISMO

É comum a conceituação de eventos como acontecimento especial na sociedade, que foge à rotina e que resulta da reunião de um grupo de pessoas (Zanella, 2003), que pode gerar sensações e virar notícia (Melo Neto, 2004) e, por isso, precisa ser planejado, organizado e controlado, ou seja, gerido (Allen et al., 2003).

Não obstante a existência desses conceitos, os eventos são estudados por diversas áreas do conhecimento, pois se constituem como objetos de estudo complexos que podem ser enxergados por variadas lentes teóricas e epistemológicas. Em muitos estudos, os eventos são considerados importantes pela sua relevância econômica. No estudo de Gestão Estratégica, Schommer (2012) propõe que os eventos possuem um valor estratégico para as organizações que inclusive pode ser mensurado em uma metodologia de retorno do investimento (ROI). Já na Geografia, Mascarenhas (2007) argumenta que os megaeventos podem ser estudados em uma abordagem do desenvolvimento urbano, uma vez que ensejam mudanças no planejamento urbano das cidades que os recebem.

Na perspectiva do Turismo, os eventos culturais desempenham um papel essencial no contexto social, cultural, político e econômico de um país ou de uma região. De acordo com dados do Ministério do Turismo (MTur), eles possibilitam identificar ou posicionar um destino, captar mais turistas, melhorar a imagem do lugar ou combater a sazonalidade (Brasil, 2017).

Ainda segundo o Ministério do Turismo (2017) e Andrade et al. (2000), o turismo de eventos e negócios pode ser visto como um multiplicador de negócios, pois gera lucros a partir dos gastos realizados pelos seus participantes e a partir dos negócios que o próprio evento gera para acontecer; além de ajudar a eliminar ou a reduzir os impactos da baixa temporada, mantendo os níveis de emprego, renda e de arrecadação de impostos de forma contínua, divulgam os pontos turísticos da localidade onde ocorre e promovem empresas, produtos e/ou serviços.

Referente ao público que viaja para participar de um evento, Beni (2002) mostra que ele é diferente do turista de lazer que pode escolher qualquer destino para visitar, pois o turista de eventos tem um destino específico, que é o local onde o evento será realizado e assim, a viagem torna-se obrigatória para aquela localidade.

Os eventos possuem ainda outras dimensões positivas de importância para o turismo, como divulgação da cultura de uma localidade e preservação de seus costumes, promoção de momentos de lazer para a população local, oportunização de aperfeiçoamento, atualização e autodesenvolvimento dos participantes e trabalhadores, além de possibilitar satisfação, crescimento e desenvolvimento espiritual das pessoas (Viana, 2004).

Considerando apenas os eventos culturais, Marujo (2014) explica que eles são uma oportunidade de comemoração da singularidade cultural e histórica de uma comunidade, podendo tanto alterar as

características de uma sociedade, dado que podem transformar a cultura num objeto de mercantilização, como também podem funcionar como um instrumento de auxílio no desenvolvimento ou manutenção da identidade de um lugar.

As motivações para visitar eventos culturais variam de acordo com a natureza de cada evento e as variáveis sociodemográficas e culturais de cada turista, mas é notório como mostram Marujo et al. (2013), o interesse pela exploração de outras culturas demandada nos últimos anos para frequentar festivais ou festas com características enraizadas na cultura de cada lugar. Assim, Viana (2004) reflete que muitas vezes o evento é entendido como capaz de gerar turismo e fomentar negócios, mas pode também ser visto além da perspectiva econômica à medida em que oportuniza lazer, aprimoramento pessoal e preservação cultural. É nessa direção que consideramos que o Turismo pode ser visualizado de forma interdisciplinar junto à Comunicação, uma vez que experienciar cultura pode influenciar na construção de sentidos dos sujeitos interlocutores.

Na área de Comunicação, Matias (2004) entende eventos como uma soma de ações planejadas por profissionais com objetivo de atingir público-alvo e alcançar resultados esperados, podendo ser mercadológico ou não e podendo visar conquistar público, recuperar imagem e/ou público ou apresentar o(a) produto, pessoa ou organização.

Apesar dessa última conceituação ser mais ampla e abranger também objetivos institucionais, ao entender o público como alvo, Matias (2004) baseia-se no paradigma informacional da comunicação, entendendo-a como processo de transmissão de mensagens entre emissor e receptor que causam efeitos e que compreende a organização e seus públicos como atores que se relacionam, constroem e compartilham sentidos, independentemente de seu desempenho organizacional (Lima et al., 2012).

Farias et al. (2014), que desenvolvem estudos na área de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, advogam que os eventos estão passando por um processo de transição, saindo de um aspecto espectacular em direção a algo mais estratégico. Contudo, ainda “continuam sendo instrumentos valiosos de relacionamento com os públicos de interesse de uma organização” (Farias et al., 2014). Acreditamos que, mais do que instrumento, os eventos fazem parte do processo de comunicação organizacional, ou seja, quando realizados no contexto organizacional, as pessoas compartilham crenças, valores e comportamentos que estão em constante interação com a organização e vice-versa. Assim, os eventos podem auxiliar as organizações em seus relacionamentos com diversos públicos, pois é neles que existem trocas simbólicas, culturais e sociais que podem apoiar a organização no entendimento dos interesses de seu público.

Uma vez que a gestão desses relacionamentos seja entendida como estratégica, isto é, como capaz de possibilitar o cumprimento da missão da organização com fins ao atendimento do interesse público, os eventos também o serão, podendo contribuir para diferentes resultados esperados pela organização. Mas

vale ressaltar também que esse processo de troca simbólica não é controlado por nenhuma das partes. Assim, o evento pode tanto auxiliar quanto ir contra o desempenho organizacional desejado. Por isso, é importante conhecer as formas de gerir eventos culturais nas organizações públicas.

GESTÃO DE EVENTOS CULTURAIS NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

De acordo com a norma 16004/2016 da ABNT, os eventos podem ser classificados por tipo, porte, abrangência e público. O tipo cultural é aquele “evento que tem como objetivo principal a promoção da cultura, normalmente por meio de manifestações artísticas que ressaltam os aspectos de determinada cultura” (ABNT, 2016).

No contexto das organizações, elas podem patrocinar, promover, organizar ou realizar eventos culturais com diferentes objetivos. No caso das organizações públicas, os objetivos podem estar relacionados à construção de reputação, recuperação de imagem, conquista de novos públicos, entre outros objetivos não mercadológicos, ou seja, institucionais. Nesse sentido, Kunsch (2003) defende que a comunicação organizacional é dividida em interna, mercadológica, corporativa e administrativa e deve ser planejada e gerida de forma integrada.

Como pontuam Augusto et al. (2010), a utilização das manifestações culturais tem a finalidade de “criar uma ‘áurea’ positiva nos relacionamentos para permitir o alcance de metas estratégicas, políticas e sociais” o que de acordo com o paradigma relacional da comunicação segundo Lima e Bastos (2012), nem sempre é alcançado, pois apesar da organização possuir seus objetivos, eles são mutáveis a partir da interação dos diferentes atores nos processos comunicacionais, já que o processo de construção de sentidos entre sujeitos interlocutores depende da situação de interação e possui marcas dos contextos social e histórico.

Com base nessas premissas, a gestão de eventos culturais nas organizações enseja diferentes estratégias dependendo da organização que a faz, especialmente, quando se trata de organizações públicas. Gohr et al. (2013) analisaram os eventos realizados em uma universidade pública federal pela perspectiva da gestão de projetos e observaram peculiaridades. Eles descrevem as atividades necessárias para realização de um evento cultural a partir das áreas de gerenciamento de projetos do PMBOK⁴ (Project Management Body of Knowledge), que abrangem a integração, o escopo, os recursos humanos, o tempo, riscos, custos, suprimentos e comunicações.

⁴ O PMBOK é um guia para o conjunto de conhecimentos de gerenciamento de projetos, reconhecido mundialmente no âmbito da administração, engenharia, entre outras. Fonte: <https://www.portalgsti.com.br/pmbok/sobre/>. Acesso em 08/01/2021.

Os autores descrevem também algumas atividades que são típicas de organizações públicas, como a hierarquia para aprovações e a aquisição realizada por meio de processos licitatórios, característica das burocracias (Motta et al., 2015).

Por isso, é importante exemplificar os pontos críticos peculiares à organização pública na gestão de eventos culturais identificados por Gohr et al. (2013), que são: integração - não são criados planos do projeto, escopo – os planos de escopo não são feitos de maneira formal e não são utilizadas ferramentas e técnicas específicas para sua gestão, tempo - o cronograma não é feito formalmente, não sendo utilizadas ferramentas de gerenciamento do tempo, tais como o cronograma ou a construção da rede de atividades para a identificação do caminho crítico; custos – o controle é rígido e não aceita muitas alterações, pois se trata de uma instituição pública.

Como pontos críticos, ainda há a qualidade - não é realizado nenhum procedimento referente à gestão da qualidade; recursos humanos – há falta de qualificação, já que são servidores do setor, que nem sempre são qualificados para as atividades demandadas pelo projeto; comunicações - uma vez que as informações são distribuídas somente quando solicitadas; riscos – que não são avaliados; e suprimentos - há ênfase excessiva na avaliação de custos, com pouca possibilidade de inclusão de critérios técnicos.

Depois dessa abordagem sobre eventos e sua gestão nas organizações públicas, faz-se necessário verificar, no contexto de uma organização pública, como é realizada a gestão de eventos culturais, já que existem diversos elementos que tornam cada organização única em sua realidade social.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em uma abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, classifica-se como descritiva, pois busca descrever as características da gestão de eventos culturais realizadas em uma organização pública e potencial dos eventos culturais para o fomento do turismo na localidade que sedia o evento corporativo.

Quanto ao procedimento, classifica-se esta pesquisa como estudo de caso único, devido à busca de profundidade nos dados. Gil (2002) elenca como propósitos dos estudos de caso a exploração de situações reais cujos limites em relação ao contexto não estão definidos e a descrição desse contexto.

Os dados foram coletados por observação participante de uma das pesquisadoras que trabalhou e vivenciou a gestão de eventos culturais nessa organização, e dados secundários, como legislações e relatórios. Um dos relatórios foi um diagnóstico situacional produzido pela própria pesquisadora por meio de entrevistas semiestruturadas com 10 trabalhadores do setor. Nessas entrevistas, buscou-se levantar dados sobre história, estrutura e processos de gestão no objeto empírico de estudo para que desse suporte à tomada de decisões gerenciais.

O objeto empírico do estudo constitui-se em uma organização pública localizada na região sudeste do Brasil, especificamente um setor responsável por gerir projetos de eventos culturais, que passou por um processo de mudança organizacional. Essa mudança e a relação dela com o processo de gestão dos eventos será narrada e analisada na próxima seção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Histórico do espaço de eventos culturais da organização pública

Em 1992, o Lugar Cultural (LC) foi criado e visava a coordenação de três espaços principais: Sala de Arte, Teatro e Espaço das Bandeiras. No início da década de 1990, foi criado o grupo Projeção reunindo alguns diretores e políticos e com apoio de servidores ativos e aposentados da casa que tinham formação, experiência externa ou interesse na área para trabalhar na parte administrativa e para elaborar a deliberação de como seria o Lugar Cultural a ser criado.

Nessa época, a Sala de Arte já existia, sendo um espaço de hall com serviço de café que foi extinto e transformado nesta Sala, a qual estava diretamente ligada à Diretoria de Comunicação. O Teatro foi a novidade na criação do LC, no entanto a junção dos equipamentos ligados à arte (Sala e Teatro) não se deu de forma automática, pois havia uma disputa em relação à chefia e por isso, apesar da unificação dos equipamentos com a criação do LC, os espaços continuaram funcionando de forma fragmentada pois não eram de responsabilidade dos mesmos encarregados.

Neste início, o Teatro teve dificuldades em conseguir recursos humanos e tecnológicos, e por isso se desenvolveu internamente através de um grupo de teatro cujos participantes eram servidores e participantes externos, que dispunham de seus próprios recursos financeiros para a contratação de professores, participação em festivais, inclusive internacionais, entre outras demandas do grupo. Nessa época foi criado o projeto Batida, que contava com apresentações desse mesmo grupo. Através de um processo de seleção pública para as peças, o Teatro cobrava uma taxa mínima das produções para cessão de uso, assim como nos demais teatros da cidade. O Teatro da Lego foi pioneiro na cessão de uso gratuito, da forma como é hoje.

Já para as exposições e mostras da Sala, não havia inicialmente processo de seleção pública e por esse motivo havia muitos pedidos de políticos para utilização do espaço. Assim, foi feita a separação de datas para uso institucional e para processo de seleção. Institucionalmente, foram criados vários Salões, como os de Inverno e Verão e, devido à demanda para exposições de artes plásticas, foi criado o Projeto de Artesanato, que buscava separar as exposições por regiões geográficas. Contudo, quando a mesma região tinha dois ou três políticos majoritários que indicavam artistas para exposições para a mesma região, havia o conflito para definição de quem exporia e quais os limites de uma exposição conjunta entre pessoas indicadas pelos gabinetes parlamentares. Além disso, os políticos não arcavam com gastos dos artistas,

como transporte dos mesmos e das obras, hospedagem e outros. Essa gestão com os políticos era um dos gargalos que precisava de solução.

Outra fase do Projeto de Artesanato foi a organização de grandes exposições coletivas de artesanato, com curadoria da então coordenadora do LC. Contudo, o projeto cresceu demais e precisava de recursos. Além disso, era um projeto quase pessoal da servidora responsável. Com a obrigatoriedade de CNPJ de associações e cooperativas para os inscritos na modalidade artesanato, o problema da dificuldade de gestão das indicações parlamentares diminuiu, pois as indicações eram majoritariamente de pessoas físicas e, com a seleção, havia a exigência que os proponentes fossem pessoa jurídica.

Apesar de muitas ações passadas não existirem mais, há ações que ainda permanecem, como o desenvolvimento de projetos, as seleções públicas e a divulgação especializada na área cultural. Sobre a última questão, há cerca de 10 anos, um gestor do espaço avaliou que a divulgação feita pela assessoria da organização era falha na área cultural e que era necessária uma comunicação dirigida. Com isso, um dos servidores, jornalista, passou a absorver essas funções e criou um processo de trabalho próprio do LC para assessoria de comunicação na área cultural, desde a definição de públicos, criação e atualização de *mailing* até definição de estratégias e execução de ações que passaram a ser feitas internamente.

Percebe-se que, desde a criação do LC, a equipe foi sendo construída a partir de relações pessoais e experiências individuais, onde um integrante da equipe conhecia um servidor que tinha conhecimento, interesse ou experiência na área de Artes e o convidava a trabalhar no LC. À medida que as pessoas se integraram ao LC, foram incluídas em projetos nos quais tinham mais interesse e afinidade com os servidores que já trabalhavam nele.

Essas condições de aparecimento de grupos informais coadunam com as apontadas por Oliveira (2007), como “os interesses comuns que se desenvolvem em certo número de pessoas, a interação provocada pela própria estrutura formal e os defeitos na estrutura formal”. Assim, os servidores foram contribuindo com o setor a partir de suas habilidades individuais, criando e suprimindo necessidades por meio de suas relações pessoais. Até então, não havia sido feito um estudo específico sobre as necessidades de recursos humanos do LC e a incorporação de tal necessidade/processo à estrutura de cargos da Lego.

Além disso, a Lego forneceu a infraestrutura pesada, como equipamentos específicos do Teatro e da Sala, mas havia problemas para fornecer insumos básicos, como computadores, e verbas específicas para desenvolvimento dos projetos. Dessa forma, percebe-se que as ações do LC no decorrer da história estavam à margem da instituição e, por isso, os servidores desenvolveram um senso de autonomia e capacidade inventiva para resolver os problemas. Contudo, percebe-se também que essas características possuem divergências daquelas esperadas pela Lego enquanto organização formal, pois, devido à sua natureza subjetiva, a estrutura informal não está sujeita ao controle da direção, como está a estrutura formal.

Em 2015, o diretor que assumiu o cargo sabia desse histórico do setor e percebeu que não tinha gerência sobre várias decisões e ações que eram tomadas no LC e, por isso, definiu a vinculação do setor para gestão de outro setor, para que passasse por um processo de reorganização dos processos e projetos.

Depois de muitos conflitos vivenciados entre a nova gerência e os servidores antigos, foi possível reorganizar a gestão dos projetos de eventos culturais a partir da institucionalização de um programa denominado “Lego Cultural”. Kunsch (2003) conceitua o programa no âmbito do planejamento de relações públicas como algo que tem caráter permanente e o difere dos projetos, que possuem caráter temporário. Assim, um programa reúne vários projetos em sua composição.

Gestão dos projetos de eventos culturais

O programa Lego Cultural foi instituído por meio de uma legislação interna que regulamentou cinco projetos: Dia Musical, Projeto Batida, Projeto de Artes, Projeto de Artesanato e Projeto Literário. Segundo a norma, o Dia Musical tinha como objetivo reconhecer, valorizar e incentivar jovens talentos da música erudita. Foram realizados concertos uma vez por semana com apresentação de estudantes de música selecionados previamente. Também realizado uma vez por semana, o Projeto Batida buscava incentivar a diversidade de linguagens e manifestações das artes cênicas e da música popular, através de espetáculos como os de música, teatro, dança, humor, entre outros. Já o Projeto de Artes, que promovia trabalhos individuais ou de grupos nas áreas de artes visuais, literatura, artes cênicas e música, era realizado durante 3 semanas. Portanto, todo mês havia uma nova exposição. Na semana do mês em que não havia o Projeto de Artes, era realizado o Projeto de Artesanato no mesmo espaço. Este visava valorizar as práticas culturais de comunidades locais, especialmente o artesanato, os ofícios tradicionais e a cultura popular regional. Por fim, o Projeto Literário buscava estimular a divulgação de obras audiovisuais, literárias e similares que tinham como referências as culturas locais, brasileira e latino-americana, e também visava promover a reflexão acerca dessas referências, mediante a exibição de filmes ou a promoção de debates sobre as obras e seus autores e diretores.

Essa legislação foi discutida durante dois anos por diversos setores e durante o processo sofreu diversos ajustes que foram considerados em alguns momentos como perdas e em outros como ganhos. Ela regulamentou os processos seletivos, como a definição de publicação de editais anualmente; previu seleção de pareceristas para escolha das ações culturais de cada projeto; definiu as formas e os fluxos de contratações de artistas e o pagamento de ajuda de custo a estudantes; bem como estipulou valores que seriam corrigidos de acordo com a correção dos vencimentos dos servidores.

Portanto, foi a partir dessa legislação que a organização passou a destinar verba para o programa todos os anos, pois a ação foi incluída no planejamento estratégico da instituição como área prioritária e os eventos passaram a ser considerados canais de diálogo e de participação social. Antes dessa legislação,

a execução das ações dependia de recursos externos à organização e não estava de acordo com os princípios da administração pública e práticas da própria organização.

Durante anos, a população compartilhou sentidos com atores da organização, mas, como não houve foco estratégico da diretoria inicial, não houve continuidade nas atividades. Além disso, a relação com outros setores ficou institucionalizada e havia fluxos administrativos para realizar as contratações e os devidos pagamentos, incluindo o pagamento de taxas de ECAD⁵, para solicitar materiais de comunicação e infraestrutura para eventos, como lanches e mobiliário. Contudo, não houve durante esse processo de gestão dos eventos culturais um pensamento sob a abordagem do Turismo. Não havia qualquer atividade em conjunto entre os setores do órgão público que se relacionavam com os turistas que vinham do interior visitar a cidade e o setor que desenvolvia as ações culturais.

Foi defendido por vários profissionais que a organização precisava aprimorar seu relacionamento com o público e, depois de um estudo de reputação feito por uma consultoria externa, foi observado que os eventos culturais eram bem avaliados pela população, apesar do restante dos quesitos avaliados possuir reputação com muitos aspectos negativos. Mas, além da reputação (Augusto et al., 2010), como a missão da organização era ser reconhecida como poder e voz do cidadão na medida em que busca desempenhar seu papel constitucional de representar o povo enquanto poder legislativo, essa missão adquire uma função social por ser de interesse público. A organização pública do poder legislativo em uma democracia precisa dialogar e conhecer o povo, um de seus públicos, para que possa representá-lo. E, ao fomentar o turismo de eventos, pode-se compartilhar crenças e símbolos por meio da fruição de experiências culturais, o que auxilia nesse reconhecimento de todos os públicos, inclusive daqueles que não residem na cidade, mas que se relacionam com o órgão público.

Em termos técnicos, foi possível perceber que houve vários processos e práticas caracterizados por instituição de normas e procedimentos formais, bem como a captação de recursos organizacionais em detrimento da dependência de recursos externos. Já em termos políticos, houve uma disputa de poder entre antigos e novos gestores e entre estes e a alta administração. Essa disputa de poder envolve tomadas de decisões de um grupo em detrimento do outro e ocupação de cargos por gestores, mas também acontecia por meio de narrativas contadas sobre o que era a gestão de eventos culturais e o que ela precisava ser. Portanto, em termos comunicacionais, observa-se que o evento tinha um papel de ser o meio que permitia a construção de sentidos entre organização e públicos de interesse, mas também teve o seu próprio sentido foi negociado e compartilhado, o que o torna elemento constituinte do processo de comunicação organizacional enquanto discurso, considerando o paradigma relacional da comunicação.

⁵ O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição é um escritório privado brasileiro responsável pela arrecadação e distribuição dos direitos autorais das músicas aos seus autores, tendo sua sede localizada no Rio de Janeiro. É uma instituição privada criada pela Lei nº5.988/73 e mantida pela Lei Federal nº 9.610/98.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que os eventos se destacam pela sua capacidade de atrair os visitantes em qualquer época do ano, contrapondo-se com o turismo tradicional que é mais acentuado nos períodos de férias e de feriados prolongados, eles podem combater a sazonalidade turística e ainda divulgar a localidade que os sediam.

Os eventos culturais apresentam uma característica a mais: oportunizam a interação entre visitantes e comunidade local, proporcionando novas formas de lazer a ambos. Para tanto, precisa ser bem gerido e por isso apresentamos este estudo de caso, que analisou o processo de gestão de eventos culturais em uma organização pública na região sudeste brasileira.

Respondendo ao problema de pesquisa que questiona sobre como ocorre a gestão de eventos culturais na organização pública Lego, os principais resultados referentes à gestão dos eventos culturais nesta instituição concentram-se em dois pontos principais: o primeiro foi a forma de gerenciamento, que de patrimonialista, passou a ser burocrático, pois houve a institucionalização de práticas e processos. O segundo ponto diz respeito à percepção dos gestores envolvidos no processo, pois de uma visão técnica, focada somente na realização e operacionalização do evento, passaram a entendê-lo como estratégia na organização, pois auxilia na busca de sua missão. Assim, esses gestores preocupavam-se também na resolução de problemas, técnicos, culturais e políticos, que pudessem inviabilizar a garantia dos recursos necessários junto à alta administração. Contudo, não houve um entendimento de que se poderia ampliar a visão da gestão dos eventos culturais a partir do Turismo.

E para responder como eventos culturais geridos por órgãos públicos podem atender interesse público, relacionar-se com públicos de interesse e fomentar o turismo de eventos para desenvolvimento do turismo na localidade desta organização pública, consideramos que a terceira mudança identificada concerne ao entendimento de evento cultural como estratégia de comunicação aproximativa. Isso significa investir em ações de comunicação, considerando o paradigma da comunicação relacional, para que as organizações possam aprimorar relacionamentos com o público e realizar sua função social de interesse público que caracteriza sua razão de ser.

A história desenvolvida ao longo dos anos permitiu à organização não só sua promoção institucional, mas também o compartilhamento de sentidos para compreensão de seu público de interesse com a intenção de cumprir sua missão de representação da sociedade enquanto poder legislativo em uma democracia. Diante disso, foi possível concluir que o evento é elemento constituinte do processo comunicativo nas organizações, uma vez que seu próprio sentido foi negociado e compartilhado.

Depreendeu-se também que apesar dos eventos culturais promovidos pela instituição estudada atenderem ao interesse público e proporcionarem comunicação e interação com o público, não promoveram o turismo da localidade propositalmente. Mas possuem um grande potencial turístico a ser

explorado por seus gestores, seja qual for o tamanho do evento, da localidade que o sediará e do órgão público que o organizará.

Como limitações da pesquisa, aponta-se o fato de não se ter ouvido os públicos de interesse da organização relacionados às ações culturais, como servidores, comunidade local e turistas. Para pesquisas futuras, sugere-se que esses públicos sejam contemplados na investigação e se identifique-se quais sentidos são compartilhados através dos eventos culturais e se tem relação direta com a missão da organização pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allen J et al. (2003). Organização e gestão de eventos. Rio de Janeiro: Campus.
- Andrade N et al (2000). Hotel: planejamento e projeto. São Paulo: SENAC.
- Augusto E et al. (2010). Gestão estratégica da cultura: a emergência da comunicação por ação cultural. *Organicom*, 7(13).
- Beni MC (2002). Análise Estrutural do Turismo. Editora: SENAC.
- Brasil. Ministério do Turismo. Turismo de eventos lucra com feiras em 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/turismo-de-eventos-lucra-com-feiras-de-negocios-em-2017>. Acesso em 07/01/2021.
- Farias LA et al. (2014). Eventos e sua importância para a gestão da comunicação organizacional na pós-modernidade. *Organicom*, 11(20).
- Gil AC (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas.
- Gohr CF et al (2013). Gestão de projetos de eventos culturais em uma universidade pública federal: análise de práticas e proposição de melhorias. *Rev. Adm. UFSM*, 6(3): 511-526.
- Kunsch M (2003). Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada. São Paulo: Summus.
- Lima FP et al. (2012). Reflexões sobre o objeto da comunicação no contexto organizacional. Oliveira I, Lima FP (org). Propostas conceituais para a comunicação no contexto organizacional. São Caetano do Sul: Difusão, 2012.
- Machado Neto MM (2011). Marketing para as artes: a evolução do conceito de marketing cultural e a importância desse campo de atuação para o profissional de relações públicas. *Revista Organicom*, 3(5).
- Marujo N et al (2013). Turismo cultural em cidades históricas: a cidade de Évora e as motivações do turista cultural. *Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local*, 6 (14):1-10.
- Marujo MN (2014). Turismo e eventos culturais: a Festa da Flor na Ilha da Madeira e as motivações dos turistas. *Investigaciones Turísticas*, 7: 71-86.

- Mascarenhas G (2007). Mega-eventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos jogos pan-americanos-2007. Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, 245 (13).
- Matias M (2004). Organização de eventos: procedimentos e técnicas. 3 ed. Barueri: Manole.
- Melo Neto FP de (2004). Criatividade em eventos. 3 ed. São Paulo: Contexto.
- Motta FP et al. (2015). Teoria Geral da Administração. 3 ed rev. São Paulo: Cengage Learning.
- Oliveira DPR (2007). Sistemas, organização e métodos. 17 ed. atual. e ampl. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Portal gsti. O que é PMBOK. Disponível em: <https://www.portalgsti.com.br/pmbok/sobre/>. Acesso em 08/01/2021.
- Schommer L (2012). Valor estratégico dos eventos. Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul, Chapecó: Intercom.
- Viana ALB (2004). Gestão de Eventos no Turismo: abordagens além da econômica. Seminário de pesquisa em turismo no Mercosul. Caxias do Sul: UCS. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/08-gestao-de-eventos.pdf>. Acesso em 05/01/2021.
- Zanella LC (2003). Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização. São Paulo: Atlas.

ÍNDICE REMISSIVO

A

acessibilidade, 30, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88
adaptações, 59, 85, 86, 115
atrativos, 8, 54, 55, 64, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 92, 98, 102, 108, 109, 118, 121, 123, 125, 135

B

barreiras arquitetônicas, 79, 84
Brasília, 21, 76, 77, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 145

C

Comunicação, 55, 140, 145, 146, 148, 151, 156, 157
comunidade, 7, 9, 13, 17, 20, 32, 80, 101, 115, 117, 130, 131, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 147, 155, 156
cultura, 8, 9, 10, 17, 21, 51, 54, 67, 86, 88, 115, 118, 132, 133, 134, 141, 142, 144, 147, 148, 149, 153, 156

D

desenvolvimento sustentável, 11, 59, 62, 93, 109, 110, 111, 112, 115, 116
Destinos Turísticos Inteligentes, 55, 64, 73
Distrito Federal, 77, 88
diversificação econômica, 27, 34

E

eventos culturais, 9, 10, 76, 133, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156

F

festa, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 132

G

gestão de eventos, 145, 146, 149, 150, 154, 155, 156
gestão pública, 73, 95, 102, 103, 143

governança, 32, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 107, 127

I

ilhas atlânticas, 25
indicadores de sustentabilidade, 110, 112, 120
Itaúnas, 7, 8, 11, 13, 14, 15, 16, 19, 20

L

lazer, 54, 76, 77, 81, 84, 86, 108, 110, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 155

M

mapa do turismo, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 98, 100, 102, 103, 105
memória, 13, 16, 37, 40
Minas Gerais, 37, 39, 49, 52, 87, 107

O

organização pública, 146, 150, 151, 154, 155, 156

P

patrimônio, 9, 10, 11, 20, 21, 22, 37, 39, 50, 51, 77, 129, 131, 133, 134, 135, 139, 140, 143
patrimônio imaterial, 10, 20
Pessoa com Deficiência, 78, 82, 87
Porto Santo, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33
povos indígenas, 37, 46, 50

R

ranqueamento, 84, 85

S

São Bernardo, 129, 130, 136, 139, 140, 141
sindicatos, 53, 55, 58, 68, 69

T

Tocantins, 89, 90, 91, 98, 99, 100, 101, 106, 108

turismo, 7, 9, 10, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 31, 32,
33, 34, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64,
65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77,
78, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93,
94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104,
105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113,

114, 116, 121, 125, 127, 128, 129, 130, 131,
133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143,
144, 145, 146, 147, 148, 150, 154, 155, 156,
157

turismo cultural, 9, 10, 129

Turismo Sustentável, 86, 112, 113

SOBRE A ORGANIZADORA

Queila Pahim da Silva



Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico nas áreas de Turismo, Hospitalidade e Lazer no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012); Especialista em Planejamento e Consultoria Turística pela Faculdade Estácio de Sá RN (2009); Bacharel em Turismo pela Faculdade de Ciências Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (2005) e técnica de Guia de Turismo pelo SENAC RN (2005). Atua nas áreas de formação de professores para a educação bilíngue de Surdos, educação de Surdos e oratória para ouvintes. Participa dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagens (GECAL) da Universidade de Brasília, Comunidade Escolar: Encontros e Diálogos Educativos da Universidade Católica de Brasília e Ensino de Libras - Língua Brasileira de Sinais do Instituto Federal de Brasília. Faz parte do corpo editorial da Pantanal Editora.

O turismo é uma atividade econômica, social, cultural, ambiental e política que se consolidou como fenômeno social em todo o mundo e que acarreta profundas transformações no cotidiano das pessoas e do meio ambiente. Deste modo, é imprescindível conhecer e refletir sobre seus inúmeros desafios e potencialidades e para fomentar esta análise, esta obra apresenta trabalhos acadêmicos de autores de várias partes do Brasil e de Portugal, que trazem seu olhar sobre questões inerentes à atividade turística num contexto anterior e corrente da pandemia do novo coronavírus, abordando temas como cultura, religiosidade, preservação de patrimônio natural e imaterial, governança, destinos inteligentes, política pública do mapa da turismo brasileiro, acessibilidade e gestão de eventos culturais em uma organização pública.

ISBN 978-658831941-3



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br